

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

Bruna de Oliveira Fonseca

Gonzaga Duque e *Revoluções Brasileiras*:
um olhar para a História do Brasil.

Belo Horizonte
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

Bruna de Oliveira Fonseca

Gonzaga Duque e *Revoluções Brasileiras*:
um olhar para a História do Brasil.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós Graduação em Educação da
Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Aurélio
Taborda de Oliveira.

Belo Horizonte
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

F676g
T

Fonseca, Bruna de Oliveira, 1987-

Gonzaga Duque e Revoluções Brasileiras : um olhar para a História do Brasil /
Bruna de Oliveira Fonseca. - Belo Horizonte, 2015.
160f., enc., il.

Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de
Educação.

Orientador: Marcus Aurélio Taborda de Oliveira.

Bibliografia: f. 149-159.

Anexo: f. 160.

1. Educação -- Teses. 2. Duque, Gonzaga, 1863-1911 -- Revoluções brasileiras:
(resumos históricos) -- Teses. 3. Educação -- História -- Teses.
4. Livros e leitura -- História -- Teses.

I. Título. II. Oliveira, Marcus Aurélio Taborda de. III. Universidade Federal de
Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.9

Catálogo da Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG

Dissertação intitulada "Gonzaga Duque e *Revoluções Brasileiras*: um olhar para a História do Brasil". De autoria da mestrande Bruna de Oliveira Fonseca, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (Orientador) – FAE/ UFMG

Profa. Dra. Thais Nívia de Lima e Fonseca – FAE/ UFMG

Prof. Dr. Kazumi Munakata – PUC/SP

Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Galvão (Suplente interno) – FAE/ UFMG

Profa. Dra. Katya Mitsuko Zuquim Braghini (Suplente externo) – PUC/SP

Belo Horizonte, 21 de agosto de 2015

AGRADECIMENTOS

Apesar de ser uma escrita monográfica, uma dissertação não é fruto do esforço de uma só pessoa. Quero agradecer a todos que, à sua maneira, contribuíram para a realização desta pesquisa.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, por ter me orientado nesta dissertação. Mais que um orientador, um grande incentivador. Sua confiança no tema desta pesquisa, suas palavras de apoio, as leituras sugeridas, a compreensão que humanizou o trabalho acadêmico tornaram esse momento notadamente importante em minha trajetória profissional e pessoal.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais, aos funcionários da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação e, em especial, aos professores que tornaram possível minha formação acadêmica.

À professora Maria Cristina Soares de Gouvea, pelo acolhimento no programa de Pós-Graduação, pela sua participação na minha banca de qualificação e por me incentivar sempre.

Ao professor Carlos Eduardo Vieira, por suas contribuições, através de sua participação em minha qualificação.

Aos professores Thais Nívia de Lima e Fonseca e Kazumi Munakata por terem aceitado o convite para participar de minha banca de mestrado.

Também Gostaria de agradecer a cada um dos amigos do GEPHE e do NUPES por compartilhar seus conhecimentos e, com isso, contribuir com minha formação e pesquisa.

Agradeço à FAPEMIG por ter me concedido uma bolsa de estudos, o que me permitiu prosseguir na pós-graduação e desenvolver esta pesquisa.

Quero agradecer especialmente à minha mãe, Maria José, pelo amor incondicional, por entender minhas ausências, pelo seu apoio e por acreditar em mim, sempre! Aos meus irmãos Bruno e Hugo pela forma peculiar com que me incentivaram. Pelo companheirismo, ao meu primo-irmão Daniel Oliveira. À T. Maria, por sua doçura. Às minhas queridas tias Sonia Maria, Carminha e Wanderléia, fundamentais no início desta empreitada. A toda minha família, muito obrigada!

Agradeço muitíssimo aos meus amigos, sem vocês esta jornada seria ainda mais árdua! Às amadas “Filipinas”: Amanda Assis, Julia Junqueira e Mariane Ambrósio! Àquelas

que entenderam minhas faltas e, ainda sim, fizeram-se presentes, Cecília Alves e Mariane Fernandes. Pela imensa paciência nessa jornada, à Mariana Chaves. Pelos domingos energizantes, a Amanda Idelfonso, Fernanda Idelfonso e a Wesley Pontes, a quem devo a dedicada revisão desta dissertação.

Ao Artur Villela, por toda confiança neste trabalho, compreensão e apoio. Alegro-me que siga ao meu lado. Meu amado, sua presença em minha vida torna tudo mais doce.

– La ilusión no se come - dijo ella.

– No se come, pero alimenta - replicó el coronel.

Gabriel García Márquez

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo oferecer um novo olhar sobre Gonzaga Duque e sua obra *Revoluções Brasileiras*. Com o intuito de compreender determinadas marcas e influências na produção intelectual de Gonzaga Duque (1863-1911), tentou-se reconstituir sua ambiência, através de sua história de vida e do contexto de transformações ocorridas no Brasil, no final do século XIX e início do século XX. *Revoluções Brasileiras* é um livro didático de história, em que o autor propõe uma leitura do passado por meio de movimentos contestatórios da ordem vigente, a qual identificava as raízes da República no passado da nação. Através da análise da obra, procurou-se perceber as escolhas e propostas de Gonzaga Duque para a escrita da história do Brasil e seu pensamento sobre a identidade nacional, bem como as inovações e permanências frente às posições da tradição intelectual, com a qual o autor dialogava. Para identificar as marcas de singularidade e os lugares comuns, presentes em *Revoluções Brasileiras*, tal obra foi contrastada com outros escritos do autor e com os seguintes livros didáticos de história: *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, e *História do Brasil (Curso Superior)*, de Rocha Pombo. A partir da análise da obra e do contraste realizado, concluiu-se que a história escrita por Duque utilizou recursos e conteúdos da tradição, propagados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB –, adaptando-os para uma nova finalidade: formar os jovens com valores caros à República. Assim, alinhando mudanças e permanências, *Revoluções Brasileiras* contribuiu para a sedimentação de recursos e argumentos de fundo comum dos defensores da República no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação; Gonzaga Duque; *Revoluções Brasileiras*; Livro Didático.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to offer a different point of view about Gonzaga Duque and his publication *Revoluções Brasileiras*. With the goal of understanding particular features and influences in Gonzaga Duque's (1863-1911) intellectual work, an attempt to reconstitute the world in which he lived in is made, taking into consideration his personal life story, as well as the context of transformations that occurred in Brazil during the late 19th and early 20th centuries. *Revoluções Brasileiras* is a history textbook, in which the author offers a view of the past through a series of protests, identifying the roots of the Republic in the nation's past. Through analyzing the textbook, an attempt is made to identify Gonzaga Duque's choices and proposals regarding the history of Brazil and his thoughts on the national identity, as well as the innovations and standings compared to the intellectual traditions, with whom the author was familiar with. To identify the singularity marks and common places in *Revoluções Brasileiras*, the content of the textbook was compared to other writings from the same author, as well as with the following textbooks: *Lições de História do Brasil*, from Joaquim Manuel de Macedo; *História do Brasil (Curso Superior)*, from Rocha Pombo. Using the publication analysis and contrasts made, we can conclude that Duque's written history was done using traditional content and resources, widely spread by the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB –, with certain adaptations to achieve a new goal, form and educate youth with treasured values to the Republic. Therefore, aligning changes and stands, *Revoluções Brasileiras* contributed to the sedimentation of resources and arguments of common ground of the enthusiasts of the Brazilian Republic.

KEYWORDS: History of Education; Gonzaga Duque; *Revoluções Brasileiras*; Textbook.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Cartão de visita de Gonzaga Duque.	12
Imagem 2. Belmiro de Almeida – <i>Arrufos</i> (1887).	34
Imagem 3. Rodolpho de Amôedo – <i>Retrato de Gonzaga Duque</i> (1888).	36
Imagem 4. Helios Seelinger – <i>Bohemia</i> (1903).	41
Imagem 5. Eliseu Visconti – <i>Retrato de Gonzaga Duque</i> (1910).	46
Imagem 6. Folha de rosto da primeira edição de <i>Revoluções Brasileiras</i> .	58
Imagem 7. Falsa folha de rosto da segunda edição de <i>Revoluções Brasileiras</i> .	60
Imagem 8. Capa da terceira edição de <i>Revoluções Brasileiras</i> .	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Capítulos de Revoluções Brasileiras.

59

LISTA DE SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

AIBA – Academia Imperial de Belas Artes

ENBA – Escola Nacional de Belas Artes

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. Gonzaga Duque em seu tempo:	25
1.1. O tempo acelera: as transformações da Belle Époque!	25
1.1.1. Os Intelectuais e a cidade.	31
1.1.2. Algumas faces de Luís Gonzaga Duque Estrada.	34
1.2. Como se escrevia a História?	47
2. <i>Revoluções Brasileiras</i>	58
2.1. Materialidade e Recepção.	58
2.2. “Advertência” e “Por que Revoluções?”: os prefácios e uma proposta de leitura.	68
2.3. Os resumos históricos.	76
2.3.1 Consolidando a Nação: o mito de Tiradentes, o uso da memória da Monarquia e a República no Brasil.	97
3. Outras histórias	114
3.1. História, memória e crítica em outros escritos de Gonzaga Duque.	114
3.2. Contraste com as <i>Lições de História do Brasil</i> de Joaquim Manuel de Macedo e <i>História do Brasil</i> de Rocha Pombo.	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
ANEXO	160



Imagem 1: Cartão de visitas de Gonzaga Duque

INTRODUÇÃO

Chegando ao objeto de pesquisa

Durante a graduação em História, na Universidade Federal de Juiz de Fora, participei de um projeto de iniciação científica intitulado “A Revolta Liberal de 1842 em Minas Gerais”, cujo objetivo visava à análise das relações entre o Estado Imperial e as elites regionais; análise da constituição de redes de relações sociais, alianças e estratégias entre os rebeldes; bem como a análise dos valores, comportamentos e formas de pensar a ordem política imperial. A partir desta pesquisa, surgiu o interesse particular pelos livros didáticos, principalmente por aqueles produzidos nos Oitocentos, com o objetivo de compreender como a historiografia didática retratava o evento, bem como as propostas de formação inclusas na escrita da história.

Tal interesse consolidou-se na monografia de conclusão de curso, na qual comparei a abordagem da Revolta Liberal de 1842 em três livros didáticos de História do Brasil, sendo eles: *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo; *História do Brasil*, de João Ribeiro; e *Revoluções Brasileiras*, de Gonzaga Duque. Os dois primeiros livros selecionados são conhecidos e amplamente estudados, diferentemente do terceiro, que é quase desconhecido do público contemporâneo e, por conseguinte, tem sido pouco estudado no meio acadêmico. Encontrado em meio aos arquivos digitalizados do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB, *Revoluções Brasileiras* encantou por suas particularidades, surgindo então como um contraponto singular, cuja riqueza na abordagem da Revolta Liberal de 1842 em Minas Gerais completou a pesquisa monográfica. Em decorrência dessa riqueza, *Revoluções Brasileiras* tornou-se então objeto de pesquisa no âmbito da pós-graduação em História da Educação.

Explicitação do objeto e Referencial Teórico

O estabelecimento da República suscitou a criação de uma nova tradição¹, que rompesse com os mitos e ritos da velha Monarquia e legitimasse a nova ordem. Atendendo a

¹ HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

essa demanda, vários grupos concorriam para a criação do imaginário republicano². Dentre os diversos discursos, optou-se pelo estudo do livro didático, pois ele tem sido um dos veículos responsáveis pela permanência dos discursos fundadores de nacionalidade.

Partindo do pressuposto de que os livros didáticos são produtos de seu tempo e de que, através deles, instituições são legitimadas e identidades construídas, é que se insere Gonzaga Duque e seu livro *Revoluções Brasileiras*. No âmbito dos estudos de História da Educação, a relevância do estudo desta obra de Duque consiste na tentativa de estabelecer uma nova versão autorizada da História do Brasil para a República Brasileira.

Luis Gonzaga Duque-Estrada (1863-1911) nasceu e morou na cidade do Rio de Janeiro. Neste centro, Gonzaga Duque, como era mais conhecido, viveu e observou as diversas transformações ocorridas na cidade e em sua sociedade, incluindo mudanças políticas, nas relações sociais e urbanísticas. Reconhecido crítico de arte, Gonzaga Duque atuou intensamente na imprensa periódica colaborando e fundando várias revistas e, não muito diferente da intelectualidade de seu tempo, também trabalhou no funcionalismo público. A produção intelectual de Duque não se restringe a imprensa, publicando também obras de história, arte e literatura.

Em pleno debate da Nação e da República Brasileira, *Revoluções Brasileiras* foi publicada duas vezes – pela primeira vez em 1898 e a segunda em 1905–, em um intervalo de sete anos, o que, em meio ao incipiente mercado editorial brasileiro do fim do século XIX e início do século XX, indica a aceitação da proposta de Duque, posteriormente relegada ao esquecimento.

O objetivo desta dissertação é estudar *Revoluções Brasileiras*, ponderando as inovações e permanências da narrativa deste singular livro didático de História, a fim de entender a obra como uma contribuição para a legitimação do regime republicano e para a construção de uma concepção de Nação e de uma identidade brasileira.

Conforme Maria Helena P.T. Machado, o estudo de obras de autores considerados “menores”, ou seja, aqueles que não sobreviveram à crítica e à passagem do tempo, é relevante, já que esses autores também contribuíram para a constituição do repertório de imagens nacionais, sendo importantes no papel de construtores dos mitos de nacionalidade³. Tratando especificamente de livros didáticos, Kênia H. Moreira afirma ser importante estudar

² Ver CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³ MACHADO, M. H. P. T.. Um Mitógrafo no Império: A Construção dos Mitos na História Nacionalista do Século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000. pp. 63-80.

os livros didáticos menos utilizados, pois estes podem conter inovações despercebidas ou não adaptadas ao público-alvo. Para a autora, essa área ainda é carente de investigação⁴.

Realizado um levantamento bibliográfico, constatou-se que Gonzaga Duque tem sido estudado principalmente nas áreas de arte, história e literatura⁵. Todavia sua obra didática *Revoluções Brasileiras* não possui o mesmo espaço nas pesquisas acadêmicas, aparecendo pontualmente em diversos trabalhos sem receber uma análise mais consistente, sendo encontrados apenas dois artigos, que se dedicam a estudar a referida obra⁶.

Revoluções Brasileiras é concebida por seu autor como uma obra didática, cujo objetivo era educar os jovens através dos exemplos republicanos encontrados na História do Brasil. Considerando seu caráter formador de virtudes republicanas, Gonzaga Duque endereçou seu livro a diversos Conselhos de Instrução Pública, sendo recomendado pelos conselhos do Distrito Federal e dos estados do Paraná e Pernambuco.

Portanto, os contemporâneos do autor entenderam sua proposta e consideraram a obra como um manual didático de História. Aos olhares do presente *Revoluções Brasileiras*, não se parece com um livro didático. Sua escrita rebuscada, a falta de imagens e seu recorte temático causam incômodo, uma estranheza que dificulta tal reconhecimento. No entanto, essa estranheza suscita a reflexão sobre o livro didático, bem como a necessidade de problematização deste objeto.

Refletindo sobre a natureza do livro didático, Alain Choppin⁷ destaca que uma das dificuldades das pesquisas que utilizam o livro didático é a definição do próprio objeto, uma vez que este apresenta designações múltiplas nas diferentes línguas e, quando se apresenta sob a mesma denominação, não necessariamente se refere ao mesmo tipo de objeto, isto é, a mesma denominação pode mascarar diferenças do objeto livro didático. Entendido como algo

⁴ MOREIRA, Kênia H. Pesquisa em História da Educação: localização e seleção de livros didáticos do Brasil no contexto republicano. In: XAVIER, Libânia; TAMBARA, Elomar; PINHEIRO, Antonio Carlos (Orgs.). *História da Educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira metade do século XXI*. Vitória: EDUFES, 2011. p.219-244

⁵ Considerado o pai da crítica de arte moderna, os estudos sobre arte notadamente apresentam a opinião de Gonzaga Duque. Alguns títulos de pesquisa de pós-graduação cujo tema é Gonzaga Duque: PESSANHA, Elaine Durigam Ferreira. *Gonzaga Duque: um flâneur brasileiro*. São Paulo: USP, 2008; ESPINDOLA, Alexandra Filomena. *Gonzaga Duque – Vida na Arte: uma concepção artístico-filosófica*. Palhoça: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2009. (Dissertação de Mestrado – Ciências da Linguagem); MACHADO, Liliane. *A Insubmissão Narrativa de Horto de Mágoas, de Gonzaga Duque*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. (Tese de Doutorado – Letras Vernáculas); COUTO, Renata Campos Gonzaga Duque: crítica, arte e a experiência na modernidade. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007...; VERMEERSCH, Paula Ferreira. *Notas de um estudo sobre A Arte Brasileira, de Gonzaga Duque*. Campinas/SP:Unicamp, 2002. (Dissertação de Mestrado – História).

⁶ VECCHI, Roberto. Reescrevendo a Inconfidência: Gonzaga Duque e a demanda de muitos fundadores da nova ordem republicana. In: *Rassegna Iberistica*. Veneza/Roma, Bolzoni, (62), 1998: 27-38; VECCHI, Roberto. *Revoluções Brasileiras: a história como vontade e representação*. Anos 90, Porto Alegre, v.6, n.10, dez 1998.

⁷ CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas escolares: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, set.-dez. 2004.

de natureza complexa, Circe Bittencourt destaca as várias dimensões deste objeto. Para a autora, o livro didático é

uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencente aos interesses do mercado, mas é, também, um depositário dos diversos conteúdos educacionais, suporte privilegiado para recuperar os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais por uma sociedade em determinada época. (...). E, sem dúvida, o livro didático é também um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura⁸.

Portanto, ao problematizar o livro didático, retira-se sua aura de naturalidade e destaca-se seu aspecto de constructo sociocultural, mostrando-o como um produto que sofre seleções. Partindo desse pressuposto, entendem-se os livros didáticos como produtos de seu tempo, através dos quais é possível perceber as relações entre a política e o ensino, uma vez que este são usados para legitimar instituições, bem como construir identidades.

Analisando o “estado da arte” dos estudos sobre os livros didáticos, Alain Choppin destaca que a pesquisa histórica sobre livros didáticos apresenta uma amplitude de abordagens – o que dificulta seu estudo em conjunto –, as quais, contudo, podem ser separadas em duas grandes categorias de pesquisa: as que os utilizam como um documento histórico (ênfatisando o conteúdo) e as que os utilizam como objeto físico (ênfatisando aspectos editoriais)⁹. Os estudos de livros didáticos no campo da História da Educação tradicionalmente se enveredam para a análise de seu conteúdo, sobretudo para a discussão de seus aspectos ideológicos, sendo que a partir dos anos 1980 aparecem os primeiros trabalhos que contemplam aspectos políticos que envolvem também a produção, divulgação e uso da literatura didática¹⁰.

O livro didático tem sido bastante utilizado pelos pesquisadores como fonte, objeto ou na sua dupla acepção fonte/objeto. De acordo com José Ricardo Oriá Fernandes, foi com a utilização dos aportes teóricos da História Cultural que se estabeleceu o livro didático como uma fonte privilegiada para a investigação no domínio da História da Educação¹¹. Os livros didáticos registram valores da sociedade na qual estão inseridos, cujos discursos revelam uma construção, uma realidade social a ser lida. Conforme Maria Helena Rolim Capelato, através deles, compreendem-se “as relações entre política e cultura e ensino, por meio das representações construídas e reafirmadas através de mensagens que alimentam

⁸ BITTENCOURT, C. M. F. *Livro didático e saber escolar* (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 14.

⁹ CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas escolares...*Op. Cit.* p.554

¹⁰ BITTENCOURT, C. M. F. *Livro didático e saber escolar*... *Op.Cit.*

¹¹ Principalmente nos campos da história das disciplinas escolares, história dos currículos e programas, História da leitura, bem como no estudo da cultura material escolar. FERNANDES, José Ricardo Oriá. O livro didático e a pedagogia do cidadão: o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ensino de história. *Seaculum Revista de História* [13], João Pessoa, Jul/dez, 2005. p.122

constantemente os imaginários coletivos”¹². Tendo em vista essas considerações, recorreu-se aos conceitos de representação e imaginário para fundamentar a análise do texto didático.

Entende-se representação não como uma cópia do real, mas sim como uma construção feita a partir do real. Na acepção de Roger Chartier, o conceito é entendido “como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este, por estar conforme”¹³. Ampliando o entendimento do conceito, Sandra Jatahy Pesavento afirma que “as representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos que, construídos social e historicamente, internalizam-se no inconsciente coletivo e apresentam-se como naturais”¹⁴. O uso do conceito de representação permite que se compreenda

três modalidades de relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim as formas institucionalizadas e objectiva das graças às quais uns ‘representantes’ (instancias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade¹⁵.

No entendimento de Roger Chartier, essa história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, rompendo com a antiga ideia, que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único. Portanto, a História Cultural se refere a representações, apropriações e práticas que, plural e contraditoriamente, dão significado ao mundo.

Para compreender o conceito de imaginário, recorreu-se às palavras de Sandra Jatahy Pesavento, que entende o conceito como “um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram pra si, dando sentido ao mundo”¹⁶. Segundo Bronislaw Baczko, o imaginário social é um dos meios pelos quais se apresenta o sistema simbólico produzido por uma coletividade; orienta-se a vida social e projetam-se objetivos futuros; apresenta-se como força reguladora, que designa identidades, elabora representações de si, impõe crenças comuns e constrói padrões de comportamentos. O imaginário social, ainda, apresenta-se compreensível por meio de discursos construídos

¹² CAPELATO, M. H. R.. Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil. *Revista Brasileira de História*, v. 1, 2009. p. 117-143. p.119

¹³ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.p. 21

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.p.41

¹⁵ CHARTIER, Roger. *A história cultural... Op. Cit.* p. 23

¹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História... Op. Cit.* p.43

através de representações coletivas, assentando-se em simbolismos, tornando-se, ao mesmo tempo, obra e instrumento¹⁷.

Ao problematizar a Nação e os vários nacionalismos, Benedict Anderson¹⁸ afirma que estes são produtos culturais específicos, originados do cruzamento de diferentes forças históricas. Assim, propôs a definição de nação como uma comunidade política imaginada, mas, ao mesmo tempo, limitada (no que diz respeito a materialidade) e soberana (perante as demais nações, bem como seus próprios cidadãos). Essas comunidades são unidas por laços imaginários, que pertencem somente à consciência dos próprios atores sociais. Em cada lugar, a cada época, são criados novos sentidos para o real. Partindo das representações construídas de si e de sua realidade, são estabelecidos imaginários que organizarão o cotidiano dos homens. Nos marcos fundadores da nacionalidade brasileira e, mais especificamente, durante a consolidação da República, torna-se patente a disputa por um imaginário político que cria ou ressignifica símbolos, alegorias, mitos, visando a consolidar o regime vigente. Reconhecendo que a política extrapola os limites da racionalidade, torna-se necessário conquistar corações e mentes. Assim foi que se buscou no controle do imaginário um recurso político. Conforme José Murilo de Carvalho,

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – e é o que aqui me interessa – por símbolos, alegorias, rituais e mitos. (...) Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas¹⁹.

O livro didático é um dos meios pelos quais se constroem representações e imaginários e é por isso que esses conceitos, sinteticamente apresentados, norteiam a análise de *Revoluções Brasileiras*. Sua escolha implica uma abordagem diferenciada do objeto, aproximando educação, política e sociedade, através de uma análise que utiliza construções simbólicas.

Para pensar *Revoluções Brasileiras*, recorreu-se também à história dos intelectuais, em uma perspectiva próxima daquela apresentada por Jean-François Sirinelli, para quem a

¹⁷ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-332.

¹⁸ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁹ CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas...Op.Cit.*, pp. 10-11

“história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”²⁰. Luís Gonzaga Duque Estrada é considerado um *homem de letras*²¹, reconhecido crítico de arte da *Belle Époque* carioca. A maior parte de sua atuação intelectual ocorreu no meio jornalístico e literário e deu-se antes da formulação do conceito moderno de intelectual, surgido a partir do *Affaire Dreyfus*²². Portanto sua nomeação de intelectual é dada *a posteriori*, considerando todas as ressalvas decorrentes das particularidades do cenário intelectual do Brasil em fins do século XIX e início do século XX.

O conceito de intelectual é marcado por uma longa tradição de disputa e polifonia. Conforme Jean-François Sirinelli, a noção de intelectual tem caráter polissêmico e polimorfo. Como destaca o autor, é antiga a discussão acerca da “compreensão e a extensão”²³ que deve ser dada ao termo. Com isso, defende que se deva produzir uma definição em “geometria variável, mas baseada em invariantes”²⁴. A partir dessas considerações, Jean-François Sirinelli apresenta duas acepções para o termo Intelectual: “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais; a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”²⁵. De acordo com Jean-François Sirinelli, jornalistas, escritores, professores secundários podem ser alocados no primeiro caso, já o segundo caso abarca aqueles personagens que se colocam como atores, interventores e defensores de uma causa. Uma acepção não exclui a outra. Colocá-las em oposição seria, portanto, um falso problema, nas palavras do autor,

tal acepção [segunda] não é, no fundo, autônoma da anterior, já que são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua ‘especialização’, reconhecida pela sociedade em que vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade –, que intelectual

²⁰ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.p.232.

²¹ *Homem de letras* são escritores e poetas que “além de se dedicarem à sua obra literária, exerciam também a função colaborativa com os jornais publicando romances folhetinescos, crônicas e artigos e ainda cumpriam outros cargos no magistério e no funcionalismo público”. In: COUTO, Renata Campos. *Gonzaga Duque: crítica, arte e a experiência na modernidade*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007. p.12

²² *Affaire Dreyfus* foi a denominação dada à ação pública de artistas, cientistas e escritores que se posicionavam contra o Estado Francês em defesa do capitão Alfred Dreyfus, que teria sido injustamente condenado por espionagem. Este grupo pedia para que a justiça e não os interesses do Estado norteasse o julgamento do referido capitão. Neste evento, um grupo de artistas, cientistas e escritores atribuíram a si um poder simbólico e uma identidade coletiva, que lhe permitissem atuar também na esfera política. A essa nova identidade coletiva, foi atribuído o termo *intelectual*, nome carregado de preconceito, pois parte da opinião pública não aprovava a intervenção destes nas questões do Estado. Ver: CHARLE, Christophe. *Naissance des “intelectuels”. 1880-1900*. Paris : Éditions de Minuit, 2008.

²³ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *Op.Cit.p.* p.242

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

põe a serviço da causa que defende. Exatamente por essa razão o debate entre as duas definições é em grande medida um falso problema²⁶.

Conforme Patricia Funes²⁷, a discussão acerca do que é o intelectual dá-se em torno da criação do termo que diferencia e demarca novas características aos pensadores. Uma vez que essa reflexão é ampla e que a delimitação do que é um intelectual não é uma tarefa simples, a autora, todavia, destaca que a marca de um intelectual é a sua função de crítico da sociedade. Funes ressalta que há dois espaços que implicam diferentes definições de intelectual: o espaço da cultura e o espaço do poder. No primeiro grupo, enfatiza-se a condição de homem de ideias e defensor de valores universais, como a razão, a ética e a verdade. Já no segundo grupo estariam os que problematizam os intelectuais como produtores de ideologias em função de sua inserção nas lutas por hegemonia que se travam na sociedade. Considerando a divisão apresentada por Patricia Funes, aloca-se Gonzaga Duque no espaço da cultura, considerando que esse espaço, ocupado pelo intelectual, é marcado por uma institucionalização e reconhecimento do saber além de certa postura de porta voz da sociedade.

Pouco se sabe sobre a educação formal recebida por Duque. Sua formação intelectual se deu ao longo de sua atuação profissional. Essa ponderação não invalida o reconhecimento de Gonzaga Duque como um homem da cultura, demonstrando apenas o compartilhamento de uma experiência bastante comum a muitos de seus contemporâneos, também oriundos de uma camada mediana da sociedade. Agregando a essa marca da biografia do pesquisado, deve-se considerar que o campo intelectual brasileiro de fins do século XIX e início do século XX tinha por característica a pouca separação de outras áreas como, por exemplo, a política, e que, ao longo do século XX, foi demandada especialização para inserção nesse campo.

Se Duque se mostrou à parte da institucionalização do saber, não se pode dizer que não houve reconhecimento por seu saber adquirido. A atuação de Duque se destaca no campo intelectual pelo ataque à cultura estabelecida, que, a seu ver, não continha a alma e a essência de uma arte brasileira. Apesar dessa postura forasteira aos grandes círculos da cultura nacional, Gonzaga Duque tem ampla participação no meio jornalístico, o que demonstra a aceitação de sua crítica por parte da sociedade da época.

Partindo da conceituação de intelectual que coaduna o reconhecimento de um saber e a atuação no espaço público, entendido como arena de disputa de ideias e defesa da verdade,

²⁶ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *Op.Cit.*, p.243

²⁷ FUNES, Patricia. *Salvar la Nación*. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

outras categorias da História Intelectual foram utilizadas na pesquisa, tais como o estudo de trajetória, do texto e do contexto.

O estudo da trajetória de Gonzaga Duque é importante para a pesquisa, pois este é um dos caminhos pelos quais se pretende chegar à obra *Revoluções Brasileiras*. Entender seu percurso de vida pode esclarecer uma série de perguntas a que a obra em si não responde, sendo uma delas a motivação de escrever uma obra singular frente às demais obras do autor. A trajetória, portanto, amplia a leitura da obra, ajuda a compreender motivações, marcas pessoais e inferências. Dessa forma, a reconstrução de uma trajetória, ainda que mínima, lança luz ao objeto da pesquisa, levando ao conhecimento acontecimentos do que é externo ao texto, mas concernentes à vida de quem o escreveu. Para tal tarefa, recorreu-se principalmente aos arquivos pessoais, com destaque para diários e cartas, e aos espaços sociais que o personagem frequentava. Para balizar a construção da trajetória de Duque, observaram-se as ponderações de Pierre Bourdieu em “A ilusão biográfica”²⁸, evitando a busca da coerência, do norte da vida do biografado e deixando espaço para o acaso e contrassensos.

Por fim destaca-se uma ferramenta da história intelectual utilizada, a análise do texto e do contexto. Para tanto, as reflexões de Carlos Altamirano em *Introducción al Facundo*²⁹ mostraram-se valiosas para a análise em uma perspectiva da História Intelectual. A análise de Carlos Altamirano se fundamenta em um estudo da obra imbricada com a vida do seu autor. Para o autor, não se deve fazer leituras puramente internalistas ou externalistas, visto que a riqueza da análise se encontra na justaposição destas esferas. Conforme Altamirano,

Tanto del nuevo impulso de la historia política como de los instrumentos de la sociología de las elites culturales debería beneficiarse una historia intelectual que no quiera ser historia puramente intrínseca de las obras y los procesos ideológicos, ni se contente con referencias sinópticas e impresionistas a la sociedad y la vida política. Ahora bien, como ha escrito Dominick LaCapra, ‘la historia intelectual no debería verse como mera función de la historia social’. Ella privilegia cierta clase de hechos – en primer término los hechos de discurso – porque éstos dan acceso a un desciframiento de la historia que no se obtiene por otros medios y proporcionan sobre el pasado puntos de observación irremplazables³⁰.

Esse apontamento de Altamirano expressa seu entendimento acerca da História Intelectual, a qual, segundo o autor, deve ser feita lançando-se mão de elementos externos, contudo deve ter como norte *los hechos de discurso*, pois esse é o diferencial, que lança luz à explicação histórica não obtida por outros meios.

²⁸ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp.183-191.

²⁹ ALTAMIRANO, Carlos. *Introducción al Facundo*. In: _____. *Para un Programa de Historia Intelectual y Otros Ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005. pp.25-61.

³⁰ ALTAMIRANO, Carlos. *Para un Programa de Historia Intelectual y Otros Ensayos*. Op.Cit.. p.15

As contribuições de Oscar Terán apresentadas em *Para leer el Facundo* também se mostram valiosas. Em breves capítulos e de um modo bastante didático, Terán apresenta chaves de leitura para *Facundo* a partir da História Intelectual, analisando como cada parte do texto de Facundo – título, subtítulo, epígrafe, introdução e o conteúdo do texto – bem como o contexto – contexto de produção, sociabilidade/geração e recepção – contribuem para uma compreensão mais alargada da obra. Instrumentalizando a análise do texto, recupera-se Oscar Terán, que, ao indicar chaves de leitura para *Facundo*, propõe no capítulo "preguntas al texto"³¹ uma investigação mais internalista de textos.

O autor apresenta uma espécie de guia de leitura de *Facundo*. Todavia, essa proposta pode ser generalizada para várias obras. É a partir destas perguntas – Quem fala?; O que diz?; Como diz?; E para quem se diz? – que Terán analisa Facundo apresentando um resultado denso e primoroso.

Ao se questionar “quem fala?”, Terán destaca que se deve responder procurando o autor *dentro* do texto e não somente apresentando a sua biografia. O texto tem marcas de autorias e é com elas que se deve responder a essa pergunta. Analisando o que se diz numa obra, deve-se observar seu conteúdo, entretanto devem ser consideradas também eventuais contradições, pontos de fuga e ilações e não somente a veracidade ou falsidade do que foi escrito. Quando se trata de entender como algo foi dito, deve-se atentar para sua forma, uma vez que ela contribui para o entendimento do conteúdo. No que se refere à última pergunta, (para quem se escreve?), Oscar Terán destaca dois tipos de leitores, o virtual e o real; em suas palavras “hay que tener en cuenta que se trata de dos tipos de público: uno virtual y outro real. El virtual es aquel que el autor (por no decir el libro) tiene in mente al escribir, y el outro es el que realmente lee su obra”³². O público virtual pode ser apreendido por marcas no texto como, por exemplo, o léxico utilizado; já o público real aparece nas resenhas e comentários, ou seja, na recepção da obra. Recorreu-se também a Gérard Genette³³, aliado à proposta de Oscar Terán, para aprofundar análise dos paratextos, pois, a partir de suas colocações foi possível reconhecer funções e intencionalidades ligadas a esse tipo específico de texto.

A adoção de uma perspectiva da História Intelectual, que conecta a trajetória de vida, texto e contexto, ampliou-se o conjunto de fontes daquelas produzidas a partir da obra de Gonzaga Duque. Foram incluídas cartas, livros publicados, artigos da imprensa periódica. De

³¹ TERÁN, Oscar. Preguntas al texto. In: _____. *Para leer el Facundo: civilización e barbarie: cultura de fricción*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007. pp. 31-34.

³² TERÁN, Oscar. *Para leer el Facundo... Op.Cit.* p. 94

³³ GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

modo a capturar a sociabilidade e o contexto de época, buscaram-se, na imprensa periódica, produções que se relacionavam tanto com o autor como com a obra.

Os conceitos e pressupostos teóricos já expostos foram se delineando ao longo da pesquisa e no tratamento das fontes. Durante o processo de escrita desta dissertação, houve a necessidade de incorporar outros referenciais, sobretudo, para alicerçar a análise sobre a mulher na narrativa histórica. Para suprir essa deficiência optou-se pelas considerações de Michelle Perrot e Maria Teresa Garritano Dourado, uma vez que ambas as autoras destacam a invisibilidade da mulher na história produzida pelos homens, e apresentando meios para se resgatar a participação feminina e, assim, reduzir a obscuridade de suas ações.

Partindo destas considerações, o texto foi assim organizado:

O primeiro capítulo, *Gonzaga Duque em seu tempo*, foi destinado a apresentar o homem Gonzaga Duque e recriar o ambiente em que viveu, atuou e dialogou. Para tanto, são abordadas as transformações ocorridas no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, ponderando a relação entre o intelectual e a cidade, bem como as possíveis implicações dessa interação na produção dos intelectuais. Depois, através de suas representações pictóricas, Gonzaga Duque foi apresentado revelando-se, assim, algumas facetas desse personagem e propiciando caminhos para que se percebam as marcas de autoria em *Revoluções Brasileiras*.

Neste capítulo, também foi tratado o fazer historiográfico no Brasil da *Belle Époque*. Tendo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – como referência, vista sua importância como lugar de produção da historiografia no período estudado, buscou-se perceber as diretrizes estabelecidas pelo Instituto para escrita da História do Brasil. Ainda pensando no fazer historiográfico do período, ponderou-se sobre as permanências e adaptações infligidas à História com a adoção do arcabouço teórico estrangeiro e das demandas oriundas do novo regime de governo.

No segundo capítulo, intitulado *Revoluções Brasileiras*, foi realizado um estudo do livro didático de Gonzaga Duque. Em um primeiro momento, a obra foi destacada em seus aspectos materiais e, depois, recuperada a sua recepção. Posteriormente, foi analisada a proposta narrativa do autor para a História do Brasil por meio dos prefácios “Advertência” e “Por que Revoluções?”. Através da análise do conteúdo dos resumos históricos que compõem *Revoluções Brasileiras*, aproximou-se das inovações e permanências que Duque empregou à história de sua nação. Por fim, através da abordagem realizada da figura de Tiradentes, do uso do passado monárquico e da implantação da República no Brasil observaram-se as particularidades do texto.

No terceiro capítulo, *Outras histórias*, pontos levantados em *Revoluções Brasileiras* foram investigados em textos de Gonzaga Duque publicados na imprensa periódica e também em excertos de *A Arte Brasileira*, com a finalidade de entender o livro didático em meio à produção intelectual do autor. Realizou-se também um diálogo externo, através do contraste de *Revoluções Brasileiras* com *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, e *História do Brasil (Curso Superior)*, de Rocha Pombo. Assim, por meio de um movimento de aproximação e afastamento, buscou-se situar *Revoluções Brasileiras* perante as outras obras didáticas.

1. *Gonzaga Duque em seu tempo:*

1.1. O tempo acelera: as transformações da *Belle Époque*.

“Agora, sim; vens para a luz, para o ar livre, para a civilização.”
Gonzaga Duque

Várias foram as transformações ocorridas no Brasil em fins do século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Algumas mudanças se destacam, como a abolição da escravidão, a proclamação da República, bem como as novas tecnologias que impactaram o cotidiano. Essas mudanças foram acompanhadas por Gonzaga Duque em suas crônicas, porquanto o crítico era entusiasta da civilização e do moderno, como se pode inferir a partir de suas palavras que servem de epígrafe a este subcapítulo.

O Império brasileiro no último quartel do século XIX sofreu grandes abalos. Os custos da Guerra do Paraguai, a campanha abolicionista, bem como a estrutura socioeconômica que dificultava a ascensão de novas camadas, produziram um imaginário que progressivamente associou a Monarquia à ideia de atraso. Para Nicolau Sevcenko,

Foi no contexto desse processo de desestabilização institucional que se fundou o Partido Republicano (1870), propondo a abolição da monarquia, e entrou em cena uma nova elite de jovens intelectuais, artistas, políticos e militares, a chamada ‘geração de 70’, comprometida com uma plataforma de modernização e atualização das estruturas ‘ossificadas’ do Império baseando-se nas diretrizes científicas e técnicas emanadas da Europa e dos Estados Unidos³⁴.

A República surgiu, então, no imaginário nacional como o novo, a oposição ideal ao atraso monárquico, sendo implantada no Brasil por um grupo compostos de militares, cafeicultores e políticos republicanos em novembro de 1889. Três vertentes republicanas³⁵

³⁴ SEVCENKO, Nicolau. Introdução. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil - República: da Belle Époque à era do rádio*. vol.:3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p.14

³⁵ De acordo com José Murilo de Carvalho, três correntes ideológicas concorriam entre si, a fim de formatar a futura República. São elas: liberal, positivista e jacobina. Nesta busca pela definição da República brasileira, seus construtores se inspiraram em modelos europeus e no norte-americano, que foram interpretados e adaptados às circunstâncias locais. A corrente Liberal, de inspiração norte-americana, tem o indivíduo como centro de suas reflexões; o coletivo é entendido como a soma dos interesses individuais e, por carecer do amálgama de um coletivo forte, os aspectos organizativos da sociedade e do poder são sua maior preocupação. As outras correntes, a jacobina e a positivista, são inspiradas respectivamente na primeira e terceira República Francesa. A corrente Jacobina enfatiza a participação popular. A corrente Positivista destaca a ideia de coletivo, como a

disputavam espaço no novo regime. Nesse momento de implantação da República, comandado pelo seguimento militar, a instabilidade política era latente. A fim de consolidar o regime, fora promovida uma seleção política afastando do poder as elites tradicionais ligadas ao Império, assim como grupos que defendiam a ampliação da participação popular. Para Nicolau Sevcenko, “o advento da ordem republicana foi marcado também por uma série contínua de crises políticas (...) todas elas foram repontadas por grandes ondas de ‘deposições’, ‘degolas’, ‘exílios’, ‘deportações’”³⁶.

Ao lado desta mudança política, os primeiros anos da República remodelaram também a economia, ampliando o processo de abertura da economia aos capitais estrangeiros. A modernização do Brasil já feita sob uma orientação liberal que, além da abertura aos capitais estrangeiros, estimulou não só a emissão de dinheiro por bancos da iniciativa privada assim como a industrialização através da arrecadação de recursos na recém-criada bolsa de valores. Essa política, conhecida como Encilhamento, promoveu uma especulação financeira que reverberou em uma crise, atingindo a população pobre, mas também destruindo fortunas tradicionais. Foi neste cenário que ocorreu a ascensão de uma nova elite mais adaptada aos novos tempos. Conforme Nicolau Sevcenko,

O revezamento das elites foi acompanhado pela elevação do novo modelo do burguês argentário como padrão vigente do prestígio social. Mesmo os homens-gentis remanescentes do Império, aderindo a nova regra, ‘curvam-se e fazem corte ao burguês plutocrata’. Era a consagração olímpica do arrivismo agressivo sob o pretexto da democracia e o triunfo da corrupção destemperada em nome da igualdade de oportunidades³⁷.

O processo de consolidação do novo regime e inserção do Brasil no mundo moderno necessitava de equilíbrio político e econômico. De acordo com Lúcia Lippi Oliveira “as lutas do primeiro período republicano e a crise econômica decorrente do Encilhamento provocaram o surgimento de uma aspiração social de estabilidade e de segurança”³⁸. Os governos civis de Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves, foram os responsáveis pela construção desse equilíbrio, decorrente do saneamento financeiro, da estabilidade política e da recuperação da imagem do Brasil no exterior. Para tal empreitada, esses governos cooptaram uma elite formada nos mais altos escalões do Império e, por isso, esse período foi identificado

família e a pátria, e assim como a corrente Liberal, pondera enfaticamente sobre os aspectos organizativos do poder. Ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas... Op.Cit.*

³⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2º edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.p.25.

³⁷ *Ibidem*. p.26

³⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.p.111

como “República dos Conselheiros”, “República Aristocrática” ou “A Republica dos Camaleões”³⁹.

A revitalização da imagem da República brasileira se deu com a implantação da “política dos governadores” e com a recuperação da economia. A “política dos governadores”, ao apaziguar os ânimos dos governadores dos estados, impôs um controle do centro sobre o conjunto do território, garantindo estabilidade e fluxo de recursos. Nas palavras de Nicolau Sevcenko,

O processo de pacificação das lutas intestinas e o saneamento da crise financeira – internamente quanto às distorções do Encilhamento e externamente pela a renegociação da dívida – recuperou o verniz da credibilidade e não só restaurou, como ainda ampliou os nexos com a rede cosmopolita⁴⁰.

As reformas urbanísticas realizadas em diversos lugares do Brasil, em destaque no Rio de Janeiro, também faziam parte deste processo de regeneração da imagem do Brasil no exterior. Conhecida como o “túmulo dos estrangeiros” por causa da grande mortalidade em consequência das doenças infecciosas, principalmente a varíola e febre amarela, a imagem da capital da República precisava ser regatada. A reforma foi fruto da necessidade de tornar o Rio de Janeiro receptivo não apenas para aqueles que transitavam ou habitavam a cidade, mas, sobretudo, para as mercadorias, pois o porto não comportava os modernos navios e as ruas dificultavam o escoamento dos produtos tornando-se entraves para o consumo. De acordo com Nicolau Sevcenko,

As autoridades conceberam um plano em três dimensões para enfrentar todos esses problemas. Executar simultaneamente a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana, um time de técnicos foi então nomeado pelo presidente Rodrigues Alves: o engenheiro Lauro Müller para a reforma do porto, o médico sanitaria Oswaldo Cruz para o saneamento o engenheiro urbanista Pereira Passos, que havia acompanhado a reforma urbana de Paris sob o Barão de Haussmann, para a reurbanização. Aos três foram dados poderes ilimitados para executar suas tarefas tornando-os imunes a quaisquer ações judiciais, o que criou uma situação de tripla ditadura na cidade do Rio⁴¹.

Nos primeiros anos da República, o Rio de Janeiro era a maior cidade do país. Sua população ultrapassava os 500 mil habitantes, dos quais “a maioria era de negros remanescentes dos escravos, ex-escravos, libertos, acrescidos dos contingentes que haviam

³⁹ Essas denominações objetivavam destacar a feição seletiva e oligárquica da República. Essa formatação contrariava a expectativa de ampliação da participação política que se almejava com o novo regime de governo e a renovação nos quadros políticos do Império.

⁴⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão...* Op.Cit. p.49.

⁴¹ SEVCENKO, Nicolau. Introdução. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil – República...* Op.Cit. pp.22-23.

chegado mais recentemente, quando, após a abolição da escravidão, grandes levas de escravos migravam das fazendas decadentes do Vale do Paraíba”⁴². Como salienta José Murilo de Carvalho, o aumento populacional impactou a capital, aumentando o número de pessoas com ocupação mal remunerada ou sem ocupação, o que agravou os problemas de saneamento e habitação⁴³. A população pobre não conseguiu acompanhar o aumento do custo de vida e se aglomerou no centro da cidade em pensões e casas de cômodos. Segundo Nicolau Sevcenko, a “carência de moradias e alojamentos, falta de condições sanitárias, moléstias (alto índice de mortalidade), carestia, fome, baixos salários, desemprego, miséria”⁴⁴ eram a parte do crescimento do capital que cabia a esta população. Sobre os pobres recaíram as ações da “tripla ditadura”, uma vez que eles demoliram os casarões da área central, porque estes comprometiam a segurança sanitária e atrapalhavam a circulação tão necessária em uma cidade moderna.

Sem indenizações ou planos para a realocação dos despejados, a população pobre expulsa do centro da cidade subiu os morros do entorno, dando início ao processo de favelização. A população buscou alternativas de moradia, como os cortiços e hotéis baratos, os ‘zungas’, onde alugavam esteiras no chão, em condições degradantes. De acordo com Nicolau Sevcenko,

como essas alternativas ainda acarretavam riscos de ordem sanitária, a Administração da Saúde se voltou contra elas. Desencadeando uma campanha maciça para a erradicação da varíola, foram criados os batalhões de visitantes que, acompanhados da força policial, invadiam casas sobre o pretexto de vistoria e da vacinação dos residentes. Se constatassem sinais de risco, o que naquelas condições era quase inevitável, tinham autoridade para mandar evacuar a casa, cortiço, frege, zunga ou barraco, condenando-os eventualmente à demolição compulsória e seus moradores não tinham direito à indenização.⁴⁵

Juntamente com a demolição dos casarões, a ação sanitária impunha a vacina contra varíola. Esta já era obrigatória nos tempos imperiais, contudo, fora apenas no ano de 1904 que efetivamente se cobrou a vacinação da população. A população consternada, seja pela precariedade de suas condições de moradia, seja pela imposição da vacina, amotinou-se no

⁴² *Ibidem.* pp. 20-21.

⁴³ CARVALHO, José Murilo de. O Rio de Janeiro e a República. In: _____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁴⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão...* *Op.Cit.* p.52

⁴⁵ SEVCENKO, Nicolau. Introdução. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil – República...* *Op.Cit.* p.23.

centro, onde prosseguiram as obras da reforma urbana, episódio que ficou conhecido como a Revolta da Vacina⁴⁶.

Dessa forma, o centro da cidade do Rio de Janeiro foi revitalizado e saneado, ficando livre das doenças infecciosas e ganhando largas avenidas, parques e *boulevard* à moda parisiense. A regeneração da cidade do Rio de Janeiro, que não estava restrita apenas às mudanças arquitetônicas, estendia-se para as relações sociais. Conforme Nicolau Sevcenko,

assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem se lhe pudesse opor. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose, conforme veremos adiante: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense⁴⁷.

Era preciso adaptar-se aos novos tempos. Questionava-se toda a herança imperial, bem como os hábitos populares. A sobrecasaca não era mais sinônimo de distinção, os velhos hábitos dos tempos imperiais deveriam ser substituídos por novos hábitos de inspiração francesa, a moda era ser *chic* ou *Smart*. A tradicional festa da Glória, identificada com a religiosidade popular, passou a ser cerceada e as religiões de matriz africana, como o Candomblé, foram perseguidas pela polícia. O carnaval dos cordões também sofria não só com a repressão, como também com as críticas, o desejável era a substituição dessa manifestação popular pela versão europeia de pierrôs e colombinas.

A modernização da sociedade brasileira se apresentou também nas relações sociais com uma transferência das relações de tipo senhorial para relações de tipo burguês. A posição social deixara de considerar o nascimento e se pautava apenas na condição econômica. O individualismo se sobrepôs às solidariedades tradicionais, como grupos familiares e relações de compadrio. Como aponta uma crônica na revista *Kosmos* “o individualismo, levado aos exageros destruidores do egoísmo, enfraqueceu os laços de solidariedade... (...) Infelizmente a noção de sacrifício se extingue com os progressos do individualismo revolucionário, cujo preceito é o cada um por si”⁴⁸.

No Rio de Janeiro regenerado, os usos dos espaços públicos também se alteraram. A rua deixou de ser um espaço para os vadios, uma vez que não existiam mais os freges,

⁴⁶ Sobre a Revolta da Vacina, ver: SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: Mentres insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 2003 e CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados...Op. Cit.*

⁴⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão... Op.Cit.* p.30.

⁴⁸ OLIVEIRA E SILVA *apud* SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão... Op.Cit.* p.39.

pensões ou confeitarias baratas. A rua regenerada é dos *boulevards*, das grandes avenidas, dos parques e jardins, espaços públicos para a elite carioca desfilarem a moda de Paris.

Nos artigos “O *cabaret* de Ivone” e “A queda dos muros”⁴⁹, Gonzaga Duque apresenta sua posição frente esse novo espaço público. Em “A queda dos muros”, Duque descreve a antiga Rua Sete, que foi demolida para a modernização do centro do Rio de Janeiro, e, entusiasmado, afirma que aos poucos se findaria “um dos últimos alentos da velha e andrajosa Sebastianópolis”⁵⁰. Para além da descrição da rua, com suas casas comerciais que denotavam velhos hábitos, Duque associa o pouco zelo com a cidade à velha monarquia, enaltecendo a República pela reforma que ressaltaria a beleza da capital e serviria de cartão de visitas para os estrangeiros. Adequar o Rio de Janeiro à civilização era necessário, pois,

as capitais das nações têm, do mesmo modo que seus plenipotenciários, obrigações imprescindíveis. Se esses devem reunir todas as qualidades morais mais finos dotes do espírito para honrarem suas bandeiras, àquelas exigem-se aspecto e costumes que não humilhem seus povos⁵¹.

Entendendo que civilizar a capital é mais que deixar a cidade limpa, arejada e grandiosa, Duque defendia a moralização dos hábitos e costumes. Um exemplo dessa pretensa moralização pode ser apreendido em uma crônica que questionava o carnaval popular, de cordões e pastorinhas, e defendia a singeleza do carnaval de pierrôs e colombinas. Todavia, no artigo “O *cabaret* da Ivone”, percebe-se a difícil incorporação dos hábitos adequados à civilização e ao progresso.

Nesse artigo, Gonzaga Duque conta com entusiasmo a descoberta de um grupo de boêmios, do qual ele fazia parte, em um estabelecimento que remetia aos *cabaret* franceses. Na época, não tendo outro espaço à moda parisiense, o *cabaret* de Ivone levou a esse grupo um regalo, um refúgio ao *burguesismo* crescente. Contudo, a parte de Paris que agradava ao grupo era tida como reprovável pelos padrões morais da época, “o *cabaret* começou a atrair espectadores. A gente que veio, porém, dava-se à intemperança (...) resultaram barulhos, rixas, um horror! A polícia interveio, o *cabaret* desmoralizou-se”⁵². Logo, questionava-se tanto o popular quanto o desviante da ordem burguesa. A civilização se impunha através da coerção do corpo e a aquisição de hábitos burgueses.

⁴⁹ DUQUE, Gonzaga. In.: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Impressões de um amador*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UFMG/Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

⁵⁰ DUQUE, Gonzaga. A queda dos muros. In.: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Impressões de um amador*. Op. Cit. p.225.

⁵¹ *Ibidem*. p.226

⁵² DUQUE, Gonzaga. O cabaret da Ivone. In.: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Impressões de um amador*. Op. Cit. p.323

1.1.1. Os Intelectuais e a cidade

Reduzindo as escalas⁵³, volta-se o olhar para a relação dos intelectuais para com a cidade do Rio de Janeiro. José Murilo de Carvalho, em uma conferência sobre pré-Modernismo⁵⁴, incita uma reflexão sobre a natureza tipológica das cidades que se dividiriam em ortogenéticas e heterogenéticas. As cidades marcadas pela função política, administrativa, majoritariamente consumidora e escravistas seriam do tipo ortogenética. Já as cidades produtoras de bens, sem grandes ligações com a política e pouco influenciada pela escravidão, seriam do tipo heterogenéticas.

José Murilo de Carvalho utiliza essa tipologia para comparar a cidade de São Paulo e a do Rio de Janeiro. Funções políticas e administrativas desde que se tornara capital (da colônia, do Império e da República), uma marcante presença de população escrava e a economia voltada para o comércio fizeram com que a cidade do Rio de Janeiro se aproximasse da tipologia ortogenética. Como a escravidão não fora marcante, suas relações com a política foram mais fluidas e sua economia voltada para a produção (café e indústria), São Paulo, a partir dessas características, “aproximava-se da cidade de produtores, com predomínio da economia, com maior grau de liberdade de criação. Era uma cidade heterogenética”⁵⁵.

Após essa breve caracterização das cidades, José Murilo de Carvalho aponta a República como um fator geral, que provocou a intelectualidade a pensar sobre o Brasil, pensar sobre a nação. Nesse contexto, Carvalho destaca que, por ser o Rio de Janeiro uma cidade ortogenética, os intelectuais ali radicados teriam algum grau de ligação com o governo: “grande parte da intelectualidade que aqui vivia estivesse de alguma maneira vinculada à burocracia pública (...) tal fato, se não introduzia necessariamente uma perspectiva governista na obra desses autores, certamente constituía limitação a sua liberdade de criação”⁵⁶.

José Murilo de Carvalho aponta que a obrigação de mostrar uma imagem civilizada, a capital culturalmente cosmopolita, causava em seus intelectuais uma dificuldade de reconhecer a realidade da cidade e do país.

⁵³ REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

⁵⁴ Publicada em livro. CARVALHO, José Murilo de. Aspectos Históricos do Pré-Modernismo Brasileiro. In.: _____; et alii. *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. pp. 13-22.

⁵⁵ *Ibidem*. p.15.

⁵⁶ *Ibidem*. p.16.

Os intelectuais paulistas não viviam a mesma realidade, com uma maior homogeneidade social, mais independentes do Estado e em uma cidade com uma cultura menos cosmopolita fez com que o Modernismo surgisse em um movimento mais consistente. Por fim, José Murilo de Carvalho conclui que

Em ambas as cidades, apesar das características distintas, havia elementos que bloqueavam o pensar do Brasil como nação, como comunidade política. No Rio, o bloqueio vinha dos traços ortogenéticos da cidade, particularmente da função política de capital do país. Em São Paulo, melhor favorecida por sua feição heterogenéticas, vinha das características sociais de sua intelectualidade. Ou se pensava o Brasil, quando se pensava, como Estado, caso do Rio de Janeiro, ou como cultura e estética, no caso de São Paulo. As dificuldades nos dois casos, quero crer, tinham a ver com o relacionamento dos intelectuais com a vida de sua cidade.⁵⁷

Buscando compreender melhor a intelectualidade carioca das primeiras décadas do século XX, Angela de Castro Gomes retoma a relação entre a cidade e os intelectuais⁵⁸. A autora inicia seu estudo explicitando que sua proposta é perceber a cidade para além dos polos econômicos e político-administrativo entendendo-a como uma arena cultural,

um espaço (...) produto e produtor das ações dos atores individuais e coletivos que nela vivem. (...) investigar quaisquer manifestações culturais sob a ótica do urbano é trabalhar com a cidade enquanto um campo de possibilidades que delimita as escolhas realizadas pelos seus atores, dando a elas significados apreensíveis pelas próprias experiências por eles compartilhadas⁵⁹.

A autora destaca que trabalhar com a cidade do Rio de Janeiro implica considerar suas particularidades, já que, com a missão de representar o Brasil civilizado, a sua intelectualidade não poderia deixar de participar das polêmicas culturais. Assim, ao mesmo tempo que Angela de Castro Gomes se aproxima da forma com que José Murilo de Carvalho percebe o Rio de Janeiro, ela se afasta daquela interpretação, uma vez que percebe essa influência da política na atividade intelectual como vantajosa, “como um estímulo à conformação de projetos culturais que teriam interlocução ampla e seriam numerosos, variados e competitivos entre si”⁶⁰.

Angela de Castro Gomes entende o intelectual carioca como aquele que produziu afinidade com a cidade, bem como laços de sociabilidade, ou seja, não é a naturalidade que determina a pertença à cidade. Para a autora, o intelectual carioca tem uma dupla inserção na sociedade, em suas palavras,

⁵⁷ *Ibidem.* p.21

⁵⁸ GOMES, A. M. C.. *Essa gente do Rio*. Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

⁵⁹ *Idem.* p.23.

⁶⁰ *Ibidem.* p.22.

De um lado, ele possuiria um estreito vínculo com o Estado, pois seria com muita frequência um funcionário público, o que impregnaria um misto de dependência, atração e desprezo por seu ‘patrão’. De outro, por não conseguir um reconhecimento social ou por não conseguir um grande reconhecimento social ou por não conseguir ascender às altas esferas do poder político, integrando e influenciando suas instituições de maneira profunda, acabaria por eleger a ‘rua’ como seu *locus* de sociabilidade por excelência, tendo na vida boêmia e na convivência com a população marginal um de seus traços definidores⁶¹.

Utilizando o conceito de *Tradição intelectual*, “postulado como uma base e uma alavanca indispensáveis à organização e à criatividade do campo intelectual”⁶², Angela de Castro Gomes atenta que no Rio de Janeiro essas tradições são duradouras, demarcando e organizando as redes de sociabilidade, além de e se apresentarem nas formas e nos conteúdos das produções intelectuais, para a autora,

Salões, boêmia, academias e catolicidade seriam eixos poderosos para a compreensão e articulação do ‘pequeno mundo’ intelectual carioca no período estudado. Embora à primeira vista possam parecer excludentes e apenas conflitantes, não o eram, havendo tensões mas também complementariedades entre eles. Portanto, é no bojo dessas tradições intelectuais que as ideias de modernidade e os projetos de modernismo se instalam e circulam pelo Rio, postulados, debatidos e reinventados por grupos organizados a partir de vivências e propostas muito diversificadas⁶³.

Desta forma, a autora refuta a ideia que o modernismo não teve espaço na intelectualidade carioca, cabendo a ela somente manifestações “pré” e “pós” modernista. Rompendo com o uso de dicotomias mais rígidas, a Angela de Castro Gomes enriquece o estudo da relação do intelectual com e a cidade do Rio de Janeiro, por isso alinha-se com a proposta da autora.

⁶¹ *Ibidem*.p.24.

⁶² *Ibidem*.p.26.

⁶³ *Ibidem*.p.31.

1.1.2. Algumas faces de Luís Gonzaga Duque Estrada

Gonzaga Duque afirma que o quadro *Arrufos*, de Belmiro de Almeida, para o qual serviu como modelo masculino, é um marco na pintura nacional. Fugindo dos grandes temas históricos e das paisagens, Belmiro de Almeida, consoante à modernidade, traz para a arte pictórica a temática do cotidiano, tema que há muito tempo figurava nas reflexões dos filósofos de seu tempo, como afirma Duque. Nesta pintura, uma cena íntima de um casal, cuja esposa, após ser vencida em uma discussão, lançou-se em um divã ao lamento, enquanto o esposo fumava na calma própria dos vitoriosos. Como pode ser observado na reprodução abaixo.



BELMIRO DE ALMEIDA (1858-1935): *Arrufos*, 1887.
Óleo sobre tela, 89 x 116 cm.
Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes.

Imagem 2. Belmiro de Almeida – Arrufos, 1887.

O quadro é descrito por Duque em detalhes e delicadeza que, apesar de extensos, valem pela sensibilidade que contém. Em suas palavras,

O marido, um rapaz de fortuna, chega em companhia da esposa à bonita habitação em que viviam até aquele dia como dois anjos. Tudo em redor demonstra que aquele interior é presidido por um fino espírito feminino, educado e honesto. Ela, o encanto desse interior à *bric-à-brac*, depõe o toucador de palha sobre um mocho coberto por um belo pano de seda e entra em explicações com o esposo. E ele, muito a seu cômodo em um *fauteuil* de estofado sulferino, soprando o fumo do seu colorado havana, responde-lhe palavra por palavra às explicações pedidas. Há um momento em que ela excede-se, diz uma frase leviana; ele reprova, ela retruca, ele repele; então ela não se pode conter, é subjugada por um acesso de ira, atira-se ao chão, debruça-se ao divã para abafar entre os braços o ímpeto do soluço. É este o momento que o artista escolheu. Da esposa, debruçada sobre o divã, vê-se apenas o perfil, mas ouve-se-lhe os soluços que fazem estremecer o seu corpo. Debaixo do seu vestido *foulard* amarelo percebe-se o colete, o volume das saias, os artifícios exteriores que a mulher emprega para dar harmonia à linha do corpo. Na fímbria do vestido a ponta do sapatinho de pelica inglesa ficou esquecido, sobre o tapete do assoalho, como se propositalmente, animado por estranho poder, tomasse aquela atitude para contemplar a rosa que caiu do peito da moça e jaz no chão, melancólica, desfolhada, quase murcha, lembrando a olorente alegria que se despegara do coração da feliz criatura naquele tempestuoso momento de rusga. E o esposo, um guapo rapaz delicado e forte, num gesto de indiferentíssimo, atende a tênue fumaça que se desprende do charuto, levantando-o entre os dedos, em frente do rosto.⁶⁴

Ao escrever sobre a inovação e a grandeza de *Arrufos*, o crítico ressalta que o pintor apreende que “a preocupação dos filósofos de hoje é a *humanidade*, representada por essa única força inacessível aos golpes iconoclastas do ridículo, a mais firme, a mais elevada, a mais admirável das instituições – a *família*”⁶⁵ (grifos meus). Recorreu-se a esta obra, não apenas como uma forma de apresentar o crítico Gonzaga Duque, mas, sobretudo, como um meio de apresentá-lo com suas diversas facetas, para além de seus pontos de vista e de sua vida pública, recuperando Duque em seu íntimo e mostrando o valor que atribuía à família – faceta não destacada nas biografias e notas biográficas sobre o autor.

Comumente, ao se escrever uma biografia, uma história de vida, busca-se uma coerência, algo que norteie e dê sentido à vida do biografado, o que reflete na exclusão do acaso, das incoerências, das mudanças. Conforme Pierre Bourdieu,

produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar⁶⁶.

⁶⁴ DUQUE, Gonzaga. *A arte brasileira*. Campinas: Mercado das letras, 1995. pp.211- 212

⁶⁵ DUQUE, Gonzaga. *A arte brasileira*. Op.Cit. p.212.

⁶⁶ BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão...* Op.Cit...p.185

A história de vida não é um simples contar dos fatos ocorridos, a vida não deve ser planificada numa trajetória orientada, mas sim percorrida na construção da pessoa, sem que isso se confunda com a sua formação, além disso, deve incorporar às várias esferas em que o indivíduo está inserido, as influências sofridas, os acasos e as inflexões.

Seguindo a premissa acima exposta, o que se propõe no presente subcapítulo é apresentar Luis Gonzaga Duque Estrada, ou seja, o homem em seus diferentes papéis – na família, no círculo de amigos, em seus escritos – sem planificar sua vida, mostrando-o com seus desejos, ambições, imperfeições, incoerências. Enfim, buscou-se aproximar de sua vida sem a pretensão de traçar a sua biografia.

Gonzaga Duque foi retratado em quatro obras pictóricas, sendo a primeira a já citada *Arrufos*. Posteriormente, foi retratado por Rodolpho de Amoêdo em *Retrato de Gonzaga Duque*, de 1888. A imagem abaixo é a representação de Gonzaga Duque por Amoêdo:



RODOLPHO AMOÊDO: *Retrato de Gonzaga Duque*, 1888.
Óleo sobre tela, 50 x 40 cm.
Coleção Jones Bergamin.

Nesta obra, Duque está em seu ambiente mais íntimo, o escritório; aparece sentado em uma poltrona, ao lado de uma mesa com livros e papéis e, com um semblante confiante, na mão direita, segura uma bengala e sua a mão esquerda repousa entre folhas e livro. A representação do crítico foi a imagem de Gonzaga Duque feita por Amoêdo, por quem o autor não só já tinha simpatia mesmo sem conhecê-lo, por sua habilidade com as telas e tintas⁶⁷ como também anos mais tarde pediria para que o título de mestre fosse acrescentado ao nome de Rodolpho Amoêdo⁶⁸.

Outro pintor que retratou Duque foi Helios Seelinger. *Bohemia*, de 1903 e, conforme descrição de Arthur Valle, a obra “mostra uma reunião noturna, presidida pela figura alegórica da própria *Boemia*, na qual figuram alguns dos mais destacados artistas e intelectuais cariocas do início do século passado: Luiz Edmundo, Gonzaga Duque, João do Rio, Lucílio de Albuquerque, entre outros”⁶⁹. Essa visão de Gonzaga Duque como o boêmio é a mais conhecida e reafirmada por estudiosos da literatura⁷⁰.

A última imagem pictórica de Gonzaga Duque foi produzida por Eliseu Visconti, intitulada *Retrato de Gonzaga Duque*, de 1910. Nesta obra, Duque, retratado em pé e de perfil, carrega um cigarro em sua mão direita e apresenta as marcas da idade em sua cabeleira grisalha e os óculos que ornaram seu rosto. Eliseu Visconti retrata Gonzaga Duque já doente e mais velho, mas ainda altivo e firme, assim como sua postura frente à vida.

Para além das imagens produzidas pelos artistas recorreu-se a outras fontes como as obras produzidas por Duque, bem como cartas, um diário e outros documentos pessoais⁷¹ para então tentar aproximar deste personagem.

Luís Gonzaga Duque Estrada nasceu em 1863, na cidade do Rio de Janeiro, filho de Luísa Duque Estrada e de pai estrangeiro, contudo foi registrado pela mãe e pelo padrasto, Joaquim da Rosa. Nada se sabe dos primeiros anos de vida de Gonzaga Duque, a referência aos primeiros estudos fora localizada na edição de *Mocidade Morta*⁷², cuja informação utilizada nessa pesquisa foi levantada por Carlos Alberto Iannone. Em suas palavras,

⁶⁷ DUQUE, Gonzaga. Quadro e telas: Almeida Júnior e R. Amoedo. In: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Impressões de um amador*. Op. Cit., pp. 67-72.

⁶⁸ DUQUE, Gonzaga. Rodolpho Amoêdo. O mestre, deveríamos acrescentar. *Kósmos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1905.

⁶⁹ VALLE, Arthur. Helios Seelinger, um pintor “salteado”. 19&20, Rio de Janeiro, v. I, n. 1, mai. 2006. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/artistas_hs.htm>.

⁷⁰ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. p. 132.

⁷¹ FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA - ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES BRASILEIROS - ARQUIVO GONZAGA DUQUE

⁷² DUQUE, Gonzaga. *Mocidade Morta*. São Paulo: Editora Três, 1973.

Após os primeiros estudos, Gonzaga Duque ingressou no Colégio Abílio, um dos mais importantes estabelecimentos de ensino da época, no Rio de Janeiro. Mais tarde, transferiu-se para o Colégio Meneses Vieira, também em sua cidade natal. Concluiu, porém, o curso secundário em Petrópolis, no Colégio Paixão, e tudo indica que Gonzaga Duque não seguiu os estudos superiores⁷³.

Sem maiores informações sobre sua formação, sabe-se do seu ingresso no meio jornalístico no ano de 1880, quando fundou a revista *Guanabara* junto com Olímpio Niemeyer. Colaborou em periódicos abolicionistas, como a *Gazetinha* (1882), de Arthur Azevedo, e sobre seu tempo como colaborador neste periódico, seus verdes anos na imprensa periódica Duque escreve uma pequena crônica memorialística

E a *Gazetinha* compunha-se nesse risonho colmeiar de palestras e trabalho. Enquanto eu, obscuro, sem diretriz determinada, na suave vadiação de mau estudante rebelde, assistia, sorrindo, à ruidosa alegria desse tempo, que venho contar como uma ventura⁷⁴.

Este Gonzaga Duque inexperiente, um tanto despreocupado, contrasta com o jovem que se apresenta a Maria Amália Guimarães Torres, mãe de Júlia Guimarães Torres, sua noiva. Em cartas endereçadas a sua futura sogra, Duque não esconde as dificuldades da profissão por ele escolhida, mas, ainda assim esperançoso, mostrava-se um homem preocupado com os negócios, pronto para assumir uma família e confiante nos rendimentos de sua profissão. Em uma dessas missivas, chega a alardear uma proposta recebida de um periódico em Montevideu “veio-me procurar um importante negociante de Montevideu o qual trouxe-me um convite de sua redação. (...) Dão-me quantia correspondente a 300\$000 réis e casa pra morar, além do que a vida em Montevideu é baratíssima e à moda da Europa. Estou pelo aceitar”⁷⁵. Apesar do entusiasmo, Duque não mencionou mais o convite em suas correspondências e não há menção ao aceite.

No dia quinze de agosto de 1885, Luís Gonzaga Duque Estrada e Júlia Guimarães Torres se casam. A imagem do esposo indiferente na tela *Arrufos* não pode ser associada a Gonzaga Duque. Suas correspondências apresentam um homem encantado e preocupado com

⁷³ IANNONE, Carlos Alberto. A Vida de Gonzaga Duque. In: DUQUE, Gonzaga. *Mocidade Morta*. São Paulo: Editora Três, 1973.p 9.

⁷⁴ DUQUE, Gonzaga. No Tempo da *Gazetinha*. *Kósmos*, Rio de Janeiro, ano V, n.9, 1908. In.: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Impressões de um amador*. Op. Cit..p.308.

⁷⁵ DUQUE, Gonzaga. [Carta a Maria Amália Guimarães Torres, 10 nov. 1884.] In.: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Gonzaga Duque: outras impressões* (crônica, ficção, crítica, correspondência 1882-1910). Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2011. p.335

sua esposa. Percebeu-se, então, um homem amoroso e dedicado a sua família, da qual adveio o nascimento de quatro filhos: Oswaldo, Dinorah, Haroldo e Lygia.

A devoção que Duque dedica à sua família pode ser apreendida na viagem a Lisboa que fez para acompanhar seu padrasto, que, devido à fragilidade da saúde, necessitava de acompanhante. A viagem transcorreu entre os meses de junho e outubro de 1889, sendo esta a única passagem de Duque no exterior. Em carta endereçada a sua esposa, não nega sua vontade em conhecer a Europa, entretanto o custo do afastamento dos seus entes queridos retirou a vivacidade que a viagem poderia proporcionar. Assim escreve

(...) Fiz um dever ou não? Meu padrasto estava em um estado que eu e os meus amigos duvidávamos do seu reestabelecimento; era forçoso sair do Rio de Janeiro, fazer uma longa viagem por mar, mas ainda aí havia uma dúvida – conseguiria este fazer a viagem? Compreenda que era esse o ponto mais importante desta questão. E quem o acompanharia? Tu sabes o estado de minha mãe; qualquer coisa que acontecesse a meu padrasto poderia trazer-lhe a morte, a ela, pobre senhora doente, e, sobretudo, dominada por uma paixão incomparável por este marido que tem sido muitíssimo dedicado e bom. Diante desses fatos só eu, eu também um pobre inconsciente escravizado ao teu amor, só eu poderia servir de companhia ao meu padrasto⁷⁶.

Ao longo da viagem, suas cartas retratam a pouca melhora de seu padrasto, a crescente saudade dos seus parentes e a dor de perder sua filha Dinorá, vítima de febre amarela. Outro registro recorrente em suas cartas é o das dificuldades financeiras. Recorda-se dos credores deixados no Rio de Janeiro, espanta-se com o custo de vida em Portugal, como relata a esposa “aqui [Lisboa], ao contrário do que nos diziam (...) a vida é muito cara”⁷⁷.

Duque nutriu o sonho de ir até Paris. Retomando suas palavras “estamos atualmente com pouco dinheiro, meu padrasto espera receber ordem do Rio de Janeiro e se as cousas forem satisfatórias iremos até Paris”⁷⁸, entretanto seus poucos recursos não permitiram que essa viagem prolongasse até a capital francesa e em decorrência dos elevados custos Duque e seu padrasto não tardam em regressar ao Brasil.

A devoção à sua mãe e ao padrasto, o amor à esposa e a preocupação com os filhos reafirmam a dedicação a família. No ano de 1902, Duque sofre um abalo do qual não se recuperaria, a morte do filho Haroldo aos 11 anos de idade, vítima de complicações devido a um ferimento ocorrido durante uma travessura. Nos poucos escritos de seu diário, no referido

⁷⁶ DUQUE, Gonzaga. [Carta a Júlia Duque Estrada, 27 jun. de 1889.] In.: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Gonzaga Duque: outras impressões*. Op. Cit..p.367.

⁷⁷ DUQUE, Gonzaga. [Carta a Júlia Duque Estrada, 06 jul. de 1889.] In.: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Gonzaga Duque: outras impressões*. Op. Cit..p.370.

⁷⁸ Ibidem. p. 371

ano, está presente a dor e a tristeza pela perda. Não relata a morte do filho “em suas minudências, de maneira a comunicar esta eterna agonia, em que vivo”⁷⁹.

Anos mais tarde, Duque demonstraria preocupação com seu filho, Oswaldo, que, apesar da pouca idade, insere-se na boemia e descuida dos estudos; em carta pede ao filho “agora, aí estas [Curitiba], toma uma resolução séria na vida, estuda, pelo menos línguas e matemática, que são necessárias para uma boa colocação”⁸⁰ já que ele, Duque, não possuía meios financeiros de garantir-lhe o futuro.

A boemia, o meio em que viveu junto com seus amigos, não servia para seu filho. Gonzaga Duque era visto como o boêmio insubmisso na cena da *Belle Époque* carioca, representação que pode ser apreendida no quadro *Bohemia* de Helios Seelinger. Conforme Carolina Vianna Dantas⁸¹, Gonzaga Duque era frequentador do Café Papagaio, frequentado também por Gil, Lima Barreto, Joaquim Vianna, Frota Pessoa, Hemetério dos Santos, Bastos Tigre, Kalixto, Mario Pederneiras e Lima Campos. Duque também circulava pela Livraria Garnier, porém não no mesmo círculo de Machado de Assis e José Veríssimo. Segundo Carolina Vianna Dantas,

Mas na famosa livraria, também conhecida ironicamente como a sublime porta, havia outras rodas: a dos simbolistas, à qual se uniram anarquistas e socialistas, na qual se agrupavam Gustavo Santiago, Rocha Pombo, Múcio Teixeira, Pedro Couto, Fábio Luz, Curvelo de Mendonça, Nestor Victor, Gonzaga Duque, Lima Campos e Mario Pederneiras⁸².

Cafés e Cabarés: esses foram alguns dos lugares de sociabilidade de Gonzaga Duque, que afirma que “o cabaret foi a nossa grande aspiração. Se não o tivéssemos, estaríamos desmoralizados, porque sujeitar-nos-íamos à vulgaridade do *burguesismo*”⁸³. Duque questionava diversos comportamentos da burguesia⁸⁴, valorizando o lado insubmisso, boêmio. Duque apresenta sua ideia de boemia, que continha ecos românticos,

⁷⁹ DUQUE, Gonzaga. Meu Diário. In: LINS, Vera. *Gonzaga Duque: a estratégia do franco atirador*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. p.168

⁸⁰ DUQUE, Gonzaga. [Carta a Oswaldo Duque, 14 maio de 1906.] In.: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Gonzaga Duque: outras impressões*. Op. Cit..p.388.

⁸¹ DANTAS, Carolina Vianna. *Brasil “café com leite”: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914)*. Niterói: UFF, 2007.

⁸² *Ibidem*. p.63

⁸³ DUQUE, Gonzaga. O cabaret da Ivone. *Kósmos*, Rio de Janeiro, ano V, n.11, nov. de 1908. In.: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Impressões de um amador*. Op. Cit..p.320.

⁸⁴ Em diversas crônicas, Gonzaga Duque questiona vários comportamentos burgueses, dentre eles o modo como a mulher burguesa é inserida na sociedade, o falso moralismo na exposição do corpo. Ver: DUQUE, Gonzaga. A estética das praias. In:_____. *Graves e Frivolos*. Rio de Janeiro: 7 Letras. Fundação Casa Rui Barbosa, 1997. Pp.91-107; DUQUE, Gonzaga. A Dona de Casa. In: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C.. *Gonzaga Duque: outras impressões ... Op. Cit..pp.121-124*.

A palavra *boêmia*, aclimada em nosso meio, envolve uma risonha ironia com que se qualificam, a si próprios, os refratários ao gregarismo, ao consenso passivo das multidões guiadas pela vara zagaiesca de uma moral falsamente estabelecida e de uma ordem supinamente hipócrita. Sem disciplina aparente, sem obediência a mandões e a preceitos, formam grupos isolados e vivem num suposto descuido que não é mais do que liberalismo, afeto desinteressado se não abnegação, e afinidade seletiva, trabalham honestamente e honradamente se mantêm, porque não lhes podem macular uma ou outra rapaziada apontada”⁸⁵.



HELIOS SEELINGER: *Bohemia*, 1903.
Óleo sobre tela, 103,0 x 189,5 cm.
Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes.

Imagem 4. Helios Seelinger – Bohemia, 1903.

Essas palavras marcam a defesa a de um modo de vida muito criticado pela sociedade da época, pois, com a inserção no mundo moderno “civilizado”, tornaram-se necessários novos hábitos, mais condizentes com a ética do trabalho bem como com uma disciplina do corpo que impunha uma higiene e condenava os vícios.

Como afirma Nicolau Sevcenko, a *Belle Époque* carioca é marcada por um processo de regeneração que não estava restrita apenas nas mudanças arquitetônicas da cidade do Rio de Janeiro, mas que se estendia para as relações sociais e a coerção do corpo e, em suas palavras, “como subentende o saneamento e a higienização do meio ambiente, como se estende pelos hábitos, costumes, abrangendo o próprio modo de vida, as ideias e como organiza de modo particular todo o sistema de compreensão e comportamento dos agentes que

⁸⁵ DUQUE, Gonzaga. Crônica de saudade. *Kósmos*, Rio de Janeiro, ano V, n.10, out. de 1908. In.: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Impressões de um amador*. Op. Cit., pp. 321-313.

a vivenciam”⁸⁶. Duque teceu suas críticas tanto aos modos burgueses quanto aos populares⁸⁷. Oscilando entre um admirador da vida Parisiense – assim como os burgueses – e cerceado de suas antigas liberdades – assim como os populares –, Gonzaga Duque é um homem de seu tempo que ambigualmente admira e teme a modernidade e seus reflexos.

Não se diferenciando da intelectualidade de seu tempo, Gonzaga Duque, um “homem de letras”, trabalhou no funcionalismo público, onde atuou como 2º oficial da Diretoria do Patrimônio Municipal do Rio de Janeiro, 1º oficial da Fazenda da Prefeitura e, por fim, diretor da Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro. Como jornalista, fundou e colaborou em diversos periódicos. Com o passar dos anos, a sua crença na rentabilidade do jornalismo decaiu, contudo essa atividade não deixa de figurar dentre suas atividades remuneradas. Como Duque aponta em seu diário,

pelo desejo de ganhar dinheiro com a literatura a profissão das letras tornou-se menos uma diversão de horas vagas, definiu-se melhor. Se não tem por ventura, se não deu o pão e o gozo ao escritor (...) conseguiu dignificar o trabalho literário, obrigar empresários de jornais a atenderem uma verba, embora ridícula, de pagamento à colaboração em suas folhas⁸⁸.

O pessimismo, frente ao periodismo brasileiro, não impede que Duque seja atuante na imprensa e a lista de jornais e revistas que contaram com a sua colaboração é considerável, a qual contempla: Guanabara (1880); Gazetinha (1882); Gazeta da Tarde (1883); A Semana (1885); Rio Revistas ou Revistas dos Novos (1895); Galáxia (1897); Brasil Moderno e Rua do Ouvidor (1899); Rosa-Cruz e Vera-Cruz (1900); Mercúrio (1901); Kósmos, Renascença, O País, Diário de Notícias (1904); Diário do Comércio, A Ateneida de Trajano Chacon, Os Anais de Domingos Olímpio, Revista Contemporânea, O Pierrô, O Globo de Quintino Bocaiuva, Fon-Fon, A Avenida, Ilustração Brasileira, Revista da Semana e Revista Americana (1908/9)⁸⁹.

As revistas são um importante espaço de sociabilidade, como aponta Jean-François Sirinelli, pois “conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão- pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem - e de exclusão - pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões

⁸⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão...* Op. Cit.p.41

⁸⁷ Destaca-se que Duque questiona a postura dos populares, principalmente no âmbito do carnaval. Ver: Gonzaga Duque. Crônica. Kosmos. Ano V, nº 10, outubro, 1908; Gonzaga Duque. Crônica. Kosmos. Ano V, nº 3, março, 1909.

⁸⁸ DUQUE, Gonzaga. Meu Diário. In: LINS, Vera. *Gonzaga Duque: estratégia ... Op. Cit* p.169

⁸⁹ LINS, Vera. *Gonzaga Duque: estratégia ... Op. Cit.* pp.125-126.

advindas”⁹⁰. Ao longo de sua atuação na imprensa periódica, Duque vivenciou o cotidiano de diversas redações, em que conviveu com a intelectualidade da época, entre muitos nomes destaca-se José do Patrocínio, Cruz e Souza, Mario Pederneiras, Artur Azevedo, Olavo Bilac, Valentim Magalhães, Lima Campos, Kalixto.

O próprio Duque na crônica “No tempo da Gazetinha” apresenta uma narrativa memorialística de como aconteceu o seu ingresso no periódico, descreve as instalações físicas da redação, narra um pouco de sua vivência entre os diversos colaboradores da revista e afirma que “ali se reunia a mocidade da época, o que havia de mais precioso na geração que surgira pouco depois”⁹¹. Em outra crônica, Duque demonstra carinho pelo tempo em que colaborou com a revista *Atheneida*, onde conheceu Camerino Rocha, por quem tinha grande apreço⁹². Todavia nem todas as relações construídas por Duque por meio da imprensa foram de amizade e admiração. Conforme Paula Vermeesch, a ligação com Valentim Magalhães lhe redeu a antipatia de José Veríssimo e Sílvio Romero⁹³.

Ponderando sobre as várias temáticas abordadas por Duque em sua atividade na imprensa, Vera Lins destaca que “Gonzaga Duque se mostra um crítico do cotidiano, das instituições, dos costumes, da cidade, em suma, da sociedade brasileira e da cultura que ela produz”⁹⁴. Sua escrita é marcada por empatias e antipatias com o pensamento da época, suas crônicas vão além da observação dos acontecimentos, são carregadas de impressões e críticas, já que Duque não se furtava a explicitar sua opinião sobre o assunto que escrevia. Para Júlio Guimarães, Duque é “[re] conhecido sobretudo como crítico de artes plásticas e ficcionista, o autor [...] se tratava de um cronista atento aos acontecimentos da época, [...] para além do mero registro, às vezes chegava ao estudo de costumes e de questões sociais”⁹⁵.

Sua condição de funcionário público não impedia que questionasse as ações empreendidas pelo Estado⁹⁶, todavia o que lhe garantia maior liberdade para opinar sobre arte e cultura era sua condição marginal dos centros oficiais como o Instituto Histórico e

⁹⁰ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política... Op. Cit. p.242*

⁹¹ DUQUE, Gonzaga. No Tempo da Gazetinha. *Kósmos*, Rio de Janeiro, ano V, n.9, 1908. In.: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Impressões de um amador. Op. Cit. p.303*.

⁹² DUQUE, Gonzaga. Crônica de saudade. *Kósmos*, Rio de Janeiro, ano V, n.10, out. de 1908. In.: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Impressões de um amador. Op. Cit.*

⁹³ VERMEESCH, Paula Ferreira. *Notas de um estudo ... Op. Cit. p.30*

⁹⁴ LINS, Vera. Impressões de um franco-atirador: o crítico na intimidade. In: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C.. *Gonzaga Duque: outras impressões ... Op. Cit. p.17*

⁹⁵ *Ibidem*. p.21

⁹⁶ De acordo com Angela de Castro Gomes, uma particularidade dos intelectuais radicados no Rio de Janeiro era a dependência do poder público, mas que não implicava uma submissão da intelectualidade ao Estado, ou seja, apesar de pertencentes ao funcionalismo público, os intelectuais cariocas comumente se opunham ao ente que lhes garantia o sustento. Ver GOMES, A. M. C.. *Essa gente do Rio... Op. Cit.*

Geográfico Brasileiro (IHGB), a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA)⁹⁷, a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o Colégio Pedro II. Partindo de uma condição de marginalidade dos centros oficiais, e, às vezes, valendo-se de pseudônimos⁹⁸, Gonzaga Duque tecia suas críticas com liberdade, sendo lido por Vera Lins como “franco-atirador”, ou seja, aquele que disfere sua opinião investindo “contra o que lhe parece grosseiro e estúpido, como defende o que parece tornar a vida e a arte mais dignas”⁹⁹.

Gonzaga Duque é entendido como moderno “avant la lettre” por Antonio Carlos Santos, que destaca sua múltipla atuação no campo cultural em fins do século XIX. O estudioso ressalta que a visão de mundo de Duque expressa em seus escritos questionam o *status quo* de seu tempo. Por fim, o autor destaca que os traços modernos nos escritos de Gonzaga Duque são provenientes da recepção e da influência de autores estrangeiros, os quais, do mesmo modo que Duque, questionam o mundo em que vivem¹⁰⁰.

Partilhando da ideia de que Gonzaga Duque trazia marcas da modernidade, Vera Lins afirma que “através de seus textos se configura um intelectual que, misturando sua voz aos debates da cidade, aponta os caminhos tortuosos do discurso oficial e nisso se revela um modernista ‘avant la lettre’”¹⁰¹.

Uma das facetas de Gonzaga Duque é expressa através de seu semblante altivo em meio a livros e papéis, assim como foi retratado por Amoedo, é pensar na sensibilidade de seus escritos e em sua crítica contundente. A produção intelectual de Duque não se restringe à imprensa, publicando as seguintes obras: *A Arte Brasileira* (1888); *Revoluções Brasileiras* (1898); *Mocidade Morta* (1899); *Marechal Niemeyer* (1900); *Graves e Frívolos* (1910). Duas de suas obras foram publicadas postumamente *Horto de Mágoas* (1914) e *Contemporâneos* (1929). Sob o pseudônimo de Sylvino Junior, Duque publicou o livro *A Dona de Casa* (1894).

Gonzaga Duque escreve *A Arte Brasileira*, seu livro de estreia, e conforme Chiarelli, essa obra é “uma das poucas - e uma das melhores – obras escritas sobre arte brasileira no século XIX”¹⁰². Ainda sobre a temática das artes, algumas de suas críticas e crônicas, sobretudo as escritas para a revista *Kosmos*, foram reunidas e publicadas em dois livros *Graves e Frívolos* e *Contemporâneos*.

⁹⁷ Denominação dada pela República a antiga Academia Imperial de Belas Artes (AIBA).

⁹⁸ Alguns pseudônimos atribuídos a Gonzaga Duque: Alfredo Palheta, Jose das Tintas, Diabo Coxo, Amadeu, o Risonho, André de Rezende, Sylvino Júnior, J.Meirinho, Jonathan, Máscara Negra.

⁹⁹ LINS, Vera. *Gonzaga Duque: a estratégia ... Op. Cit.* p. 33.

¹⁰⁰ SANTOS, Antonio Carlos. No tempo da Gazetinha e depois. *Travessia*, Florianópolis, 2003. p.120.

¹⁰¹ In: LINS, Vera. *Gonzaga Duque: a estratégia ... Op. Cit.* p. 119.

¹⁰² CHIARELLI, Tadeu. Gonzaga Duque: a moldura e o quadro da arte brasileira. In: DUQUE, Gonzaga. *A arte brasileira. Op. Cit.* p.212. p.11

Mocidade Morta é o livro de Gonzaga Duque de maior repercussão, vários estudiosos e críticos literários apontam a obra como uma das poucas contribuições da prosa simbolista. Quase todos os contemporâneos de Duque enalteceram a obra e a seara na qual se inseria, porém um dos grandes nomes da crítica literária, José Veríssimo, assim criticou a obra “Não digo de um livro sem lê-lo todo, e infelizmente não pude, por mais esforços que fizesse, ler completamente (...) *Mocidade morta*, do sr. Gonzaga Duque (...). Nestas condições prefiro apenas confessar que não me foi possível, apesar de toda minha boa vontade, lê-los” ¹⁰³. Duque, insatisfeito com a crítica de Veríssimo, escreve uma resposta sob o pseudônimo de Máscara Negra e é ovacionado no café Paris pelos amigos Mario Pederneiras e Jordão, em suas palavras, “resolvi dizer meia dúzia de verdades, que equivalem a desaforos, aos nossos críticos oficiais, verdadeiras toupeiras literárias” ¹⁰⁴.

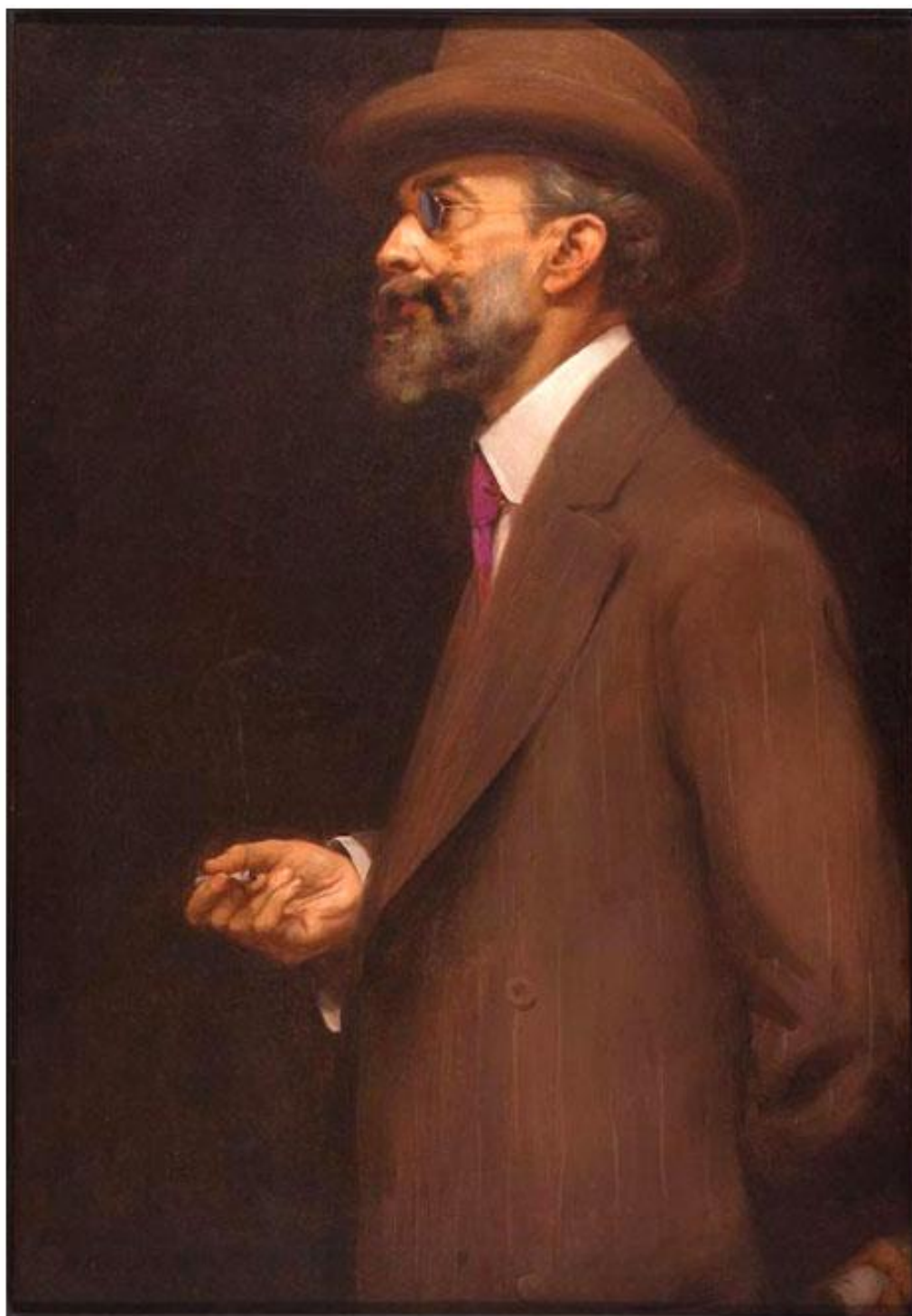
Revoluções Brasileiras, objeto central deste estudo, é considerada uma obra singular perante a produção de Gonzaga Duque, uma vez que é a única de cunho historiográfico frente às demais que enveredavam pela literatura e a crítica de arte, além de ser esta obra que insere Duque na discussão da nação brasileira pelo viés da história.

Apesar de sua originalidade e de sua vasta contribuição intelectual, sua obra não sobreviveu à crítica e à passagem do tempo, salvo *A Arte Brasileira*, que até os dias atuais é referência obrigatória para os estudiosos de História da Arte.

Dono de uma saúde frágil, Duque sofreu com vários problemas de saúde, dentre eles a catarata, que muito lhe atrapalhara a vida profissional. As marcas do tempo retratadas por Eliseu Visconti já pesavam sobre Gonzaga Duque quando no dia oito de março de 1911, este falece em decorrência de um infarto ao voltar da revista *Fon-Fon!*.

¹⁰³ Veríssimo, José. *Apud* LINS, Vera. *Gonzaga Duque: estratégia ... Op. Cit.* p.51

¹⁰⁴ DUQUE, Gonzaga. *Meu Diário*. In: LINS, Vera. *Gonzaga Duque: estratégia ... Op. Cit* p.158



ELISEU VISCONTI (1866-1944): *Retrato de Gonzaga Duque*, 1910.
Óleo sobre tela, 92 x 51 cm.
Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes.

Imagem 5. Eliseu Visconti – Retrato de Gonzaga Duque (1910).

1.2. Como se escrevia a História?

*Hoc facit ut longos durente bene gesta per annos;
Et possint será posteritate frui.*
aqui se faz que os bons gestos permaneçam por anos;
e que possam ser usufruídos pela posteridade
(epígrafe da revista do IHGB)

O Brasil, no século XIX, foi marcado pela reflexão acerca da Nação, conforme Manoel Salgado Guimarães, “uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’”¹⁰⁵. Portanto, o Estado Brasileiro nasce infligindo à tarefa de pensar a imagem do Brasil para que este pudesse integrar ao grupo das nações civilizadas, mas que, ao mesmo tempo, gestasse o sentimento de identidade do povo brasileiro. José Bonifácio de Andrada, pensando no Brasil recém-independente, já atentava para essa árdua tarefa e destacou a dificuldade de criar uma identidade nacional em decorrência das várias raças que compunham a referida Nação. Em suas palavras “cuidemos, pois, desde já, em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários e em amalgamar tantos metais diversos, para que saia um todo homogêneo e compacto, que se não esfazele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política”¹⁰⁶.

Segundo Arno Wehling, a identidade nacional é construída num processo de afirmação da cultura nacional, que tem na criação de uma memória nacional a sua sustentação. No Brasil, esta política da memória nacional foi feita em três níveis, sendo a mais espontânea a literatura romântica e os demais surgidos da ação direta do Estado como, por exemplo, a criação do Arquivo Nacional e Colégio Pedro II, bem como o incentivo a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN – para a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹⁰⁷.

Pensar a Nação é também pensar a História e, no Brasil, o processo de consolidação do Estado e da Nação está atrelado construção do campo historiográfico, sendo que a escrita oficial da história do Brasil foi de responsabilidade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – fundado no ano de 1838. O instituto nasce com a finalidade de

¹⁰⁵ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.6.

¹⁰⁶ José Bonifácio de Andrada e Silva *apud* ARAÚJO, Valdeci Lopes de. Como Transformar Portugueses em Brasileiros: José Bonifácio de Andrada e Silva, *Revista Intellectus*, Ano 05, Vol. I 2006.

¹⁰⁷ WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. pp.33-34.

estabelecer diretrizes para a escrita da história nacional, dentre as quais se destacam: o apoio à coleta e divulgação de documentos interessantes para a escrita da História do Brasil; o incentivo às pesquisas históricas; o estabelecimento de vínculos com institutos estrangeiros da mesma natureza e apoio à criação da disciplina História do Brasil pra ser lecionada nas escolas¹⁰⁸.

Conforme Katia Abud¹⁰⁹, o Imperial Colégio de Pedro II e o IHGB, na segunda metade do século XIX, representavam duas instâncias de produção de uma determinada história com o mesmo arcabouço conceitual e de problematização. Portanto, a história teria o seu lugar no Império do Brasil, usada para amalgamar os elementos dessa nação, a verdadeira História do Brasil deveria ser escrita por brasileiros membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e divulgada para a mocidade através das escolas, seguindo os moldes do Colégio de Pedro II.

O último quartel do século XIX incitou o repensar da escrita da história do Brasil, pois as transformações, sobretudo as políticas e as sociais, implicaram novas demandas para a dimensão pedagógica assumida pela história. A República e a abolição da escravidão impunham mudanças na forma de pensar a nação, como afirma Arlette Gasparello “no final do século, numa conjuntura marcada pela transição da ordem monárquica para a republicana, quando se constituiu um novo desafio a questão da nação brasileira”¹¹⁰.

A consolidação da República contou com o repúdio aos símbolos da antiga monarquia. Nesse cenário, tanto o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quanto o Colégio de Pedro II sofreram represarias. Segundo Hugo Hruby, as fortes ligações com a monarquia fizeram com que o IHGB fosse marcado por incertezas e retaliações “apesar dos discursos de submissão pronunciados pelos sócios mais atuantes e da ampla adesão dos ‘vira-casacas’, a instituição passou a ser vista como um ‘ninho de sebastianistas’”¹¹¹. Embora marcado por restrições e por reformulações, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro continuou contribuindo para a produção historiográfica e o Colégio Pedro II para a sua difusão durante a República. Segundo Hugo Hruby,

¹⁰⁸ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1839. p.10.

¹⁰⁹ ABUD, Kátia. Currículos de história e políticas públicas: os programas de história do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto: 1997.p.30

¹¹⁰ GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de Identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.p.17.

¹¹¹ HRUBY, H. . O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos. In: IX Encontro Estadual de História - ANPUH/RS. *Vestígios do passado, a história e suas fontes*, Porto Alegre. 2008.p.3.

Nocauteados ante a rapidez do desmoronamento de um regime a quem fervorosamente serviam, os membros do Instituto, paulatinamente, tiveram que reavaliar aquele projeto de escrita da História nacional gestado desde 1838, a fim de que o Instituto Histórico não se tornasse uma ‘instituição obsoleta’¹¹².

A República, como novo regime de governo, buscou afirmar-se simbolicamente buscando na memória nacional elementos mais condizentes com a nação que almejava construir.¹¹³ Conforme Marly Motta “era preciso deixar claro que a República não fora obra do acaso ou do capricho dos militares, mas sim fruto de memoráveis acontecimentos passados”¹¹⁴. Assim como a mudança do regime de governo, a abolição forçou um modo de repensar a nação, pois a incorporação do negro ao povo brasileiro implicava amalgamar elementos díspares, como dissera José Bonifácio, desse modo tornou-se necessário encarar a questão de uma nação mestiça¹¹⁵.

A História como um elemento constituidor da nação, cuja construção está intrinsecamente associada ao uso do passado, este passa então a ser objeto de disputa. No entendimento de Manoel Salgado Guimarães, o passado “se constitui em objeto de disputa mobilizando interesses políticos e de conhecimento numa rede complexa em que, se o saber pode significar poder, é também do lugar do poder que se tecem saberes a respeito dos tempos pretéritos”¹¹⁶. Assim, na impossibilidade de fazer tábula rasa da memória nacional, coube à República resgatar memórias que respaldassem a sua história que ainda seguia a vertente de Mestra da vida, tinha a missão de fomentar valores republicanos. Destarte, a disputa do passado, as novas exigências feitas à História, bem como as influências das teorias e das reflexões historiográficas estrangeiras repercutiram nos intelectuais, levando-os a pensar também na “operação historiográfica”¹¹⁷. Nas palavras de Hugo Hruby,

Após 1889, fez-se necessário adaptar o plano de Karl Frederick von Martius ou propor novos que orientassem os sócios na substituição dos outrora ‘autores monárquicos-constitucionais-unitários’¹¹⁸.

¹¹² *Ibidem*.p.4.

¹¹³ O investimento na mudança do imaginário nacional feito pela República, principalmente através da eleição novos heróis e símbolos nacionais, pode ser apreendido em CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas... Op. Cit.*

¹¹⁴ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992. p. 13.

¹¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998. pp. 233-264.

¹¹⁶ GUIMARÃES, M. L. S. Entre amadorismo e profissionalismo, as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 184-200, dez. 2002. p. 184.

¹¹⁷ CERTEAU, M. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

¹¹⁸ HRUBY, H.. *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912)... Op. Cit.* p. 4

Então, “como se deve escrever a História do Brasil”? Essa pergunta foi o título do concurso promovido em 14 de novembro de 1840 pelo IHGB, cujo texto vencedor foi escrito pelo naturalista bávaro Karl F. P. von Martius. Segundo Hugo Hruby, esse texto foi considerado pelos homens de letras ao longo do século XIX uma espécie de ‘manual de introdução aos estudos históricos’¹¹⁹ e, em decorrência dessa importância, destacam-se alguns pontos dessa proposta de escrita da História do Brasil, já que, de acordo com o conceito de tradição¹²⁰, compreende-se a necessidade do conhecimento do arcabouço teórico tradicional seja para aproximação, seja para refutação de suas ideias.

O texto vencedor do concurso amplia o debate dos textos de fundação do IHGB de autoria de Januário Cunha Barbosa e Raimundo José da Cunha Mattos¹²¹. Para Von Martius, a história do Brasil é a história dos brasileiros, este povo, formado por três raças: a americana, a branca e a negra. Conforme Manoel Salgado Guimarães, Von Martius fora marcado pela cultura histórica de seu tempo, que tinha como questão principal o problema da história como índice de civilização, podendo ser percebido na forma como aborda as populações indígenas e como as integra na história do Brasil¹²². O naturalista não empregava carga negativa à miscigenação, característica do povo brasileiro, porém deixa claro que existe uma hierarquia das raças na qual os brancos, representados pelos portugueses, seriam o motor da história, porque são eles os responsáveis pela civilização no Brasil. Conforme Von Martius,

o português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para todos os principais da historiografia-pragmática, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população¹²³.

¹¹⁹ *Idem*.

¹²⁰ Angela de Castro Gomes delinea o conceito de tradição intelectual à relação dos intelectuais com a tradição, em suas palavras, os intelectuais especializados “nos processos de criação e transmissão cultural, está sempre referido a uma tradição intelectual ou como seu herdeiro ou como seu filho pródigo. Ou seja, quer por vinculação, quer por ruptura, os intelectuais estão sempre ligados ao patrimônio de seus antecessores, ao ‘estoque’ de trabalhos que integra o manancial simbólico que irão sustentar ou transformar com maior ou menor intensidade. A noção de tradição intelectual, portanto, está aqui sendo considerada como indispensável a essa reflexão, além de estar sendo postulada como uma base e até um estímulo à criatividade e não como um obstáculo à mudança.” In: GOMES, A. M. C. . Essa gente do Rio. O Modernismo e os intelectuais cariocas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 62-77, 1993.p.64.

¹²¹ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso, *RIHGB*, Rio de Janeiro, 1839. MATTOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil, *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXVI, 1863.

¹²² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. ‘História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação’. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VII(2), 389-410, jul.-out. 2000.

¹²³ MARTIUS, Karl F. P. von. “Como se deve escrever a História do Brasil”, *RIHGB*, Rio de Janeiro, 6(24):389-411, jan-1845.p.1.

Observando os elementos propostos pelo IHGB, Von Martius apresenta um projeto de uma história que visa promover sentimentos de valorização da pátria, através de um encadeamento de fatos significativos e baseado na verdade dos documentos. Com forte caráter teleológico, o naturalista mantém a divisão tripartite das épocas, que aparece em Cunha Mattos, porém essa divisão se metamorfoseia na justaposição das raças formadoras do povo brasileiro.

Para escrever sobre os indígenas, necessita-se conhecê-los, principalmente pelo estudo da língua. O autor entendia que essa população estaria em processo de decadência desde a chegada dos portugueses e, por isso, foi facilmente submetida. Os tempos coloniais dariam destaque à participação dos portugueses, que trouxeram às suas instituições, ou seja, transportaram para a América Portuguesa os pilares da cultura ocidental. A independência foi pouco comentada, essa etapa é a correspondente à justaposição das raças, a última a ser alocada na história do Brasil é a negra, da qual Von Martius discorre pouco, ponderando brevemente sobre a escravidão e a sua influência para a formação do país.

A questão da crítica as fontes é levantada por Von Martius que explicitava a necessidade de uma crítica documental tanto da origem quanto do conteúdo. Porém, sua maior preocupação é com relação à forma, ao estilo da escrita história, que deveria constituir uma narração clara e objetiva, diferenciando-se da crônica, que abunda em acontecimentos irrelevantes e de escrita confusa. Para o naturalista, as histórias provinciais são muito parecidas com as crônicas, e os historiadores não deveriam empregar seus esforços nessas obras, elas deveriam ter um caráter pragmático e se afastar das simples descrição das atividades político-administrativas.

Von Martius via na extensão territorial do país um problema para escrita de sua história geral: aqui se apresenta uma grande dificuldade em consequência da grande extensão do território brasileiro, da imensa variedade no que diz respeito à natureza que nos rodeia, aos costumes e usos e à composição da população de tão disparatados elementos¹²⁴. Contudo, sugere que esta não abarque um aglomerado de histórias provinciais mais sim história regionais¹²⁵. Tentando ressaltar a unidade do Brasil, o naturalista alerta aos que pretendem escrever sobre a história do país que era necessário escreverem uma obra de caráter geral, mas que tivesse apelo a todas as províncias

¹²⁴ MARTIUS, Karl F. P. von. “Como se deve escrever a História do Brasil”. *Op.Cit.* p.9.

¹²⁵ Essa região, segundo Von Martius, é determinada por característica físicas semelhantes, mas principalmente pelas províncias estarem historicamente interligadas.

Um outro porém, que não desse a necessária atenção a estas particularidades, corria o risco de não acertar com este tom local que é indispensável onde se trata de despertar no leitor um vivo interesse, e dar às suas descrições aquela energia plástica, imprimir-lhe aquele fogo, que tanto nos grandes historiadores ¹²⁶.

Demonstrando compactuar com o projeto de uma escrita da história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Von Martius propõe o uso pedagógico dessa história, pois, “com os sucessos do passado ensinará à geração presente em que consiste sua verdadeira felicidade, [...] inspirando-lhe o mais nobre patriotismo, o amor às instituições monárquico-constitucionais, o sentimento religioso e a inclinação aos bons costumes” ¹²⁷. Permeado pela concepção clássica de história, o autor afirma em seu texto que a missão do historiador brasileiro é orientar seus compatriotas. Segundo Von Martius, “nunca se esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço a sua pátria devera escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra” ¹²⁸. Mostrando a necessidade de uma escrita que valorizasse os bons sentimentos, a história deveria ser de inspiração e defesa da monarquia, o que, de acordo com o naturalista,

A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. O Brasil está afeto em muitos membros de sua população, de idéias políticas imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu país natal; para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-los de uma maneira destra da inexequibilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma monarquia onde há um tão grande número de escravos ¹²⁹.

A proposta de escrita da história do Brasil apresentada por Von Martius, segundo Ronaldo Vainfas, era tão inovadora “que ninguém na verdade a seguiu ao longo do século XIX e nas décadas após a Abolição e a proclamação da República” ¹³⁰. Esta afirmação de Ronaldo Vainfas é válida se for considerado que a grande obra de História do Brasil, que foi referência e influenciou as demais produções historiográficas no período assinalado pelo

¹²⁶ MARTIUS, Karl F. P. von. “Como se deve escrever a História do Brasil”. *Op.Cit.*p.9.

¹²⁷ MARTIUS, Karl F. P. von *apud* MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira. *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. p.48.

¹²⁸ MARTIUS, Karl F. P. von. “Como se deve escrever a História do Brasil”. *Op. Cit.* p.10.

¹²⁹ MARTIUS, Karl F. P. von *apud* MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira. *Op.Cit.*p.53

¹³⁰ VAINFAS, Ronaldo. Colonização, Miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Revista Tempo*, Niterói, v. 8, p. 7-22, 1999. p.2

autor, é a *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen – o Visconde de Porto Seguro.

Varnhagen escreve uma obra densa, publicada em cinco volumes, entre os anos de 1854 e 1859, sob o patrocínio da coroa. A História do Brasil, para o Visconde de Porto Seguro, inicia-se em 1500, com o descobrimento, e se encerra com a chegada da família real, em 1808.

Se as proposições de Von Martius não estão plenamente contempladas na obra de Varnhagen, a proposta de uma história que inspirasse nos brasileiros o amor a sua pátria estava contida. O próprio autor expressou esse alinhamento com a utilização pedagógica da História sugerida pelo IHGB, em suas palavras “procurando sempre escrever antes um livro útil e próprio a estimular o trabalho e a pratica das ações, do que puramente ameno destinado à simples distração”¹³¹.

O Visconde de Porto Seguro se utilizou de alguns procedimentos de construção da memória¹³², que resultaram numa eficiente edificação de quais temas que deveriam constar em uma história do Brasil, com isso a importância da obra de Varnhagen é ampliada se for considerada a sua efetividade na eleição pontos na trajetória da História do Brasil que acabaram por constituir *lugares de memória*¹³³. Arno Wehling destaca que a relevância da *História Geral do Brasil* encontra-se no ideal de promover a unidade nacional, marcando datas e lugares emblemáticos através do tempo¹³⁴.

Para Arlette Gasparello, a obra do Visconde de Porto Seguro “será o maior referencial na elaboração de livros didáticos, que vão servir a divulgação da história nacional segundo os princípios monarquistas (...) e das instituições que respaldavam esse modelo, como o IHGB e o Colégio de Pedro II”¹³⁵. A grande obra de História, escrita sob o signo e o patrocínio da monarquia, encontraria ressonância em *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, livro didático pensado e escrito para os alunos do Imperial Colégio de Pedro II, que,

¹³¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Apud* WEHLING, Arno. *Estado, história, memória... Op.Cit.* p. 68

¹³² De acordo com Arno Wehling, a construção da memória promovida por Varnhagen se baseia em algumas opções: bipolaridade e maniqueísmo; alteridade e reducionismo; exaltação dos feitos; valorização do espaço e a dificuldade para dominá-lo; identificação de lugares emblemáticos, identificação de eventos axiais, valorização dos símbolos e esquecimento. A partir destes procedimentos, sobretudo o esquecimento, o Visconde de Porto Seguro conseguir estabelecer os temas notáveis da História do Brasil. Ver: WEHLING, Arno. *Estado, história, memória... Op.Cit.*

¹³³ *Lugar de memória*, conceito desenvolvido por Pierre Nora. Para o autor, os lugares de memória nascem e permanecem por uma memória não natural, mas pela efetiva ação institucional, que cria arquivos, mantém aniversários, organiza comemorações e celebrações, uma vez que essa memória é criada e não espontânea. Ver: NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Trad. Yara A Khoury, Projeto História, São Paulo, p. 7-29, dez. 1993.

¹³⁴ WEHLING, Arno. A concepção histórica de Von Martius, *RIHGB*. (155(385), 721-731, out/dez., 1994.

¹³⁵ GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de Identidades ... Op. Cit.* .p.121.

por sua condição modelar, influenciava todo o território do Brasil. Como destaca Selma Rinaldi de Mattos, *Lições de História do Brasil*,

Fixa temas, sublinha valores, difunde crenças, ergue um panteão de heróis e marca datas que, como lembrou Capistrano de Abreu, ‘são doces ao orgulho nacional’ (...) não constrói um novo conhecimento, no sentido estrito do termo, uma vez que ‘repetimos ... o que lemos nos livros dos mestres, e seguimos quase sempre ... o senhor Varnhagen’. Em ambos volumes Macedo difundia uma memória e, inevitável e conscientemente, produzia silêncios, num jogo de poder¹³⁶.

Para Wilson Martins, mais do que uma fonte de consulta, Varnhagen figurava no modo como Macedo organizou e escreveu suas lições consolidando uma visão da história do Brasil.

No caso de Macedo, era, na verdade, Varnhagen quem assim configurava, por interposta pessoa, a nossa consciência da história brasileira: pode-se dizer, por isso, que, além de escrever uma História do Brasil, ele fez, em larga medida, a história do Brasil, pois a sua ficou sendo, afinal de contas, desde então, a nossa própria visão de história pátria¹³⁷.

Assim como a *História Geral do Brasil* de Varnhagen, as *Lições* de Macedo é uma obra cujo conteúdo histórico é essencialmente político-administrativo. Seguindo a proposta do IHGB, ao longo das lições, era erguida uma galeria de heróis e fatos memoráveis que serviriam de modelo para os educandos. Para Selma Rinaldi Mattos, Macedo construiu mais que um panteão de heróis, colaborou para a consolidação de uma memória nacional e para escrita de uma história geral em detrimento da história provincial,

Delas emergiam um panteão, um sentimento patriótico e a formação do povo brasileiro prenunciando o Império do Brasil do século XIX. A narrativa da ‘guerra holandesa’ é a maneira de construir uma *memória nacional* e uma *história geral*, em oposição de uma *memória nativista* e uma *história provincial*¹³⁸.

Lições de História do Brasil foi o primeiro livro didático a ter ampla aceitação do público e, em decorrência do largo consumo, foi editada diversas vezes, sendo sua última edição datada da década de 1920, em plena República¹³⁹. Capistrano de Abreu, ao comentar sua intenção de escrever uma história de Brasil, mostra divergir do recorte de *Lições*, contudo mostra a força de sua narrativa:

¹³⁶ MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em Lições: a história como disciplina escolar* em Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000. p.86

¹³⁷ Wilson Martins *Apud* SERRA, Tânia. *Prolegômenos a uma mitografia macediana: Lições de História do Brasil (1861-5)*. Disponível em: <http://www.pucrs.br/fale/pos/historiadaliteratura/gt/ensaios.php>

¹³⁸ MATTOS, Selma Rinaldi. *O Brasil em Lições... Op. Cit.* p. 113.

¹³⁹ MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira. *Senhores da história e do esquecimento: Op. Cit.* p.65

Escrevo-a porque posso reunir muita coisa que está esparsa, e espero encadear melhor certos fatos, e chamar a atenção para certos aspectos até agora menosprezados. Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino. As bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado pode dizer-se que ainda são desconhecidas, como, aliás, quase todo o século XVII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas¹⁴⁰.

O projeto de nação do IHGB foi bastante eficiente ao edificar *lugares de memória*, entretanto não abordou a questão da mestiçagem da população brasileira, temática que figura nos pensamentos e reflexões de políticos e pensadores brasileiros. Como aponta Thais Nivea de Lima Fonseca,

Do século XIX até a década de 30 do século XX essas elites colocaram a questão da identidade no centro de suas reflexões sobre a construção da nação, o que as levou a considerar detidamente o problema da mestiçagem, visto que na sua perspectiva mais preocupante, isto é, aquela que envolvia a população afro-brasileira¹⁴¹.

Pensar a nacionalidade e a identidade brasileira é uma tarefa constante, haja vista a mutabilidade do cenário e das ferramentas¹⁴² disponíveis para tal empreendimento. Como já foi suscitado, o último quartel do século XIX foi marcado por suas mudanças socioeconômicas aliadas a eventos como a Abolição e a República, que demandaram um (re)pensar a nação brasileira.

Neste contexto de mudanças, pode-se destacar a incorporação de novas teorias que repercutissem nessa tarefa de remodelar a nação, assim conforme Lilia Moritz Schawarcz foi a partir da década de 1870 introduzem-se no “cenário brasileiro teorias de pensamento até então desconhecidas como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo”¹⁴³. Ponderando sobre a História, historiografia e a Primeira República, Angela de Castro Gomes atenta para a efervescência do debate de ideias do período. Em suas palavras,

Um momento dos mais ricos para o debate de ideias políticas e culturais no país. Um debate que, buscando entender e resolver o grande problema de nosso “atraso”,

¹⁴⁰ João Capistrano de Abreu *apud* GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. Revista História (São Paulo) [em linha] 2005, vol. 24 [citado 2011-01-08]. Disponible en Internet: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=221014793007>. ISSN. p.174.

¹⁴¹ FONSECA, Thais Nivea de Lima. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.p.46

¹⁴² Ressalto que a ideia de ferramenta aqui lançada se aproxima da forma como Angela Alonso propõe pensar o uso da categoria de repertório. Conforme Angela Alonso “Repertórios funcionam como caixas de ferramentas (*tool kit*) às quais os agentes recorrem *seletivamente*, conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir linhas de ação”. In: ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - VOL. 15 No 44 outubro/2000. p.46

¹⁴³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.43

apontava para a necessidade de investigar suas causas “de origem”, para que então se realizasse um grande projeto de “modernização” do país¹⁴⁴.

Portanto, pensar a nação brasileira neste cenário demandava revisitar a História do Brasil, edificada pela tradição imperial, orientada por novos referenciais, como as teorias científicas estrangeiras. Deste modo, a modernidade no Brasil demandava uma leitura do passado feita sob o viés científico, que explicasse o “atraso” do país frente os países considerados civilizados e que amalgamasse os “elementos díspares” da nação, ou seja, que incorporasse o negro e o índio à ideia de povo brasileiro sem que essa incorporação fosse um empecilho à pertença do Brasil no mundo moderno e civilizado. As teorias estrangeiras infligiam certa dificuldade a este empreendimento, uma vez que recorriam a teorias racialistas e deterministas, em voga no período, que apregoavam uma relação de diferença e desigualdade proveniente da determinação da natureza e das raças. Desse modo, a miscigenação do povo implicaria uma inserção diferenciada do Brasil no mundo civilizado¹⁴⁵.

A escrita da história no período foi impactada por essas teorias científicas recém-incorporadas ao repertório do pensamento nacional. Essa escrita foi feita em meio a lutas políticas e simbólicas do início da república e, como destaca Angela de Castro Gomes, esse momento foi decisivo para a historiografia brasileira, uma vez que, “neste momento que inúmeros acontecimentos e personagens foram ‘revisados’ ou porque se introduziram novos fatos e heróis na narrativa, ou porque a hierarquia entre os que eram conhecidos precisava ser repensada”¹⁴⁶. Colaborando para esse entendimento, Rebeca Gontijo afirma

Uma nova história do Brasil deveria ser distinta do modelo proposto por Francisco Adolfo de Varnhagen na sua História Geral do Brasil (1854/1857). Essa obra, mesmo criticada, era vista como referencial tanto para a pesquisa quanto para o ensino da história, não apenas por apresentar o maior volume de documentos até então reunidos, mas, também, por ser a primeira (e, durante muito tempo, única) história geral da nação escrita por um brasileiro. Varnhagen era criticado por ter escrito “sem crítica e sem estilo, consumindo largas páginas com fatos somenos, quando deixava nas sombras de ligeiros traços acontecimentos notáveis, dignos de mais desenvolvida notícia”¹⁴⁷.

Dentre os muitos homens de letras e de ciência que se dedicaram a essa renovação da escrita da história nas últimas décadas do século XIX e às iniciais do século XX, optou-se

¹⁴⁴ GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, Argvmentvm, 2009.p.22

¹⁴⁵ Ressalta-se que a miscigenação do povo brasileiro foi vista tanto de modo negativo quanto positivo pelos pensadores da época. Não se enveredará pela seara de expor e ponderar sobre as escolhas das referidas polarizações a cerca da miscigenação do brasileiro.

¹⁴⁶ GOMES, Angela de Castro. *A República... Op.Cit.* p.24

¹⁴⁷ GONTIJO, Rebeca. Historiografia e ensino da história na primeira república: algumas observações. In: XII Encontro Regional de História do Rio de Janeiro - Usos do Passado, 2006, Niterói. *Anais do XII Encontro Regional de História. Rio de Janeiro: ANPUH RJ*, 2006. p.3

por destacar a contribuição de João Ribeiro, balizada pela contribuição de sua obra historiográfica *História do Brasil*¹⁴⁸.

Em seu discurso de posse no IHGB, João Ribeiro afirma que entende a história como uma eterna construção, tendo o presente como organizador do passado, em suas palavras, a “História é uma continua substituição de ideias e de factos. Ao agrado do presente, todo o passado se transforma [...] O presente é quem governa o passado e é quem fabrica e compõe nos arquivos a genealogia que convém [sic]”¹⁴⁹. João Ribeiro, em sua obra, desvinculou-se da *weltgeschichte* (história universal) e, alinhou-se à *kulturgeschichte* (história cultural). Reivindicava para si o pioneirismo no novo tratamento a história do Brasil, pois, antes de qualquer outro historiador, fora ele quem destacara o povo e trouxera o entendimento que a história do Brasil possuía mais atores do que os reis, os padres e os militares. Segundo João Ribeiro,

ninguém antes de mim, delineou os focos de irradiação da cultura e civilização do país, nenhum dos nossos historiadores ou cronistas seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão dos governadores, caminho seguro mas falso em um país cuja história se fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos[sic.]¹⁵⁰.

Utilizando-se também da tradição brasileira para a escrita da história, no prefácio de sua obra, Ribeiro afirma que, a partir das indicações de Von Martius, mesmo que vagas inexatas, ele produziu uma história dando maior destaque para a terra e sua gente, na qual brancos, negros e índios formam o povo brasileiro.

Ao longo da exposição, procurou-se destacar os elementos norteadores da escrita da história ao longo do século XIX e do início do século XX. Aquele que enveredava pela escrita da história do Brasil deveria refletir sobre essa operação, seja para produzir uma história seguindo as propostas do IHGB, seja para discuti-la e escrever uma história sob novos paradigmas.

¹⁴⁸ Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo ao apresentar seu tema afirma ter estudado pela obra, reconhecendo-o como um manual escolar de grande longevidade e, em suas palavras “quando fui prestar vestibular de Direito em 1964, a congregação da faculdade havia introduzido “História do Brasil” como disciplina do concurso e indicado como livro texto *História do Brasil: Curso Superior* de João Ribeiro”. Ver MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira. *Senhores da história e do esquecimento Op. Cit.*, p. 17 História do Brasil ultrapassou os limites dos colégios. De acordo Joaquim Ribeiro, no prefácio da 14ª edição, onde apresenta um pouco da recepção do livro afirma que Capistrano de Abreu se inspirara na obra de seu pai. Mas destaca que Capistrano não fora o único “nossos sociólogos, desde Euclides da Cunha em ‘Os Sertões’ a Gilberto Freyre em ‘Casa Grande e Senzala’ citam como fontes de seus estudos, a ‘História do Brasil’ de João Ribeiro” Ver RIBEIRO, Joaquim *apud* RIBEIRO, João. *História do Brasil. Curso Superior*. 14ª Rio de Janeiro: Livraria São José, 1953. p.21-22.

¹⁴⁹ ANDRADE, Vera Lucia Cabana. Historiadores do IHGB/Catedráticos do Colégio Pedro II na República. R *IHGB*, Rio de Janeiro, a. 169 (440):219-241, jul./set. 2008.p.225

¹⁵⁰ RIBEIRO, João. *Op. Cit.* p.23

2. *Revoluções Brasileiras*

2.1. Materialidade e Recepção

Publicada pela primeira vez em 1898, pela tipografia Typ. Do Jornal do Commercio de Rodrigues & Comp, *Revoluções Brasileiras* é recomendada a um público específico, os estudantes do ensino secundário que, norteado pela nova leitura, alcançariam o conhecimento da História do Brasil por um prisma republicano. Essa primeira edição não foi localizada em sua materialidade original, sendo encontrada apenas em sua forma digitalizada, trabalho realizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros – IEB. Em decorrência deste processo, as características do suporte material foram alteradas, de modo que dessa edição, no que concerne a sua materialidade, pode-se inferir tão somente a paginação (248 páginas) e suas partes constituintes como a folha de rosto, um prefácio do autor, dezoito capítulos, um índice e uma folha de errata. Abaixo, a reprodução da folha de rosto da primeira edição de *Revoluções Brasileiras*.

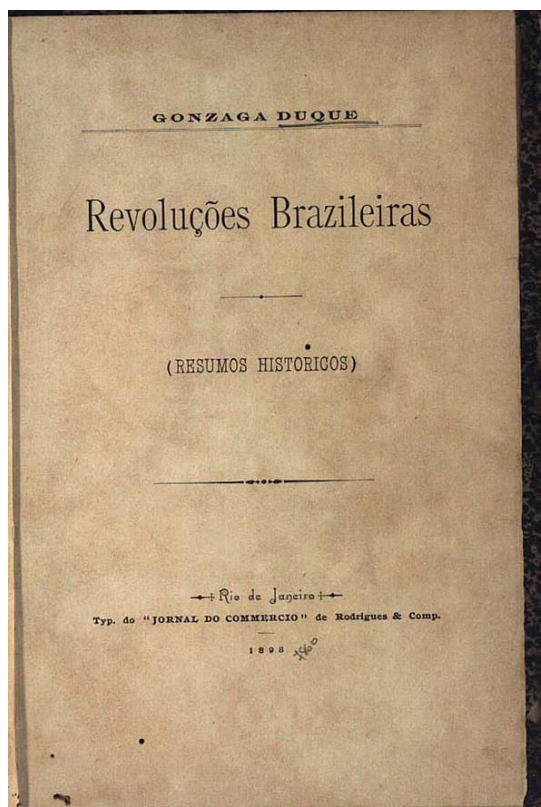


Imagem 6: folha de rosto da primeira edição de *Revoluções Brasileiras*.

Revoluções Brasileiras, como dito anteriormente, é uma obra de História do Brasil destinada aos jovens e recomendada para a adoção no ensino secundário. É uma história escrita a partir de movimentos contestatórios da ordem vigente, como é destacado em seu título. “Resumos Históricos”, o subtítulo, apresenta para o leitor uma das principais características do conteúdo: pequenos textos sobre algumas contendas ocorridas no Brasil¹⁵¹.

Além das partes paratextuais obrigatórias, como a capa e o título, por exemplo, o livro contém um prefácio do autor intitulado “Advertência”, em que expõe para o leitor algumas das motivações que o levou a escrever a referida obra. Posteriormente são expostos os dezoito capítulos que constituem o livro. Em cada capítulo da obra, é apresentado o resumo de uma revolução¹⁵², como pode ser observado no quadro abaixo.

<i>Capítulos de Revoluções Brasileiras</i>
I. Quilombo dos Palmares (Pernambuco 1630-1695)
II. Guerra dos Mascates (Pernambuco 1710-1713)
III. Levante de Felipe dos Santos (Minas Gerais – 1720)
IV. Inconfidência Mineira (Minas Gerais 1789-1792)
V. Revolução de 1817 (Pernambuco)
VI. A Independência (Tentativas Republicanas)
VII. Guerra da Independência (Bahia 1823)
VIII. Confederação do equador (Pernambuco 1824-1825)
IX. Sete de Abril (Rio de Janeiro 1831)
X. As Rusgas (1831-1837)
XI. Os Cabanos do Pará (1834-1836)
XII. A Sabinada (Bahia 1837-1838)
XIII A Balaiada (Maranhão 1838-1841)
XIV. São Paulo (1842)
XV. Minas Gerais (1842)
XVI. Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul 1835-1845)
XVII. Revolta Praieira (Pernambuco 1849)
XVIII. Proclamação da República (Rio de Janeiro – 15 de novembro de 1889).

¹⁵¹ Opta-se pela utilização do nome Brasil, mesmo entendendo que a obra historiografa movimentos anteriores à constituição do país independente.

¹⁵² Novamente, opta-se pela reprodução do termo cunhado pelo autor, contudo ressalta-se que tal conceituação não foi incorporada e compreende as particularidades de cada movimento.

Nas últimas páginas da primeira edição, está disposto o índice – que arrola os capítulos e as respectivas páginas iniciais – e uma lista de errata. Apesar dos avanços na edição de livros que barateavam os custos e tornava mais acessível o uso de imagens¹⁵³, apesar de ser um recurso didático largamente utilizado, *Revoluções Brasileiras* não apresenta imagens.

Encadernado em capa dura, a segunda edição, publicada em 1905 pela tipografia Laemmert, em tiragem de terceiro milheiro, mantém a mesma organização da primeira edição e apresenta no verso de sua falsa folha de rosto uma observação impressa “Obra aprovada e adotada pelo Conselho Superior de Instrução do Distrito Federal, dos Estados do Rio e do Paraná”. Constituída de 268 páginas de corpo de texto, todavia, ela se difere da primeira edição pelo acréscimo de um prefácio intitulado “Por que Revoluções?” e a incorporação de algumas notas do autor complementando o conteúdo. Destaca-se, por fim, que a segunda edição apresenta alguns melhoramentos de editoração, isto é, foram corrigidos trechos que o autor considerou mal redigidos e não apresenta maiores alterações.

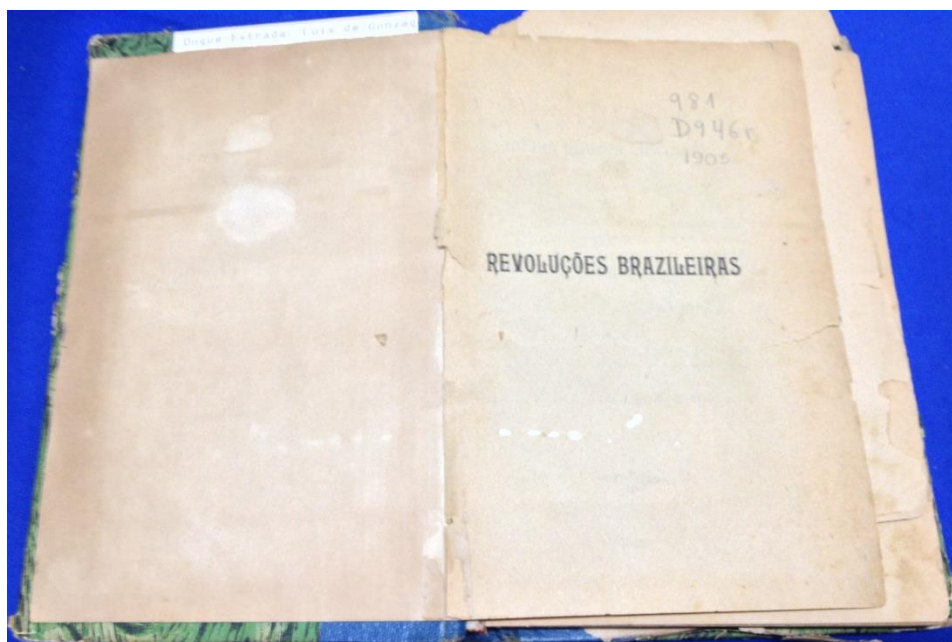


Imagem 7: Falsa folha de rosto da segunda edição de *Revoluções Brasileiras*

Organizada por Vera Lins e Francisco Foot Hardman, a terceira edição¹⁵⁴, publicada em 1998 pela editora da Unesp, conta com prefácios dos organizadores nos quais explicitam a

¹⁵³ BITTENCOURT, C. M. F. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C. M. F (Org.). *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto: 1997.

¹⁵⁴ DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera. (Orgs.). São Paulo: Fundação da Editora da UNESP: Giordano, 1998. Neste trabalho, optou-se pela utilização

importância da obra e do autor, bem como as escolhas feitas para a edição, que é parte constituinte de um projeto de preservação da memória literária nacional. Com formato brochura de capa flexível, a edição feita por Vera Lins e Francisco Hardman apresenta 243 páginas no total, sendo que as 32 primeiras são elementos pré-textuais dos editores e as últimas 11 páginas formam um apêndice com resenhas críticas contemporâneas à primeira edição e uma carta de Gonzaga Duque dirigida aos conselhos estaduais de instrução pública, visando a sua acolhida como livro didático complementar de História do Brasil.

Além das notas de Gonzaga Duque já incorporadas, essa edição apresenta notas dos organizadores que ampliam algumas passagens contidas no livro. Por fim, destaca-se que não foram acrescentadas imagens, excetuando a capa, que contém uma reprodução da obra *Zumbi*, de Antônio Parreiras.

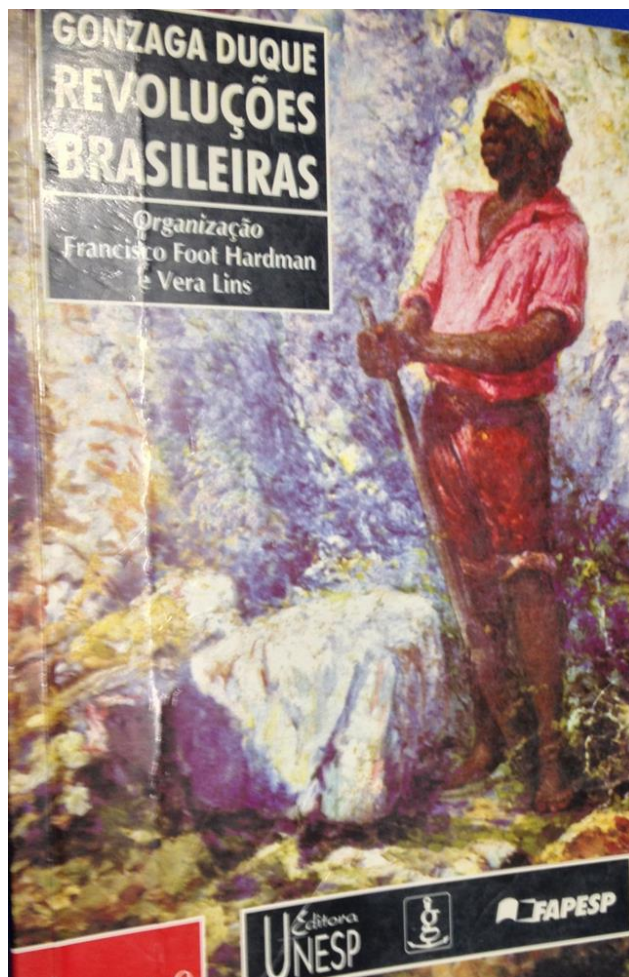


Imagem 8: Capa da terceira edição de *Revoluções Brasileiras*

desta edição, uma vez que é resultado da comparação das edições anteriores, e seus organizadores acrescentaram notas indicativas do próprio Gonzaga Duque, localizadas nas margens de um exemplar encontrado em sua biblioteca.

Ressalta-se que não foi encontrada uma gama de fontes que respaldassem o estudo da circulação e a recepção de *Revoluções Brasileiras*, implicando um diminuto aprofundamento em tais áreas. A dificuldade em encontrar tais fontes pode ser percebida em um pequeno texto dos organizadores da terceira edição. Nas palavras de Vera Lins e Francisco F. Hardman, as resenhas ganharam espaço no apêndice por serem “raros documentos históricos-literários sobre a recepção da obra”¹⁵⁵.

As resenhas contidas nesse apêndice são bastante elogiosas à obra publicada por Duque em 1898 e, de acordo com os organizadores, eles chegaram a elas a partir de anotações manuscritas de Andrade Muricy, personagem que é reconhecidamente influenciado pelo simbolismo, movimento literário que tinha Gonzaga Duque como um de seus precursores¹⁵⁶. Acredita-se também que, por acompanhar uma edição pertencente a um projeto de memória, foram privilegiadas notas que exaltassem *Revoluções Brasileiras*. Destacando tais ressalvas, iniciaremos por esses apontamentos sobre a recepção.

A avaliação de Artur Azevedo foi publicada no jornal *O País* em outubro de 1898 sob o título *Palestra*. Conhecido desde o tempo d’*A Gazetinha*¹⁵⁷, Arthur Azevedo apresentou *Revoluções Brasileiras* em tom bastante elogioso e tinha como mote o prestigioso serviço prestado à República ao contar a conturbada história de tempos pregressos,

Gonzaga Duque, o mesmo escritor elegante e sóbrio que assinou com o nome Gonzaga Duque Estrada um magnífico livro *A arte brasileira*, acaba de publicar, num volume bem impresso nas oficinas do *Jornal do Comércio*, uma obra destinada à instrução cívica da nossa mocidade¹⁵⁸.

Após elogiar o autor e a edição e destacar a utilidade de *Revoluções Brasileiras*, Arthur Azevedo afirmou que essa obra contém o resumo histórico “habilmente feito de todas as nossas agitações políticas de mais vulto”¹⁵⁹. Para o resenhista, as passagens históricas marcadas por conflitos devem ser narradas de modo simples, sem grandes marcas de estilo. Nesse ponto, o autor critica sutilmente Duque, pois este “soube ser desartificioso, embora

¹⁵⁵ LINS, Vera; HARDMAN, Francisco F. Resenhas à primeira edição. In: DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera Lins (Orgs.). São Paulo: Editora da UNESP; Giordano, 1998. p.205

¹⁵⁶ De acordo com Angela de Castro Gomes, Andrade Muricy pertenceu à segunda geração de simbolistas e sofreu grande influência de Nestor Victor, Emiliano Pernetta e Gonzaga Duque. A. M. C.. *Essa gente do Rio... Op. Cit.*.

¹⁵⁷ Gonzaga Duque colaborou no periódico *A Gazetinha* enquanto Artur Azevedo era seu editor chefe. DUQUE, Gonzaga. No Tempo da *Gazetinha*. *Kósmos*, Rio de Janeiro, ano V, n.9, 1908. In.: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Impressões de um amador*. *Op. Cit.*

¹⁵⁸ AZEVEDO, Artur. *Palestra*. In: DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit.*.p.207

¹⁵⁹ *Idem*.

aqui e ali transpareça vagamente certa preocupação de modernismo”¹⁶⁰. Fechando a sua apresentação e a análise da obra, Azevedo ressaltou a sua utilidade, uma vez que, ao mostrar todos os conflitos no passado colonial e imperial do Brasil, atenuaria o desagrado com as perturbações que ocorriam na recente República. Conforme Artur Azevedo,

Este livro de patriotismo e justiça não vem prestar serviço tão somente à mocidade estudiosa, mas também à República. É moda agora dizer que o nosso país foi sempre uma espécie de seio de Abraão, e só depois do 15 de novembro vivemos às turras uns com os outros. Leiam nestas páginas o que houve no Brasil durante o reinado de D. Pedro II, e diabos me levem se as sabinadas, balaçadas, cabinadas e farrapadas não consolarem das nossas rugas de hoje¹⁶¹.

Um pequeno trecho da crônica literária escrita por Medeiros e Albuquerque e publicada em 31 de novembro de 1898 no periódico *A Notícia* foi dedicado às impressões obtidas da leitura de *Revoluções Brasileiras*. Segundo o articulista, uma virtude do livro de Gonzaga Duque é a amplitude dos movimentos registrados. Em suas palavras, “nele se noticiam todos os movimentos insurrecionais que agitaram tanto o Brasil colonial como o império. O volume termina com a proclamação da República”¹⁶².

Todavia o que mais se destacou nas impressões de Medeiros e Albuquerque foi a crítica ao estilo da escrita de Gonzaga Duque que “sem que chegue às extravagâncias que dele se poderiam esperar, à vista de produções anteriores, não tem talvez toda a simplicidade desejável”¹⁶³. Considerando o público para o qual a obra foi destinada, a crítica sobre a clareza da escrita se torna demasiadamente pejorativa. O resenhista, procurando não desqualificar a obra e de modo a reafirmar a qualidade de *Revoluções Brasileiras*, assim se referiu a ela no trecho final de sua exposição:

É bom, porém, acrescentar que, se há nesse gosto alguns trechos, a quase totalidade do livro é composta muito mais singelamente. A narração dos fatos é feita com animação e vida, com energia patriótica. Lê-se com prazer a evocação de todas essas lutas, desde a pugna inglória dos Palmares até 15 de novembro...¹⁶⁴.

Deste conjunto de resenhas, a mais favorável é a escrita por Coelho Neto e publicada na *Gazeta de Notícias* em 30 de novembro de 1898. Inicialmente o articulista exaltou o grupo simbolista que “vivem em abscondito mistério torturando a frase em busca de uma forma

¹⁶⁰ *Idem.*

¹⁶¹ *Idem.*

¹⁶² MEDEIROS E ALBUQUERQUE, José Joaquim de Campos da Costa. Crônica Literária. . In: DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit.*, p.211

¹⁶³ *Idem.*

¹⁶⁴ *Idem.*

perfeita”¹⁶⁵, e continuou: “Luiz Gonzaga Duque Estrada é também um misterioso. A sua obra é pequena, mas tem a perfeição minuciosa das jóias”¹⁶⁶. Tratando especificamente do Livro *Revoluções Brasileiras*, Coelho Neto afirmou que Duque “ultimamente, querendo servir à Pátria com a sua pena severa, dedicou-se à história respingando no campo farto do Passado os feitos dos nossos maiores: os levantes e as revoltas, os motins e as lutas que concorreram para a integração da Pátria”¹⁶⁷.

Ponderando acerca da utilidade da obra, Coelho Neto destacou que ela representa uma dupla vantagem: é profundamente brasileira e intensamente artística, resultando num cenário em que a “substância histórica tem um veículo delicioso para a inteligência”¹⁶⁸. Por fim, o resenhista fez uma citação cujo objetivo é explicitar quais as qualidades que o historiador deve ter para que seu texto seja respeitado (qualidades essas que são: franqueza, verdade, clareza de exposição, cuidados para evitar o anacronismo e cuidado com o léxico) e garante que *Revoluções Brasileiras* é resultado dessa qualidade “e isso conseguiu Gonzaga Duque Estrada dando-nos a verdade histórica dentro duma fina moldura de filigranista artística”¹⁶⁹.

Essa resenha apresenta indícios de uma recepção menos amistosa, uma vez que se refere a um comentário feito “judiciosamente” por um escritor do periódico *O País*. Além da já exposta, foi encontrada uma resenha sobre *Revoluções Brasileiras* no referido periódico, e acredita-se que Coelho Neto possa ter feito referência a esse escrito, já que fora publicada em data anterior (28 de novembro de 1898).

Sob o título *Impressões de Leitura*¹⁷⁰, Alberto Augusto destacou a dificuldade de distinguir-se revolução, revolta e resistência à invasão estrangeira “quando o nacional, ébrio de entusiasmo, se apresta para a luta em defesa do território e se atira à peleja, armas em punho, pela integridade da Pátria [sic]”¹⁷¹. Ademais, o resenhista ressaltou que tal indistinção produziria maus efeitos no jovem leitor, que seria despreparado para exercer tal juízo. Afirmou também que Gonzaga Duque não escapou de tal uso e questionou a adoção do conceito de Revolução para eventos que eram reconhecidamente compreendidos como revoltas, levantes, motins, conforme Alberto Augusto

¹⁶⁵ NETO, Coelho. Fagulhas. In: DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit.*. p 209

¹⁶⁶ *Idem.*

¹⁶⁷ *Ibidem.* p.210

¹⁶⁸ *Idem.*

¹⁶⁹ *Idem.*

¹⁷⁰ AUGUSTO, Alberto. *Impressões de Leitura, O País*, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1898.

¹⁷¹ *Idem.*

A tal impecilio não pôde fugir o Sr. Gonzaga Duque, incluindo no volume sob o título geral de *Revoluções Brasileiras*, desde o Quilombo dos Palmares, em Pernambuco, até os movimentos de 1817, 1824, 1848 e 1889 de que resultou a proclamação da República. Vê bem quem conhece a história que nem todos esses movimentos foram revoluções e que nem todos também foram revoltas [sic]¹⁷².

Ao longo da resenha, Alberto Augusto questionou a classificação de vários movimentos contestatórios, entretanto o questionamento que se destacou foi o da não incorporação de outros movimentos sediciosos, até mesmo do período Republicano, como a Revolta da Armada, em suas palavras “e se assim não fora, se fossem todos episódios e incidentes da nossa vida colonial ou nacional, por que não se incluiu nelles a revolução de 6 de setembro? O seu livro é de 1898. Tempo há, portanto, para analysar o movimento revoltoso [sic]”¹⁷³. O resenhista termina seu texto suavizando o tom de sua crítica, afirmando que o livro é aceitável em seus pontos principais e tem condições de preencher a finalidade que lhe fora destinada e termina exaltando Gonzaga Duque, autor conceituado por *A Arte Brasileira*.

Anos mais tarde os críticos Afrânio Coutinho e Otávio Filho destacam que Duque se distancia da história descritiva e da política feita até então, abordando as “Revoluções” pelo âmbito social. Segundo Otávio Filho, o manual merece ser lido porque nele “todas as nossas revoluções foram encaradas em seu aspecto social, [...] Desde o *Quilombo dos Palmares* até a *Proclamação da República*, se encontram [...] todos os movimentos revolucionários nacionais”¹⁷⁴. Otávio Filho destaca ainda o trabalho de investigação, a qualidade dos comentários, afirmando que “é o mesmo espírito investigado a reaparecer vivace ao lado do comentário ponderado”¹⁷⁵. Afrânio Coutinho, assim como Otávio Filho, faz elogios à abordagem social da obra, à investigação histórica e ao estilo da escrita, que tornaram menos enfadonho o estudo da história

Dez anos mais tarde [em relação ao livro *A Arte Brasileira*], com o mesmo espírito investigador, publica Gonzaga Duque o livro, hoje raro, *Revoluções Brasileiras* (1898). Nesse livro, as revoluções que explodiram em nossa terra foram encaradas em seu aspecto social, e ao autor não faltou certo poder de estilo claro e incisivo, única forma de tornarem-se atraentes e menos massudos os estudos históricos¹⁷⁶.

Recorrendo também à correspondência de Gonzaga Duque, foi possível, de certa forma, aproximar-se da recepção de *Revoluções Brasileiras*. O apêndice da terceira edição

¹⁷² *Idem*.

¹⁷³ *Idem*.

¹⁷⁴ OTÁVIO FILHO, Rodrigo. *Apud* PESSANHA, Elaine Durigam Ferreira. *Op. Cit.* p.27

¹⁷⁵ OTÁVIO FILHO, Rodrigo. *Apud* PESSANHA, Elaine Durigam Ferreira. *Op. Cit.* p.49

¹⁷⁶ COUTINHO, Afrânio. *Apud* PESSANHA, Elaine Durigam Ferreira. *Op. Cit.* p.39

conta com a reprodução de uma carta escrita por Duque endereçada aos Conselhos de Instrução Pública.

Nesta reprodução, foi expressa a vontade de autor ver sua obra adotada no ensino público e, conforme Duque, ela seria dedicada à “educação cívica da mocidade patricia”¹⁷⁷. Grande parte desta missiva é destinada a desculpar-se de erros de impressão, bem como destacar a inviabilidade financeira de adequar a edição em circulação. Por fim, Duque salientou que, sendo a obra adotada, uma nova edição revisada poderia amenizar as dificuldades geradas por tais erros. Em consonância com Duque:

Se o presente livro merecer a sabia aprovação dos preclaros membros deste Conselho de Instrução, e se fôr adoptado para *completar o ensino de história pátria* nas escolas do prospero Estado (...), certo será reimpresso em mais apurada, atendida e caprichosa edição, porque seu desmerecido auctor procurará modificar as condições materiais do primeiro trabalho [sic]¹⁷⁸.

Gonzaga Duque também recorre a amigos para ter a obra divulgada e consumida pelo público para o qual era destinada, sendo Emiliano Pernetta um deles. A partir de cartas enviadas por Duque a Emiliano Pernetta¹⁷⁹, foi possível perceber algumas ações do autor na tentativa de divulgar sua obra no estado do Paraná. Em carta datada de 18 de novembro de 1898, Duque anuncia que enviará três exemplares de *Revoluções Brasileiras* ao amigo Pernetta, que no momento ocupa o cargo de diretor de instrução.

No dia 15 de dezembro de 1898, Duque pede notícias do andamento de seu requerimento haja vista que não havia recebido qualquer notificação do Conselho e também declarou ter vontade de reeditar a obra, ampliando-a. Ainda dessa missiva, constam informações sobre a primeira edição e sua incursão no meio editorial. Duque destaca que

As encomendas devem ser dirigidas a mim. Fui o editor e preciso salvar-me das gargalheiras dos compromissos em que agoniso por ter confiado numa promessa!... O preço do volume é 5\$000. Espero se salvar algum lucro dessa primeira edição, dar ao prélo os originaes de um romance concluído – Mocidade Morta – que te ofereço[sic]¹⁸⁰.

¹⁷⁷ DUQUE, Gonzaga. Carta destinada aos Conselhos Estaduais de Instrução Pública. In: DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera Lins (Orgs.). *Op. Cit.*, p.203

¹⁷⁸ *Idem.*

¹⁷⁹ A correspondência foi organizada por Cassiana Carollo e encontra-se publicada na revista Letras. CAROLLO, Cassiana Lacerda. “Correspondência de Gonzaga Duque a Emiliano Pernetta” in *Letras*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, (23): 245-297, jun. 1975.

¹⁸⁰ *Idem.* p. 257

Essa citação é bastante esclarecedora. Gonzaga Duque inicia um empreendimento enveredando na seara dos livros didáticos, contudo o retorno não fora assim tão imediato, o que denota a alta expectativa que tinha nesse ramo e uma frustração quanto a sua rentabilidade. Além disso, percebe-se que a obra didática seria o meio pelo qual se ambicionava financiar outras publicações, ou seja, não havia respaldo e/ou interesse de Duque em especializar-se na produção de livros didáticos.

A última carta, cujo conteúdo versa sobre a recepção de *Revoluções Brasileiras*, foi localizada no arquivo pessoal de Gonzaga Duque e se trata de uma resposta da Diretoria Geral da Instrução Pública da Capital do Estado de Pernambuco, escrita em 30 de junho de 1906. Nessa missiva, *Revoluções Brasileiras* foi recomendada para a adoção nas escolas pernambucanas. Sobre a obra, o secretário do conselho mencionava:

É escripta em linguagem correcta, simples, cheia de claresa e contem excellencia de utilidade, porque, seu resumos históricos, oferece a educação cívica de nossos juvenis compatriotas, bellas paginas de heroísmo brasileiro, capazes de comunicar-lhes pelas sugestões dos feitos de nossos antepassados, bastante sentimento do amor pátrio, poderoso incentivo e factor na formação do character nacional [sic]¹⁸¹.

O Conselho da Instrução de Pernambuco exalta o caráter formativo da obra, sendo realmente útil para a criação do amor pátrio nos corações dos jovens da também jovem República. Ao considerar o incipiente mercado editorial brasileiro em fins do século XIX e início do século XX, a diferença de sete anos entre a primeira e segunda edição é um indício de aceitação da obra. *Revoluções Brasileiras*, conforme a folha de rosto da segunda edição, foi aprovada e adotada pelo Conselho de Instrução Pública do Distrito Federal e dos estados do Rio de Janeiro e do Paraná. Em uma nota, Cassiana Carrolo destaca que, segundo um depoimento de Andrade Muricy, o livro foi utilizado nas escolas do estado do Paraná¹⁸².

Após o reconhecimento de suas qualidades e utilização no meio educacional, *Revoluções Brasileiras* foi paulatinamente relegada ao esquecimento, sendo recuperada tão somente, como já fora dito, em 1998, em uma coleção de memória da literatura brasileira.

¹⁸¹ VIEIRA, A. Lima. *Carta*. 30 de julho de 1906, Recife, para Gonzaga Duque, Rio de Janeiro, 3 páginas. Comentários sobre a aprovação de seu livro, *Revoluções brasileiras*, pelas escolas públicas de Recife. p.2.

¹⁸² CAROLLO, Cassiana Lacerda. “Correspondência de Gonzaga Duque a Emiliano Pernetta. *Op. Cit.*, p-253.

2.2 “Advertência” e “Por que Revoluções?”: os prefácios e uma proposta de leitura

Na primeira edição, antes de chegar aos resumos históricos escritos por Gonzaga Duque, o leitor de *Revoluções Brasileiras* perpassa pela capa, folha de rosto, uma página onde está descrita a outra obra publicada por Duque – *A Arte Brasileira* – e, imediatamente antes dos resumos – apenas o leitor que antes de iniciar a leitura folheou o livro tem consciência disto –, um prefácio. Finalmente, após os resumos, o leitor encontra um índice e uma folha de errata.

O leitor da segunda edição encontra uma estrutura pouco modificada, entretanto acrescida de outro prefácio autoral de Gonzaga Duque. Publicada 93 anos depois da segunda edição, a terceira edição apresenta uma estrutura bastante distinta e compõe uma coleção de memória. Nesta edição, os organizadores agregaram prefácios de sua autoria, bem como um apêndice com uma carta de Duque e resenhas à primeira edição.

Essas partes do livro formam um conjunto que é nomeado de paratexto, entendido como uma zona intermediária entre o texto principal e as outras partes da obra e, como destaca Gérard Genette, na maioria das vezes “o paratexto é um texto: se ainda não é o texto, pelo menos já *é texto* (grifos do autor)”¹⁸³. De maneira clara, Aulus Mandagará Martins ajuda a delimitar os contornos do que é o paratexto e, em suas palavras,

É tudo aquilo que acompanha ou rodeia um texto, instituindo-o como obra e inscrevendo-o no circuito de comunicação. A capa ou o projeto gráfico, o título, o nome do autor, o selo da editora, são exemplos desses elementos paratextuais que configuram o livro como objeto e, dotados de uma função pragmática, orientam os modos de aceder ao texto, estipulando, em diferentes dimensões, protocolos de leitura¹⁸⁴.

A autoria é um aspecto do paratexto que deve ser observado. De acordo com Gérard Genette, o autor e o editor são as pessoas responsáveis tanto pelo texto quanto pelo paratexto, contudo eles podem delegar a um terceiro sua função autoral. Destaca-se também que as obras sofrem diversas interferências seja do editor ou até mesmo das tecnologias de impressão, assim sendo a autoria não responde exclusivamente à intenção ou à responsabilidade do autor. Completando, Roger Chartier¹⁸⁵ afirma que não existe texto desligado de sua materialidade e

¹⁸³ GENETTE, Gérard. *Paratextos* ..Op.Cit.. p.14

¹⁸⁴ MARTINS, Aulus Mandagará . As margens do texto nas margens do cânone: Paratexto, texto e contexto em Luuanda e Mayombe *IPOTESI*, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 169 - 177, jul./dez. 2010. p.170

¹⁸⁵ CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In:_____. *A história cultural... Op. Cit..pp- 121-139*

que, portanto, o estudo da obra deve considerar as interferências sofridas pelo texto e como influenciaram as impressões dos leitores.

Outro aspecto observado do paratexto é o destinatário, que, à primeira vista, seria o público em geral. Todavia o público pode ser amplo ou restrito e essa variação está relacionada de acordo com o componente paratextual analisado, isto é, se o título for o componente do paratexto analisado, o público presumido é o amplo, o que não ocorre caso o prefácio for o componente paratextual analisado, pois esse apresenta um público leitor mais restrito¹⁸⁶.

Para Gérard Genette, “o paratexto sob todas as suas formas, é um discurso fundamentalmente heterônimo, auxiliar, a serviço de outra coisa que constitui sua razão de ser: o texto”¹⁸⁷, em sequência destaca-se a necessidade de observar um último aspecto do paratexto, o funcional. Cada elemento paratextual (como título, dedicatória, prefácio e outros) tem definições rígidas e excludentes, entretanto as escolhas funcionais ligadas a esses elementos são flexíveis e, portanto, abarcam maior diversidade e se tornam reveladores dos recursos de que se lançaram mão na constituição da obra.

A proposta deste subcapítulo é analisar um elemento paratextual em particular, o prefácio, restringindo a análise aos prefácios autorais de Gonzaga Duque. O prefácio é percebido por Antoine Compagnon como o começo do livro e o fim da escrita aquilo que estabelece relação entre título e o assunto da obra, entre o autor e o texto, bem como entre o leitor e o texto. Tais relações são assinaladas por Antoine Compagnon

Entre o título e o texto, o prefácio se define pela relação que se estabelece entre o título “desencorajador” e o “assunto do livro”, mais atraente, espera-se. O prefácio não é, senão secundariamente, uma relação entre o autor e o texto (o “projeto”) ou entre o leitor e o texto (a “utilidade”), jamais entre o autor e o leitor, separados pelo livro que *já está ali*¹⁸⁸ (destaque do autor).

Desse modo, considera-se “Advertência” e “Por que Revoluções?” prefácios de *Revoluções Brasileiras*. Ambos são escritos por Gonzaga Duque, portanto autorais, todavia incorporados à obra em momentos distintos. “Advertência” é um prefácio original constante desde a primeira edição; já “Por que Revoluções?” é um prefácio tardio, incorporado a partir da segunda edição. Essa diferença permite inferir certa influência da recepção da obra, uma vez que houve a necessidade de o autor expor novamente as suas intenções para o público.

¹⁸⁶ GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais...* Op. Cit., p.16

¹⁸⁷ *Ibidem*, p.17

¹⁸⁸ COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. p. 130.

“Advertência” é o prefácio à primeira edição e retrata a seara que Gonzaga Duque vislumbrava adentrar. Seu conteúdo apresenta não só algumas das intenções do autor, como também uma breve explicação das escolhas feitas à construção da obra.

Era na então jovem República do Brasil, que ainda não havia completado dez anos, que Duque publicava *Revoluções Brasileiras*. A consolidação do novo regime de governo, tornou-se necessário um rearranjo dos elementos simbólicos que ligavam o povo ao regime, já que não era mais possível utilizar-se do repertório da antiga Monarquia. Em decorrência deste cenário, procurou-se adaptar e (re)criar novos simbolismos que ressoassem no coração dos cidadãos e, para tal empreitada, recorreu-se à literatura, à memória nacional e, deliberadamente, à história, para significar tais símbolos, amalgamando os cidadãos, a nação e a República.

Essa ligação dos cidadãos com a República, para Gonzaga Duque, passava pelo conhecimento da história nacional, no entanto era preciso o conhecimento de uma história que destacasse as diversas passagens que uniam o povo brasileiro aos sentimentos republicanos e às várias tentativas de implantação desse regime. Portanto, era primordial que a população reconhecesse as origens republicanas de sua nação. Para tanto, recorreu-se à educação dos sentimentos através do conhecimento da história nacional que mostrasse a ligação mais estreita dos brasileiros de outrora com a República de modo a se desenvolver, além do sentimento patriótico, a confiança nas instituições políticas republicanas. Percebendo como uma obrigação a divulgação dessa história republicana, Duque afirma que “o conhecimento histórico das origens republicanas é um dever da educação de um povo livre, alenta a alma patriótica da mocidade e desenvolve a crença política no coração dos cidadãos”¹⁸⁹.

No entendimento de Gonzaga Duque, o povo brasileiro, mas, sobretudo a juventude, não encontrava no mercado editorial obras didáticas e historiográficas que seguissem tal orientação, porquanto aqueles que escreviam a história do Brasil não haviam rompido com o modelo de escrita consagrado ao longo da Monarquia. Tal panorama, marcadamente, paira nas preocupações de Duque acerca da escrita da história, sendo expresso em suas palavras “a história do Brasil, que até hoje tem sido escrita para uso das escolas e para a leitura dos nossos jovens patrícios, não atende a este *desideratum* porque ficou restrita aos estreitos moldes convencionais do ensino monárquico”¹⁹⁰.

¹⁸⁹ DUQUE, Gonzaga. Advertência. In:_____. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit.*. p. 7.

¹⁹⁰ *Idem*.

Nesse formato, o estudo da história pátria não favorecia uma sensibilidade republicana, uma vez que continuava a omitir a participação popular nos processos históricos e, por conseguinte, perpetuava a frouxidão dos laços entre a política e o povo. Ao considerar a história sob a ótica monárquica “omissa e deficiente na referência às sucessivas e sangrentas guerras que vieram conduzindo a nova nação sul-americana à posse do governo do povo pelo povo” ¹⁹¹, Gonzaga Duque sentia a necessidade de superar o modelo em voga e de reescrever a história sob novos preceitos.

Há, notadamente, uma preocupação por parte de Gonzaga Duque com a potencialidade inspiradora da história, uma marca da concepção clássica da história que a entendia como Mestra da Vida, tal marca replicada pelos fundadores do IHGB como uma história pragmática voltada para nortear e modelar a nação. Em “Advertência”, é destacado o caráter formativo da história e abertamente se endereça a obra à formação cívica dos jovens. Então, para Duque, sua obra qualificar-se-ia para formar os cidadãos da República, já que foi escrita sob o prisma republicano, destacando as aproximações dos brasileiros com esse regime de governo.

Consta assinalada no prefácio a utilização de dois recursos para que *Revoluções Brasileiras* alcançasse uma finalidade formativa: a criação de heróis e de condutas exemplares e uma narrativa cativante. O autor destaca que a mocidade precisava conhecer “os exemplos de civismo dos seus antepassados que, sem medir esforços, lutaram pela liberdade e pela civilização a que conseguimos chegar” ¹⁹². Tal recurso não era desconhecido e fora propagado pelo IHGB, por meio de seus textos fundadores, que via na formação de um panteão de heróis um modo de se educar pelo exemplo, meio pelo qual se modelariam posturas enaltecendo virtudes e rechaçando vícios. Se a criação de heróis e a narrativa de condutas exemplares não eram um recurso novo, nessa obra de Duque aparecerão com objetivo de formar o cidadão participante e não o súdito fiel, como propunha o IHGB.

Buscando afastar-se de uma história factual e administrativa, Gonzaga Duque apontou o segundo recurso utilizado, a narrativa cativante. Essa característica de sua obra tinha por objetivo inspirar e impressionar o leitor, em suas palavras, “a sua exposição é feita de maneira a impressionar os seus jovens leitores, descrevendo as cenas mais notáveis e delas aproveitando as minudências mais características” ¹⁹³. Posteriormente, o autor declara que a opção por uma narrativa envolvente não implicaria qualquer prejuízo da verdade histórica.

Ainda sobre a narrativa da obra, Vera Lins e Francisco Foot Hardman aproximam a

¹⁹¹ *Idem.*

¹⁹² *Idem.*

¹⁹³ *Idem.*

construção narrativa de *Revoluções Brasileiras* da estética simbolista. Conforme os organizadores da terceira edição, a obra “valendo-se de uma construção épico-dramática e, portanto, incorporando elementos ficcionais, servindo-se de imagens simbolistas na descrição de cenários e personagens ou na produção dos efeitos suspensivos da trama” ¹⁹⁴. Portanto, seria, principalmente, a partir do uso dos recursos estéticos desse movimento literário que Duque construiria sua narrativa histórica que inspiraria a juventude.

Para além dos heróis e da narrativa, Gonzaga Duque destaca ainda que não pretendia inovar, ou preencher lacunas, e tão somente objetivava “reunir, o mais sucintamente possível, o histórico dos fatos que concorreram para a proclamação do atual régimen” ¹⁹⁵. E, com isso, deixa explícito o caráter teleológico da obra, que fora concebida tendo a Proclamação da República como fio condutor, evento que, então, orienta a escrita dos demais eventos historiografados.

Outras escolhas também foram explicitadas em “Advertência”, como as fontes utilizadas, a estrutura da obra e os temas abordados. Ao comentar sobre as fontes, Duque afirma que escreveu com o auxílio de “valiosos documentos, de jornais e publicações especiais” ¹⁹⁶ e complementa ressaltando a imparcialidade que empregou no estudo, procurando sempre criticar as fontes a fim de eliminar das mesmas “os íntimos interesses do cego partidarismo” ¹⁹⁷.

Com relação à estrutura da obra, o autor salienta que “o livro não está sujeito à metódica divisibilidade dos processos modernos” ¹⁹⁸, isto é, sua estrutura narrativa é bastante diferenciada daquela consagrada por Varnhagen, dos pontos presentes na obra de Joaquim Manuel de Macedo assim como nas demais inspiradas nos autores referidos e observantes dos programas do Ginásio Nacional. Tal escolha de Duque certamente causou estranheza e, “talvez desperte censuras” ¹⁹⁹, entretanto o autor defende que, ao selecionar alguns movimentos contestatórios e historiografá-los com uma narrativa envolvente, atenderia ao propósito de inspirar e fomentar valores nos jovens leitores.

Sobre os temas abordados, Duque argumenta de modo análogo ao da estrutura da obra. O autor sustenta que selecionou os eventos e ressaltou: “convém dizer que, propositalmente, foram excluídas destas páginas a revolta comercial de Beckmann, a luta de concorrência entre

¹⁹⁴ HARDMAN, Francisco F.; LINS, Vera. Introdução. In: DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera Lins (Orgs.)... *Op. Cit.* p. XVIII.

¹⁹⁵ DUQUE, Gonzaga. Advertência. In:_____. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit.* p. 7.

¹⁹⁶ *Idem.*

¹⁹⁷ *Idem.*

¹⁹⁸ *Idem.*

¹⁹⁹ *Idem.*

Paulista e Emboabas e alguns motins que não valiam ser historiografados”²⁰⁰ (grifo do autor). Logo, os movimentos foram historiografados levando em consideração a potencialidade formativa dos mesmos, como se pode perceber na passagem em que Duque justifica a narrativa sobre Palmares, consoante “o autor abre o livro com *Quilombo dos Palmares* e isto porque, ao seu ver, ele serviu de exemplo às tênues aspirações republicanas do chefe da *Guerra dos Mascates*”²⁰¹ (grifo do autor). Como apontam Lins e Hardman, *Revoluções Brasileiras* é permeada por singularidades, no entanto tem como característica marcante algo bastante comum aos seus congêneres, o ideal formativo:

Obra didática e como tal pontuada, predominam no texto o ensaio descritivo factual e a exposição dissertativa exemplar. Construção imaginária e simbólica, os limites de sua retórica são o da intervenção pública e pedagógica, que pretende educar, na perspectiva do novo regime, a mocidade das escolas do país²⁰².

Consciente de suas escolhas e projetando uma recepção pouco acolhedora, Gonzaga Duque termina o prefácio apregoando sua contribuição para com a Nação. Em suas palavras “o livro aí está para ser julgado e, sem desprezar esse julgamento, fica com seu autor a consoladora convicção de que, pelo seu trabalho, desejou servir à sua pátria”²⁰³.

Decorridos sete anos, *Revoluções Brasileiras* foi novamente publicada e, como mencionado anteriormente, a segunda edição, além de outras modificações, vem acrescida de um novo prefácio “Por que Revoluções?”. Esse prefácio é, certamente, um meio pelo qual se pode inferir como foi à recepção da obra, mesmo que permeada pela ótica de Duque que, como mostram as biografias, não recebia bem críticas as suas obras.

O autor inicia o prefácio afirmando que seu livro fora censurado por alguns em decorrência de uma leitura “num sentido restrito”²⁰⁴ do plural *Revoluções* e prossegue afirmando que o “leitor destemperado”²⁰⁵ não compreendeu o alcance do termo. A partir das definições e significados de *Revolução* de alguns dicionários, como o de Moraes e Silva, Frei Domingos Vieira e Caldas Aulete, Duque organiza a passagem do entendimento do conceito (proveniente da astronomia) em seu sentido literal ou antigo, que equivaleria à reorganização,

²⁰⁰ *Ibidem.* pp.7-8.

²⁰¹ *Ibidem.* p.8

²⁰² HARDMAN, Francisco F.; LINS, Vera. Introdução. In: DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit.* p. XVIII.

²⁰³ DUQUE, Gonzaga. Advertência. In:_____. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit.* p. 8

²⁰⁴ DUQUE, Gonzaga. Por que Revoluções? In:_____. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit.* p.3

²⁰⁵ *Idem.*

retorno a uma dada situação até chegar ao sentido figurado, ou moderno, de mudança violenta e/ou radical na política.

Mostrando claramente que conhecia a diferenciação jurídica para cada movimento retratado de maneira genérica sob o conceito revolução, Duque justifica a escolha tendo em vista o quão comum era, no Brasil, o emprego genérico desse conceito. Conforme o autor, “assim posto, as guerras civis que, como guerras, são meios violentos de reação, e como insurreições alteram a ordem estabelecida, estão compreendidas nesse termo, que é genérico e tem a sanção vulgar”²⁰⁶.

Duque continua a exposição expondo que essa convergência da nomenclatura dos movimentos contestatórios a um termo usual não encontrava correspondência em Portugal, todavia essa convergência era marcante no cenário brasileiro. Conforme Gonzaga Duque, “no Brasil, revoluções é uma palavra usual, no falar do povo ela representa a forma genérica de todas as perturbações intestinas”²⁰⁷ e prossegue afirmando que o período em que o Brasil estava sob a influência do “portuguesismo (...) o nosso falar era mais português, o termo revolução foi menos corrente na sua acepção política”²⁰⁸. Duque apontou que no período regencial a palavra “rusgas” também era empregada numa acepção vulgar, designando diversos movimentos contestatórios, no entanto, “rusgas” era um termo pejorativo, usado como meio de desqualificação dos movimentos e impregnado de sarcasmo.

Insurreições, sedições, motins, levantes, revoltas e outros movimentos de contestação da ordem seriam denominados “de revoluções como tem feito e faz com todos os motins e todas as sedições mais ou menos duradouras”²⁰⁹. Certamente questionado em decorrência dessa opção, Gonzaga Duque demonstra sua filiação ao uso popular dos termos desde que isso permita um melhor entendimento por parte do leitor. Cabe destacar que o leitor virtual de *Revoluções Brasileiras* era o aluno do ensino secundário, ou seja, leitor ainda em processo de amadurecimento e que, por isso, necessitava de uma leitura adequada ao seu estágio de desenvolvimento intelectual.

Gonzaga Duque classifica os eventos narrados em seu livro de guerras civis, com exceção de *Quilombo dos Palmares*, que seria um exemplo de República constituída, ainda que na visão de alguns historiadores. Os demais eventos são entendidos como guerras civis por objetivarem a “transformação de governo, senão completa como as que pretendiam a

²⁰⁶ *Idem.*

²⁰⁷ *Idem.*

²⁰⁸ *Idem.*

²⁰⁹ *Ibidem.* p.4

forma republicana, pelo menos parcial, porque alvejavam a substituição do governo local”²¹⁰. Nota-se nessa passagem que a República seria para Duque a perfeição a ser alcançada, reforçando a leitura de *Revoluções Brasileiras* como uma obra didática cuja história é, notoriamente, teleológica e orientada pela proclamação da República. Por meio da emoção, o autor procura aproximar a classificação de “guerra civil” ao conceito genérico de revolução. Assim escreveu:

Com elas os abalos econômicos, políticos e sociais foram grandes; a ordem pública sofreu fundamente; a administração geral do país pejou-se de responsabilidades pelos gastos excessivos do erário nacional, e desequilibrou-se sob as divergências do partidarismo; a sociedade foi convulsionada, divida em parcerias, dizimada pelas lutas; a fortuna particular perdeu-se nos saques, nos incêndios e na perturbação de todos os negócios; a família foi desrespeitada; a vida de homens, mulheres e crianças, entregue aos instintos dos facciosos... E não bastam esses descabros para nos convencerem de que foram revoluções, lexicologicamente revoluções, que fizeram o cenário de sangue e fogo da nossa passada existência nacional?...²¹¹

Dessa maneira, recorrendo ao significado do conceito, ao seu uso popular, bem como à emoção decorrida das transformações no cotidiano, Gonzaga Duque defende-se das críticas, terminando o prefácio com certa soberba e ironia na seguinte frase “a censura fica reduzida ao que verdadeiramente foi, nem mais nem menos que uma nuga”²¹².

²¹⁰ *Idem.*

²¹¹ *Idem.*

²¹² *Ibidem.* p.5

2.3 Os Resumos Históricos

Chega-se, enfim, aos resumos históricos de *Revoluções Brasileiras*. Na primeira página do corpo do texto, o leitor se depara com o seguinte título: I. Quilombo dos Palmares (Pernambuco 1630-1695). Certamente, essa escolha de Gonzaga Duque causa certa estranheza no leitor mais experiente e, possivelmente, até mesmo no público virtual da obra (os alunos do ensino secundário), uma vez que, diferentemente da grande maioria dos livros didáticos de história existentes, *Revoluções Brasileiras* não iniciava sua narrativa com o encontro dos portugueses e os primeiros habitantes do Brasil, os índios²¹³. Ao não iniciar sua história do Brasil com a chegada dos portugueses em terras americanas, Gonzaga Duque se distancia da visão do IHGB, que conferia à história do Brasil a formatação de uma história da civilização na América. Segundo Roberto Vecchi, tal escolha era incomum até mesmo para aqueles que buscavam romper com o modelo monárquico e determinar os antecedentes da República, em suas palavras,

Claramente subentende uma anomalia ideológica com respeito à padronização dos antecedentes da genealogia republicana: a opção de pôr o episódio de Quilombo dos Palmares, a revolta negra liderada por Zumbi, como origem de um vasto movimento que levará à República²¹⁴.

Quilombo dos Palmares é apresentado como um movimento contestatório, cuja importância reside, na percepção do autor, em ser um exemplo de República em terras brasileiras, em suas palavras, “alguns historiadores chamam [Palmares] de República, e sem vestígio de ironia”²¹⁵. Ao longo dos resumos, são várias as marcas no texto que demonstram a percepção do autor de que a República era o regime de governo perfeito e a sua opção de tê-la como o fio condutor, como orientação de sua narrativa histórica. Deste modo, a escolha por Palmares é justificada pela orientação da obra que é composta por movimentos contestatórios

²¹³ O índio fora incorporado à história nacional através da etnografia. Trata-se, portanto, de reconhecê-lo como integrante da nacionalidade brasileira sem lhe conferir uma história própria. O índio não era idealizado como no indianismo romântico, todavia era tido como inferior ao branco por ter “grau de civilização atrasado”. O romantismo indianista era a marca de uma sociedade que via na raça ameríndia uma representação do verdadeiro símbolo nacional, desde que travestida de valores da civilização europeia. De acordo com Laura Nogueira Oliveira, “o indianismo romântico tratou de um índio idealizado a partir dos desejos e aspirações, não apenas dos poetas e literatos que o produziram, mas de uma elite política, econômica e intelectual que procurava organizar o mundo e projetar um futuro de acordo com seus anseios e interesses. Glorificados os índios, glorificavam-se nossas origens”. OLIVEIRA, Laura Nogueira. *Os índios bravos e o Sr. Visconde: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.p.34.

²¹⁴ VECCHI, Roberto. Reescrevendo a Inconfidência... *Op. Cit.*, p.33.

²¹⁵ DUQUE, Gonzaga. Por que *Revoluções*? In:_____. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit.*. p.4

que, segundo Gonzaga Duque, de alguma maneira contribuíram para a proclamação da República.

Observando o índice que arrola os resumos históricos, percebe-se que, aliada à orientação temática, há também uma orientação cronológica dos resumos, que segue o padrão da divisão da história do Brasil a partir de sua história política (Colônia, Império e República). Apesar das diferenças provenientes de seu recorte temático, bem como das marcas da autoria de Duque, *Revoluções Brasileiras* aborda temas já consagrados na historiografia, exigidos nos programas de estudo do Ginásio Nacional²¹⁶, no entanto esses temas são reinterpretados de modo que ganham sentido formativo pretendido pelo autor. Assim sendo, embora distinto dos demais livros didáticos de História por algumas escolhas, o texto de Gonzaga Duque se adequava como produto comercializável, uma vez que contemplava, ainda que parcialmente, os pontos do currículo vigente.

Ao analisar as expectativas sobre o ensino de História, Christian Laville aponta que, desde a década de 1950 até os momentos atuais, existe no ocidente um conflito entre o objetivo da narrativa histórica – que passava a privilegiar o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico – e os anseios das sociedades, apegada a uma história “tradicional” ou edificante que visava a consolidar e a glorificar a Nação.

Ainda que tal análise não abranja o período histórico da escrita e do uso de *Revoluções Brasileiras*, o estudo contribui significativamente para a reflexão acerca da narrativa histórica e sua função social. A história do Brasil escrita por Duque, claramente ancorada na perspectiva tradicional, tem a narrativa edificante como principal característica, sobre ela Christian Laville escreve:

Houve um tempo em que o ensino da história nas escolas não era mais do que uma forma de educação cívica. Seu principal objetivo era confirmar a nação no estado em que se encontrava no momento, legitimar sua ordem social e política e ao mesmo tempo seus dirigentes e inculcar nos membros da nação vistos, então, mais como súditos do que como cidadãos participantes o orgulho de a ela pertencerem, respeito por ela e dedicação para servi-la. O aparelho didático desse ensino era simples: uma narração de fatos seletos, momentos fortes, etapas decisivas, grandes personagens, acontecimentos simbólicos e, de vez em quando, alguns mitos gratificantes. Cada peça dessa narrativa tinha sua importância e era cuidadosamente selecionada²¹⁷.

²¹⁶ Os programas de história do Brasil do Ginásio Nacional, nome do Colégio de Pedro II adotado com advento da República, indicavam o uso de obras escritas ainda no período Imperial. Conforme Gilberto Luiz Alves e Carla Villamaina Centeno, no ano de 1898, ano de publicação da primeira edição de *Revoluções Brasileiras*, o programa indicou, explicitamente, a 5ª edição do manual de Mattoso Maia, que, segundo os autores, substituiu o manual de Joaquim Manuel de Macedo, devido a sua atualização e à incorporação de temas mais recentes da história nacional. Ver: ALVES, Gilberto Luiz; CENTENO, Carla Villamaina. A produção de manuais didáticos de história do Brasil, *Revista Brasileira de Educação*, v.14, n.42, set-dez, 2009.

²¹⁷ LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, 1999. p. 126.

Para Laville, essa narrativa edificante perde sua função com a consolidação dos Estados Nacionais e, com o advento dos meios de comunicação de massa, esse tipo de narrativa teve sua influência reduzida significativamente. Apesar de constatar tal perda de influência, o autor salienta que, ainda em tempo recente, a narrativa histórica sofre com a intervenção de relações de poder político. Segundo o autor,

É interessante notar quanto interesse, quanta vigilância e quantas intervenções o ensino de história suscita nos mais altos níveis. A história é certamente a única disciplina escolar que recebe intervenções diretas dos altos dirigentes e a consideração ativa dos parlamentos. Isso mostra quão importante é ela para o poder²¹⁸.

O autor destacou três cenários nos quais investe na (re)criação da narrativa histórica: para a manutenção da ordem, para lutar contra o Estado e para a reconstituição do Estado. Não será aprofundado o estudo de cada cenário abordado por Christian Laville, já que esse não é objetivo desta dissertação, todavia a explicitação do pensamento do autor colabora para entender a proposta da narrativa de *Revoluções Brasileiras*. Recorrendo a uma narrativa edificante da história, a obra não visava à consolidação do Estado, mas pretendia, sim, colaborar com uma nova ordem para o Estado já consolidado; objetivava, portanto, inculcar a República nas mentes e nos corações dos jovens cidadãos.

Ao ponderar acerca das narrativas históricas, Patrícia Hansen afirmou que toda história, mesmo com fins didáticos, é orientada por uma filosofia, em suas palavras, “de fato, toda a narrativa histórica, inclusive aquela com propósitos meramente didáticos, acredito, se organiza sobre uma filosofia”²¹⁹. Partindo dessa premissa, procurou-se determinar quais filosofias norteariam *Revoluções Brasileiras*. Complementando as propostas de Christian Laville e de Patrícia Hansen, foi considerado também que existem outros elementos relacionados à definição da posição do autor e estes devem ser observados nos incontáveis acontecimentos que compõe a vida de qualquer indivíduo. Deste modo, recupera-se a complexidade da escrita que, apesar de um ato individual, é permeada por inúmeras interferências sejam elas internas ou externas – como, por exemplo, das relações pessoais, das leituras realizadas, bem como a intervenção do editor ao pensar no texto impresso.

Reconhecidamente um homem de letras e um homem de seu tempo, Gonzaga Duque teve contato com o “bando de ideias novas”, que chegaram ao Brasil e influenciaram a

²¹⁸ Ibidem. p. 130

²¹⁹ HANSEN, P. S.. *Feições e Fisionomia: a História do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000. p.66

“geração de 1870” e, posteriormente, difundiram-se na sociedade brasileira. Suas leituras, como uma das influências no pensamento do autor, deixaram marcas em sua escrita. Para além da influência marcante do simbolismo, foi identificado, ao longo do texto de Gonzaga Duque, certa aproximação com o positivismo, filosofia com que tivera contato tanto pelo convívio com seu amigo Décio Villares, como também através da leitura de panfletos de divulgação do Centro Positivista do Brasil²²⁰.

O positivismo aparece em *Revoluções Brasileiras* para além do ideal de progresso – destacado em sua organização, no índice e nos prefácios – fazendo-se presente também no uso de vocabulário próximo àquele utilizado por seguidores da teoria de Augusto Comte²²¹. Destarte, a obra apresenta características e influências de escolas e teorias contemporâneas, como o positivismo e o simbolismo, unidos a um padrão de escrita da história bastante difundido no Brasil e amplamente pregoado pelo IHGB por sua característica edificante. A aproximação com a História do Brasil, consagrada pelo Instituto Histórico, dava-se também pela utilização de vários *lugares de memória* da história pátria estabelecidos por Varnhagen e reforçados por Joaquim Manuel de Macedo. No entanto, para alcançar seu objetivo de reforçar valores republicanos, Duque aborda tais *lugares de memória* da história, privilegiando a “facção rebelde”, ou seja, apresentando de modo mais valorativo o lado opositor da ordem vigente.

Ao longo dos resumos, essa ordem se altera, haja vista que são selecionados movimentos do período colonial e imperial do Brasil. Norteado pelo ideal republicano, Gonzaga Duque não se furta a desqualificar e contestar qualquer regime que não fosse a República, entendendo-o como inimigo do povo. Assim sendo, sua história é a de um território e de um povo que luta e resiste à subjugação a uma coroa estrangeira, ao absolutismo do primeiro monarca, à anarquia, à possibilidade de fragmentação do território e, por fim, questiona incoerência entre o regime monárquico e os anseios da sociedade. Tais lutas representariam um aprendizado político necessário para que o povo, no futuro, soubesse lidar com a liberdade que implica a República.

²²⁰ “A epopeia africana no Brazil”, um folheto do Centro positivista do Brasil, aparece entre diversos recortes colados no verso de um caderno cujo conteúdo que se destaca é o romance inacabado “Tio Lotérico”. À primeira vista, estes recortes parecem ter menor importância se comparados ao esboço do romance escrito por Gonzaga Duque. Todavia, ao trocar o foco do escrito para a construção de uma escrita, os recortes apresentam grande importância, pois se mostram como indícios das influências presentes nas obras do autor.

²²¹ No final do resumo sobre a Revolução de 1817, Gonzaga Duque refere-se à entrada do Brasil “na sua última fase cósmica” termo este que foi compreendido como uma referência ao início da superação da fase teológica, uma das etapas da evolução da sociedade conforme Augusto Comte. DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. Francisco Foot Hardman e Vera Lins (Orgs.). *Op. Cit.* p.61

Por mais que a utilização de fontes, como memórias e jornais, marque a narrativa por um âmbito social distanciando-a das histórias político-administrativas tradicionais, o arrolamento de nomes e a exposição de batalhas ainda são privilegiados em *Revoluções Brasileiras*, sendo que, nos eventos em que a disputa bélica é diminuta, os conchavos políticos se tornam o destaque da narrativa.

Através dos personagens, das batalhas e dos conchavos políticos, Gonzaga Duque apresentou valores, criou modelos de conduta, expôs seu entendimento sobre os conceitos de Nação e República, contribuindo, desta forma, para a discussão acerca da identidade nacional. Para aproximar-se do referido constructo intelectual do autor, analisou-se o texto a partir dos conceitos supracitados, considerados os norteadores da interpretação do conteúdo textual. Ainda compondo a organização da exposição da análise textual, foram selecionadas passagens e personagens expressivos, que representassem as inovações e permanências frente à História do Brasil e, ainda, que capturassem as marcas dos dilemas e dos desafios da contemporaneidade de Duque.

A nação é pensada, repensada e, às vezes, imaginada. Geralmente entendida como um grupo de pessoas ligadas por laços naturais, com valores e sentimentos compartilhados, a Nação se constitui na base necessária para a organização do poder sob a forma do Estado nacional²²². Deste modo, entende-se que a materialidade encarnada pela consolidação de um Estado ou regime está intimamente relacionada à imaterialidade, aos sentimentos da comunidade que acabam por conferir a ele certa legitimidade.

Ao tratar especificamente do cenário da implantação da República no Brasil, José Murilo de Carvalho afirma que “a República tentou mudar os símbolos nacionais, criar novos heróis, estabelecer seu mito de origem. Boa parte do esforço foi em vão, de vez que faltava ao novo regime o batismo popular”²²³. Em busca de adesão à República e de ampliação de sua legitimidade, buscou-se alcançar emocionalmente parte da população até então não envolvida, lançando mão de aparatos simbólicos que promovessem uma ligação sentimental do povo para com o novo regime. Assim, tornou-se imprescindível (re)pensar a Nação.

Gonzaga Duque dedicou-se à reflexão sobre a questão nacional bem como sobre os contornos da Nação Brasileira. O autor empreendeu tal tarefa em vários de seus escritos, sendo *Revoluções Brasileiras* um deles. Como já fora dito, a referida obra é um livro didático destinado aos jovens e, através dela, Duque visava a contribuir com a formação dos novos

²²² O conceito de Nação é amplamente estudado e utilizado, além das obras já arroladas e usadas em outros momentos da presente dissertação acrescenta-se o seguinte trabalho ROSSOLILLO, Francesco. Nação. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. vol 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. pp.795-799.

²²³ CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. In: _____. *Pontos e bordados... Op.Cit.* p.249.

cidadãos da República²²⁴. Determinada por muitos fatores, a escolha de um livro didático como veículo de divulgação dos novos valores e símbolos certamente perpassa pelo seu caráter formativo, como afirma Alain Choppin, o livro didático “não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, freqüentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente”²²⁵.

Revoluções Brasileiras foi escrita para fomentar valores republicanos em uma sociedade que havia recentemente saído de uma formatação nobiliárquica e posto fim à escravidão. Essa obra de Duque se insere em uma seara complexa: redefinir valores e amalgamar uma sociedade sob a chancela da República. Para tanto, Gonzaga Duque (re)interpreta a história do Brasil procurando destacar nos eventos escolhidos, mesmo que já consagrados pela historiografia tradicional, o nascimento de uma nação que tinha a liberdade tanto como anseio quanto destino. Desta forma, para o autor, o destino da Nação que surgia em terras americanas era a liberdade e que somente atingiria sua plenitude através de sua expressão política: a República.

Para compreender a relação entre nação, liberdade e república estabelecida por Gonzaga Duque, o resumo sobre Quilombo dos Palmares se torna bastante interessante, a começar pelo seu primeiro parágrafo:

Enquanto as armas luso-brasileiras chocavam-se nos campos de batalha d'encontro ao aço batavo, aceirado nas forjas d'Amsterdã e de Haia, quarenta negros que o trafico tinha roubado às tórridas regiões de África, unindo-se a um pequeno número de mulheres parceiras, fugiram dos engenhos do Porto Calvo para os sertões circunvizinhos, confinados com as Alagoas²²⁶.

Quarenta negros, retirados de terras africanas, e um pequeno número de mulheres fugiram dos engenhos e se estabeleceram no meio do sertão de Alagoas, iniciando, assim, Palmares, conforme o autor. Ao abordar um movimento de resistência negra frente à estrutura socioeconômica da empresa colonial portuguesa na América, para além do conteúdo que

²²⁴Vários intelectuais contemporâneos de Gonzaga Duque também se utilizaram de produções didáticas para auxiliar a Nação Republicana. Dentre eles se destacam Afonso Celso – *Porque me ufano de meu país*; Silvio Romero – *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*; Júlia Lopes de Almeida – *Histórias de nossa terra*; Olavo Bilac e Coelho Neto – *Contos Pátrios e A Pátria Brasileira*; Olavo Bilac e Manoel Bonfim – *Através do Brasil*; e Erico Veríssimo – *As aventuras de Tibucera*. Ver: GOMES, Angela de Castro. *A República... Op.Cit.*

²²⁵ CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas escolares: ... *Op. Cit.* p.557

²²⁶ DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras*: resumos históricos. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit.* p.9

informa sobre o início da fundação do quilombo, Duque oferece dois indicativos do seu entendimento sobre a formação da nação brasileira.

O primeiro deles é a criação da nacionalidade em oposição à outra nação existente. Considerando especificamente o trecho citado, o autor dissociou brasileiros de portugueses pelo emprego do termo “lusu-brasileiro”, deste modo, o autor separou em duas partes o que na época de Palmares até a Independência era uma só nação. Entretanto, reuniu as partes para a defesa do território americano frente a um elemento ainda mais exógeno. Na obra, de forma geral, Duque enfatizou as diferenças entre os brasileiros e os lusos e, progressivamente, edificou uma imagem dos portugueses como inimigos da liberdade dos brasileiros, revelando traços de anti-lusitanismo.

Como uma maneira de indicar a temporalidade de Quilombo dos Palmares, Gonzaga Duque inicia o resumo com a seguinte informação: enquanto “lusu-brasileiros” lutavam contra forças holandesas um grupo de negros africanos fundam uma comunidade no sertão das Alagoas. Apesar da compreensão da referida informação como um meio de determinação do tempo, ainda que bastante imprecisa, pode-se retirar também um segundo indicativo da ideia de nação para o autor: a não incorporação dos negros na nacionalidade brasileira²²⁷. Uma vez que somente negros estavam na fundação do quilombo, ao passo que os brasileiros defendiam a região dos inimigos de outra nação, ou seja, enquanto a nação se realizava na oposição ao estrangeiro, os negros vivenciavam em outro ponto do território uma experiência à parte, importante, segundo o autor, porém conflitante com a civilização que os luso-brasileiros projetavam e que, por tal motivo, seria combatida.

Quilombo dos Palmares teria sido, segundo Gonzaga Duque, uma vivência republicana, um exemplo para os brancos tanto os seus contemporâneos luso-brasileiros quanto para seu público virtual, os jovens da também jovem República. Palmares seria um exemplo, pois fora uma sociedade marcada pela fé cristã, civilidade, liberdade, igualdade; valores esses que deveriam ser reforçados no povo brasileiro. Ao abordar o crescimento do quilombo, o autor narra como foi divulgada a comunidade bem como foi edificado um símbolo da adoção da fé cristã, em suas palavras,

Sobre os passos dos primeiros outros vieram e, a pouco e pouco, as choças foram surgindo dentre a ramagem densa da floresta como uma cidade rústica. De outros

²²⁷ Os negros aparecem na narrativa de *Revoluções Brasileiras*, porém sua participação se dá pela perspectiva do branqueamento, isto é, os negros que ganham destaque na narrativa são aqueles que agiram conforme o padrão civilizatório esperado do branco. Acrescente-se também a não incorporação do indígena, cuja participação em movimento de contestação é mencionada apenas uma vez, e de forma pejorativa, no décimo primeiro resumo, quando é abordado o movimento da Cabanagem.

distritos, de outros lugares, chegavam escravos foragidos e os do quilombo embrenhavam-se cautelosamente na solidão das matas, desciam para os amanhos dos engenhos, ao encontro dos cativos para segredar-lhes a direção do couro, onde a liberdade tinha levantado pela fé cristã um enorme cruzeiro tosco de Redenção²²⁸.

Gonzaga Duque mescla duas visões sobre Palmares, por um lado associa o movimento de resistência negra a uma República, ao molde das antigas repúblicas; de outro valoriza a ação daqueles que derrotaram o quilombo. O enobrecimento de Palmares, seja pelos contornos republicanos ou pelas ações de resistência, era necessário haja vista a identificação deste movimento como um exemplo de república, no território que viria a ser do Brasil. Apesar de parecerem visões conflitantes, elas foram articuladas de modo a construir uma narrativa, cuja tônica é a valorização do movimento.

A aproximação entre Palmares e o modelo de República da antiguidade foi bastante fluida, sendo explicitada somente na passagem do rapto de mulheres para compor famílias no quilombo, pois, segundo o autor, os negros assim “como os fundadores de Roma, eles desceram ao rapto das Sabinas etíopes”²²⁹. Essa aproximação pretendia dar feição mais amena ao crime empreendido pelos quilombolas, já que este serviria para estimular a família, uma instituição necessária para a nação, cuja valorização deveria ser sempre repetida.

Durante o período monárquico, a narrativa sobre Palmares não foi silenciada completamente, todavia fora reduzida ao empenho dos bravos capitães para derrotar a comunidade de escravos fugidos. Gonzaga Duque não rompeu totalmente com essa vertente historiográfica, porém utilizou uma escrita bastante poética para desenvolver o seguinte raciocínio: se houve heroísmo por parte dos paulistas foi em decorrência da capacidade de resistência do quilombo. Os quilombolas foram valentes, souberam resistir às incursões dos inimigos e defender seu modo de vida, sendo derrotados por dificuldade de aquisição de materiais para combate e de produção de víveres, já que toda comunidade estava envolvida no combate aos bandeirantes. Conforme o autor,

A luta continuou infrene, sem vantagens para as tropas luso-brasileiras. A cada arremesso correspondia um insucesso. Entretanto, a resistência dos negros não podia ser duradoura porque estavam encurralados no povoado. Já a pólvora lhes faltava e era com saraivadas de azagaia e flechas que sustentavam vazios, porque havia vinte mil bocas esfomeadas, a água tornara-se salobra e as mães negras davam os seios às criancinhas sentindo-lhes os lábios escaldantes, aflitos no chupar inútil dos mamilos. Quando a noite descia, os dez mil negros de armas retemperavam as forças, experimentadas durante o sol, para sustar as ciladas. As mulheres, em serão, aninhando os filhos aos regaços, preparavam os virotes mortíferos, ponteavam

²²⁸ DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit.*, p.9

²²⁹ *Idem*.

flechas, enquanto ao longe, nas estacadas, a mosquetaria estalava intermitente e um ou outro homem desabava batendo seco no solo²³⁰.

O quilombo, como um exemplo, poderia ser seguido. Esta experiência foi combatida pelos seus contemporâneos “porque os senhores sofriam deserções nas suas escravaturas, o governador Caetano de Melo Castro deliberou destroçar essa república dos negros que poderia servir de molde utilitário aos brancos desprovidos de senso administrativo”²³¹. Aproximando-se de uma história tradicional que recorria aos nomes dos grandes heróis para escrever a história do país, Gonzaga Duque nomeia os paulistas que combateram e derrotaram Palmares. Entretanto, a nomeação dos heróis não se restringiu aos capitães, o autor, ainda que brevemente, resgatou um personagem quilombola que, por ser o “mais forte e atilado fizeram, por aclamação, o Zumbi, chefe supremo que manteria a obediência, exerceria a justiça e cuidaria da segurança interna. O Zumbi nomeou os magistrados e os chefes militares, planejou a defesa do quilombo e instituiu a sua moral”²³². Duque atribuía traços de herói a um personagem negro, chefe de uma comunidade que resistia ao poder vigente e cuja vida é abreviada pelo suicídio. Nas suas palavras,

Do meio da confusão dos assaltantes um grito parte: – O *Zumbi*! Cem, duzentos homens forcejam por vencer o outeiro para conquista dessa cabeça que os fita com desprezo. E, antes que os brancos galguem o pináculo, antes que suas mãos de ódio toquem os membros hercúleos desses homens negros como a pedra esculpida de um obscuro século de incêndios, a heroicidade rasga-lhes uma crispção sardônica na dentuça branca e seus corpos rolam para o abismo do despenhadeiro que os acolhe numa informe massa ensanguentada²³³.

O resumo sobre o Quilombo dos Palmares termina com suicídio de Zumbi conforme o parágrafo transcrito acima. Com uma escrita elogiosa, Gonzaga Duque procurou valorizar a morte do líder do quilombo, uma vez que o suicídio não é uma ação digna de um herói. Na segunda edição de *Revoluções Brasileiras*, foi acrescida no resumo uma nota de rodapé cujo conteúdo abordava a morte do herói. Segundo o autor:

A maior parte dos historiadores brasileiros e também o ilustre Oliveira Martins, na sua obra “O Brasil e suas Colônias”, afirmaram que o “Zumbi” e seus parceiros de governo do quilombo preferiram o suicídio ao cativo. Isto é um erro, que um estudioso pesquisador da nossa história, o Sr. Mário Bhering, nos provou com esclarecimentos colhidos nos documentos do Conselho Ultramarino, existentes na Biblioteca Nacional. Não retocamos a final redação do capítulo por motivos

²³⁰ *Ibidem.* p.12

²³¹ *Ibidem.* p.10

²³² *Ibidem.* pp.9-10.

²³³ *Ibidem.* p.14

particulares; mas, com esta nota, nos salvaguardamos da responsabilidade histórica (N. do A./1905)²³⁴.

A nota foi o recurso escolhido para apresentar a revisão do destino de Zumbi. Duque aponta que chegou a tal informação por intermédio dos estudos de Mário Bhering, jornalista com quem trabalhava na redação da *Kosmos*. Conforme o autor do artigo *A morte do Zumbi*²³⁵, o líder dos quilombolas não teria cometido suicídio, mas sim morrido em combate. Essa revisão na história de Palmares foi acrescentada à versão tradicional, porém por ficar à parte do corpo do texto esta informação ficaria restrita ao leitor cuidadoso, que explora todas as partes da obra.

Portanto, expressando suas escolhas para o público, Gonzaga Duque deixou clara a sua atenção para a forma, colocando-a em primazia frente ao conteúdo. Então, visando a alcançar o sentimento dos leitores, o autor privilegiava a forma cativante da escrita desde que não implicasse prejuízo à verdade histórica. Os recursos observados no resumo sobre Palmares estão presentes nos demais resumos da obra, assim sendo reitera-se sua opção por focar a análise nas construções narrativas que evidenciam as ideias de Duque sobre nação e república.

No segundo e terceiros capítulos, são narrados, respectivamente, a Guerra dos Mascates e o Levante de Filipe dos Santos. Em ambos, o autor constrói uma narrativa cujo objetivo é demonstrar como a postura da Coroa Portuguesa, assim como a conduta dos portugueses do reino para com os colonos, levou a uma não identificação com a nacionalidade portuguesa. Nos referidos resumos, os movimentos foram escritos de modo a demonstrar que o povo nativo, aquele cujos laços foram estreitados com a terra americana, não aceitava a diferenciação de tratamento entre brasileiros e reinóis e preconizava a inviabilidade de exercer sua liberdade sob tal distinção, bem como sob o governo da Coroa Portuguesa.

A disputa entre Olinda e Recife serviu para que Duque afirmasse que a exploração realizada pelos reinóis sobre os colonos como o primeiro elemento de discórdia entre os membros desta mesma nacionalidade. Transformando os portugueses do reino em usurpadores das riquezas americanas, assim registrou o autor:

As ondas emigrantistas que a metrópole portuguesa trazia ao Brasil Colônia, já corporizando a sua nacionalidade, crescia com as notícias de riquezas facilmente adquiridas, espalhadas pelas terras do reino. A chegada dessa gente ambiciosa, desperta pela cobiça dos tesouros da terra americana, era a causa de desgosto dos brasileiros, porque os emigrados, encorajados pela certa recompensa do ganho, entravam na capitania arrimados a um bordão e trazendo às costas a trouxa da pobre roupa esfrangalhada e, logo, *mascateando* pelos povoados e sertões, comprando com

²³⁴ *Idem*.

²³⁵ BEHRING, Mario. A morte do Zumbi, *Kosmos*. Ano III, nº 9, setembro, 1906.

vantagens para vender com usura, mercadejando com afinco e decidida sagacidade, chegavam a amontoar fortuna, construir casarões de confortável morada e tomar, por hábeis transações, os engenhos e sítios dos nacionais ²³⁶.

Desta maneira, reforça-se que ganância dos reinóis e a exploração que imprimiam na América fomentavam “ódio de parte a parte” ²³⁷ e, alargando a questão, o autor apontou que tal ódio era ampliado pela distinção de tratamento entre brasileiros e reinóis, já que eram “mais aguçados e penetrantes pela franca proteção que os *mascates* encontravam no governador e soldados da capitania, portugueses como eles” ²³⁸ (grifo do autor).

Ao narrar a chegada a Recife de Bernardo Vieira de Melo, um dos líderes olindenses, Duque destacou alguns de seus atos, dentre eles a reunião de um conselho dos “nacionais revoltosos e propôs emancipar a capitania da tutela metropolitana e organizar uma república como tinham os venezianos” ²³⁹. Com essa passagem, o autor procurava evidenciar que a forma republicana sempre fora uma opção que figurava no horizonte dos brasileiros quando estes pensavam em sua independência política. A narrativa teleológica de *Revoluções Brasileiras* estabelece uma relação mais estreita entre liberdade e república e torna-se interessante perceber que não bastava livrar-se das amarras portuguesas, pois, com o rompimento, o povo livrar-se-ia tão somente dos constrangimentos e limitações causados pelos portugueses; ela, a liberdade, seria plena tão somente sob o regime republicano, uma vez que este garantiria a soberania do povo.

Duque recorreu às ideias de progresso e educação como meio para justificar toda uma história não republicana. Especificamente no resumo sobre a Guerra dos Mascates, a alternativa para a desaprovação dos moldes republicanos pelos revoltosos recaiu na “imperfeição da forma” ²⁴⁰ pretendida, isto é, o modelo *ainda* não seria a melhor regime de governo. Deste modo, o autor aproximou o movimento do ideal republicano, mesmo que não endossado o regime fora mencionado, quer dizer que figurava no horizonte da população nativa. E, se a forma republicana apresentada não cativava, manter-se sob o julgo português também agradava aos revoltosos. Nesse ponto, o autor ainda reforçou a oposição entre colonos e portugueses do reino, afirmando que os revoltosos repudiavam a metrópole e

²³⁶ DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). Op. Cit.p.15

²³⁷ *Idem.*

²³⁸ *Idem.*

²³⁹ *Ibidem.* p.16

²⁴⁰ *Idem.*

“preferiam o protetorado da França, marcial, porém mais polida que a suserania portuguesa, grosseira e ferina”²⁴¹.

Derrotados, os olindenses continuaram subjugados à Coroa Portuguesa sem grandes modificações na ordem questionada, pois, “enquanto continuavam as perseguições o governador carregava navios com açúcar e madeiras preciosas e seus juízes, pela amizade com os *mascates*, e graças à justiça de almoeda exercida na capitania, acumulavam riqueza embora à custa do sofrimento brasileiro”²⁴². Assim Duque finaliza o resumo, construindo uma linha de progresso que imputava no movimento a semente da nacionalidade brasileira.

Escrito consoante os recursos já expostos o capítulo sobre o Levante de Filipe dos Santos reforça a oposição entre metrópole e os colonos da América portuguesa. Segundo o autor, a Coroa Portuguesa se fazia tangível na capitania das Minas Gerais através de seu ouvidor-geral e, em decorrência disso, era qualificada a partir dos atributos de seu representante, vista, portanto, como autoritária e vingativa. Com este precedente, as ações da Coroa eram recebidas pelos colonos da região mineradora com desconfiança e foi dessa maneira que a criação das casas de fundição e a tributação sobre o ouro foram vistas. Entendidas como atos autoritários que beneficiariam somente aos portugueses, tais medidas teriam despertados antigos rancores, além das ideias rebeldes cada vez mais crescentes, de acordo com Duque.

Com uma linguagem cativante e personificação, o autor atribui o autoritarismo e o revanchismo do ouvidor à metrópole, justificando a oposição entre colonos e portugueses. Ainda que o Levante não passasse de um movimento contestatório com objetivos pontuais e que não pleiteava a república, ele foi historiografado de modo a encorpar o ideal de progresso gestado por Gonzaga Duque, tornando-se um aprendizado do povo na construção de sua liberdade.

O líder da revolta, Filipe dos Santos foi apresentado com características de herói, todavia depunha contra a heroicização do líder do levante a percepção do autor para o movimento, pois, no seu entendimento, o levante carecia de um projeto de nação. Desta forma a liberdade era pleiteada, mas não necessariamente pela autonomia política, o que não retira a sua importância como um aprendizado, mas que colocaria em um patamar inferior frente a outros movimentos contestatórios. Contribuía também para a não elevação de Filipe dos Santos a condição de herói a possível aproximação deste personagem com a figura de Tiradentes e, visando à não interferência na imagem deste, o líder da revolta foi construído

²⁴¹ *Idem.*

²⁴² *Ibidem.* p.20

sob a perceptiva do progresso. Por conseguinte, foi retratado como um antecessor do verdadeiro herói nacional, recebendo o título de protomártir, conforme Duque,

Felipe dos Santos teve de expiar na força o crime de insubordinação. No dia 15 de julho de 1720 ele subiu os degraus do patíbulo; antes, porém, de entregar o corpo ao carrasco, disse sereno e altivo, com voz firme aos que vieram assistir o seu suplício: *jurei morrer pela liberdade, cumprio minha palavra!* E seu cadáver, esquartejado pelos carniceiros da justiça, foi arrastado em partes pela poeira dos caminhos, de povoação em povoação, espicaçado nas urzes, escoriado nos seixos, esfrangalhado, dilacerado nas arestas pedregulhosas das serras, regando com o seu generoso sangue de proto-mártir da Liberdade a terra das Minas, onde o ouro poderoso dorme no âmago das rochas e a nobre idéia da autonomia, que é a força consciente do poder, palpita nos átomos dos espaços revigorando e iluminando a alma de seus filhos [sic]²⁴³. (grifos do autor).

Gonzaga Duque, notadamente orientado pelo ideal de progresso, usou o personagem de Felipe dos Santos para destacar a evolução na luta pela liberdade. Ao colocá-lo no posto de protomártir, o autor indica que ocorreram avanços, os quais, todavia, não teriam sido suficientes. Com uma escrita inspiradora, a busca por autonomia foi inscrita na essência do povo brasileiro, utilizando a metáfora que aproxima a água, que nutre e garante a fecundação da planta, ao sangue de Felipe dos Santos, que, jorrado nas terras das Minas Gerais, teria garantido a fecundação do ideal de liberdade em terras americanas de domínio portugueses.

Em vista disso, a história do Brasil é escrita em *Revoluções Brasileiras* como um progressivo aprendizado cívico para o uso pleno da liberdade, anseio e destino dos brasileiros. Para o autor, a luta pela liberdade não implicava necessariamente a busca pela implantação da república em todos os movimentos devido a carência de educação, formal e cívica, que limitaria o exercício da cidadania republicana. Assim justificava toda uma história não republicana, já que este regime “não tinha profundas raízes senão nos peitos dos homens educados”²⁴⁴.

Deste modo, a relação entre educação e a república é construída na obra pela simples oposição de ignorantes e de estudados. Os primeiros, por serem menos instruídos, teriam menor capacidade de compreender seu mundo apegando-se à tradição e, por isso, procurariam defender a ordem vigente. Já os segundos, guiados pelas boas ideias, provenientes do ensino e da leitura, conseguiriam ler e refletir sobre a realidade que vivem, desejariam a liberdade e, por fim, perceberiam as qualidades na república, reverberando na luta por esse regime de governo. Diversas passagens podem exemplificar tal relação, porém, ao narrar os acontecimentos da Revolução de 1817, resumo que tem maior número de páginas e trata da

²⁴³ *Ibidem*. p.24

²⁴⁴ *Ibidem*. p.52

formação de uma República no nordeste antes da emancipação política de Portugal, Duque aborda de modo mais enfático a referida relação.

Assim sendo, destacam-se algumas passagens, dentre elas, a do encontro entre o subdiácono José Martiniano de Alencar com seu pai, o pároco de Crato, no Ceará. Conforme o autor, Alencar, um “evangelizador da liberdade”²⁴⁵, encontrou em seu pai uma pessoa caridosa, todavia intelectualmente carente, de modo que não pode seguir com a missão de cooptar apoio para a revolução, pois, ao ouvir suas palavras, “o bom pároco ficou tão aterrorizado que o filho teve necessidade de se calar”²⁴⁶. Portanto, para a defesa da ideia de república, era necessário mais que ser boa pessoa, era preciso capacidade intelectual e, por conseguinte, educação.

Nessa mesma perspectiva, apresenta-se a passagem sobre mulato Bastos e seu auxílio aos reacionários da Paraíba. Segundo Duque, Bastos era um “indivíduo analfabeto e dissoluto, valentão de correrias e capanga a serviço dos que bem lhe pagavam, quem se incumbiu de dirigir a gente monarquista”²⁴⁷. Neste trecho, foram elencados atributos de conotação pejorativa para justificar a volubilidade de Bastos, bem como o auxílio que prestou na defesa da monarquia, sendo a primeira qualificação pejorativa a de *analfabeto*. Deste modo, o autor evidenciou a importância da educação para a formação humana e para o esclarecimento político. Por consequência da falta de instrução, a exemplo de Bastos, defende-se qualquer causa levando em consideração somente os interesses particulares e a obtenção de ganhos pecuniários imediatos. De acordo com Gonzaga Duque, o movimento reacionário contra a Revolução de 1817 surgiu em outras capitanias, pois estas viviam realidade diferente de Pernambuco. Em suas palavras,

a maioria daqueles povos, ignorantes, e criados em um meio atrofiado por governos humilhadores, não podia compreender essa forma de governo democrático, em que não havia um *privilegiado*, representante absoluto do poder divino e a roda do qual a protéria, a cobiça, o nepotismo, em ajuste com ele, traçam o largo círculo da submissão do povo²⁴⁸.

Em *Revoluções Brasileiras*, quatro dos dezoito movimentos historiografados ocorreram pela vontade dos pernambucanos. Cada evento foi visto como um estágio, uma etapa em que se aprendia a se comportar como um povo livre. Ressalta-se que o autor entendia que a predileção para a liberdade, bem como para a república, não era inscrita tão

²⁴⁵ *Ibidem.* p.45

²⁴⁶ *Idem.*

²⁴⁷ *Ibidem.* pp.52-53.

²⁴⁸ *Ibidem.* p. 52

somente na prática, pela luta, mas também tinha raízes na educação formal. Destarte, a educação formal seria o meio pelo qual o povo adquiriria a capacidade de observar e refletir sobre seu mundo libertando-se da irracionalidade emocional, isto é, dando-lhe capacidade de pensar e fazer escolhas lógicas. Politicamente, representaria o repúdio ao regime monárquico, sobretudo, aos que possuíam caráter despótico, e, conseqüentemente o alinhamento com o regime republicano. Duque, afirmando que a vulgarização dos estudos formais na capitania de Pernambuco estaria intimamente ligada com a adesão de grande parte de sua população ao regime republicano, reforçou a relação entre a educação e a república e, consoante o autor,

Das capitanias do norte a única que, nessa época, possuía uma benéfica vulgarização de primeiras letras e estudos superiores, embora dependentes dos estreitíssimos moldes portugueses do século XVII, era Pernambuco (...) *Daí a razão por que a chama republicana mais vigorosa foi nesta que em outras capitanias. A instrução, nas outras capitanias vizinhas, limitava-se a pequenos, diminutos grupos na sua totalidade compostos de moços educados em Pernambuco.*²⁴⁹ (grifos meus)

Com uma população mais educada e desejosa do regime republicano, o autor observou a necessidade de justificar o insucesso desse movimento contestatório, que almejava a adoção da República. De acordo com Duque, alguns homens vislumbraram na Revolução um meio de alcançar o poder, desta forma,

as irregularidades que esta ambição naturalmente provocou, tais como as investidas dos cargos públicos, as irrefletidas promoções com aumento de soldos, cavaram a desconfianças e despeitos no espírito dos habitantes. Junto a isso uma inércia dos atos, ou melhor: uma flagrante falta de tino administrativo, veio colaborar na derrocada dos alicerces da liberdade que o entusiasmo dos inteligentes patriotas tão depressa convidou a levantar²⁵⁰.

Assim, se o ideal que movia a Revolução de 1817 era o melhor para o povo, a sua falência não foi decorrente do regime adotado, mas sim da inaptidão administrativa dos revolucionários e, principalmente, da corrupção daqueles que não partilhavam totalmente da chama republicana.

Ao longo da narrativa, Gonzaga Duque procurou entrelaçar os ideais de liberdade e república. Isoladamente, os referidos ideais não seriam capazes de propiciar verdadeiras e duradouras benesses ao povo, portanto, na percepção do autor, era necessário que ambos se fizessem presentes para o progresso da nação. Desta maneira, imprimia na formação da nação brasileira os ideais de liberdade e república. Seus resumos históricos retiram a aura de

²⁴⁹ *Idem.*

²⁵⁰ *Idem.*

passividade da construção da pátria, mostrando que o país foi erigido por um povo através de muitas batalhas, quer fossem elas com espadas ou com a letra. Ainda que escrevesse uma história nessa perspectiva, o autor não apresentou o conceito de povo com contorno muito definido, contudo nota-se uma característica da referida formulação: a não incorporação de negros e índios.

Em algumas passagens de *Revoluções Brasileiras*, a raça foi utilizada como adjetivo, como uma qualificação, assim foram acrescentados os adjetivos mulatos, negros e pretos a vários personagens. Há um silenciamento em relação aos índios, que são mencionados apenas duas vezes na obra, no resumo sobre a Cabanagem, sendo o representado como uma identidade coletiva e sem qualquer menção a personagens indígenas. Destaca-se que esse recurso da diferenciação das raças corrobora-se com a percepção de que Gonzaga Duque alinhava-se às teorias racialistas de sua época, de modo a incorporar em sua escrita a hierarquização das raças, bem como na debilidade dos mestiços.

Embora inicie sua obra com um resumo sobre Quilombo dos Palmares, em tom bastante elogioso, percebe-se a opção pela alteridade, isto é, uma experiência do negro, que por ter sido derrotada e não incorporada à nação em formação, pode ser historiografada de maneira enaltecida. Já a experiência do quilombola do “negro Cosme” não recebe a mesma caracterização prestigiosa, uma vez que se opõe tanto à nação em sua acepção simbólica quanto ao Estado constituído, segundo o autor,

Era o negro Cosme, um evadido das cadeias da capital. Sagaz, inteligente, facinoroso e terrível, sem política, nem ideal, servia aos *bem-te-vis*, como serviria a qualquer partido, porque o seu empenho estava em ser chefe, mandar e dispor a seu talento. Grande serviço poderia ele ter prestado ao partido, se os seus cabeças tivessem uma orientação, pois o Cosme rapidamente sublevou os escravos de algumas fazendas e formou um grande *quilombo* nas terras da Lagoa Amarela, onde estabeleceu uma escola de primeiras letras, fizera-se soberano, tanto que se assinava *Dom Cosme, tutor e imperador da liberdades dos bem-te-vis*, e assolava as propriedades com constantes correrias e depredações²⁵¹. (grifos do autor)

A primeira designação de Cosme é referente à sua raça, o negro. Todavia era desqualificado por não ter um ideal que lhe orientasse assim serviria a qualquer mestre e, apesar de servir aos *bem-te-vis*²⁵², Cosme organizou e se fez soberano de um quilombo, ou seja, tornou-se um governante de um território no interior do Império do Brasil. Sua qualificação como sagaz e inteligente, além do estabelecimento de escola de primeiras letras,

²⁵¹ *Ibidem*. p.145.

²⁵² Designação da facção liberal, nome decorrente do periódico homônimo de tendência liberal na província do Maranhão.

não amenizou a conotação negativa da sua participação no movimento, nem sua instabilidade frente à política. Assim como escreveu sobre Cosme, Gonzaga Duque utilizava da raça como adjetivação de um personagem, a desqualificação não era imputada diretamente pela raça, mas era reforçada por ela.

Aliadas à hierarquização, ora ao silenciamento, das raças que compõem a nação brasileira, as mulheres aparecem discretamente na narrativa histórica de Duque. Consoante com Michelle Perrot, a história é escrita por homens e para homens, desta forma a mulher é notadamente silenciada nas narrativas, surgindo apenas fora do contexto do poder, assim, segundo a autora, “as mulheres alimentam as crônicas da ‘pequena’ história, meras coadjuvantes da *História*” ²⁵³ (grifo da autora). Sobre o papel das mulheres nas narrativas sobre as guerras, mais especificamente na Guerra do Paraguai, Maria Teresa Garritano Dourado diferenciou a posição destas frente ao papel do homem. Conforme a autora,

Homens no poder escreviam sobre homens transformados em “heróis”. Vez por outra surgia alguma respeitável senhora (...). Prova-se, mais uma vez, a condição subalterna da mulher. É possível pensar que, se não tivessem esposos vistos como heróis, jamais seriam conhecidas. Portanto, a mulher que, esporadicamente, é lembrada nos relatos na Guerra do Paraguai é a esposa corajosa, fiel e abnegada ²⁵⁴.

Reconhecem-se na obra de Duque as ponderações de Michelle Perrot e Maria Teresa Garritano Dourado. Em *Revoluções Brasileiras*, é atribuído um papel moralizante aos personagens femininos, isto é, através destes personagens, foram reforçados valores e posturas que as mulheres deveriam ter dentro da sociedade. Três personagens femininos aparecem na obra com esta função: D. Bárbara Horta; Domitila de Castro Canto e Melo – a Marquesa de Santos – e Anita.

Por ser uma das notáveis senhoras mineiras, D. Bárbara Horta atuou na Revolta Liberal de 1842 em Minas Gerais, através da “mais sutil, sagaz e obstinada espionagem” ²⁵⁵. Visando defender sua família, a senhora D. Bárbara Horta favorecia aos liberais, uma vez que os homens de sua família estavam envolvidos neste lado da contenda, repassando informações que conseguira do comando legalista. Em uma diminuta passagem, o autor determinou o lugar da mulher da “boa sociedade” na luta política. Caso houvesse a necessidade de seus préstimos, ela seria uma simples auxiliar, que, longe dos campos de batalha, utilizava os

²⁵³ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. p.185.

²⁵⁴ DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai*. Campo Grande: UFMS, 2005.

²⁵⁵ DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit...* p.159.

recursos, “meios ardis que só o espírito feminino é capaz de conceber e realizar” ²⁵⁶ para defender aquilo que lhe era maior, a família. Desta forma, reitera-se o lugar da mulher, sendo este em sua casa como senhora e protetora da família.

Em mensagem claramente moralizadora, Duque incorporou na narrativa, como um exemplo negativo, Domitila, a Marquesa de Santos. A personagem é apresentada como aquela que influenciava no reinado de D. Pedro I para benefício próprio, em oposição à boa influência dos irmãos Andradas que almejavam o bem comum, assim a Marquesa de Santos era

ambiciosa, inteligente e audaz, todo o prestígio de seus encantos femininos foi exercido para a satisfação de seus intentos; e os Andradas, que não eram homens para a galanteria cortesã nem imaginavam uma pátria governada pelo desvario dos amores, tiveram de abrir luta com mais esse poderoso inimigo de olhos lindos e maneiras sedutoras²⁵⁷.

Fazendo uso de seus atributos femininos para conseguir favores pessoais e, com isso desviando, ainda mais, o monarca de ser um bom governante para o Brasil, Domitila apresenta uma conduta que deveria ser rechaçada, pois não era permitido que a mulher fizesse uso do corpo como lhe conviesse, uma vez que o corpo feminino também era uma propriedade masculina. A postura ideal da mulher, do ponto de vista masculino, era o da mãe, esposa recatada e circunscrita ao ambiente doméstico.

Em outro trecho, o autor destacou a imoralidade advinda da circulação da Marquesa de Santos na corte, em suas palavras “a decência social que tinha sua égide na virtuosa imperatriz, desapareceu nas humilhações sofridas por D. Leopoldina de Habsburgo com o ostensivo domínio da *favorita*²⁵⁸, arvoada em viscondessa, dama nobre e depois marquesa”²⁵⁹ (grifo do autor). Nessa passagem, Duque contrapõe dois modelos de conduta femininos: a da mulher descente e virtuosa, na figura da Imperatriz, e seu inverso da imoral e aproveitadora Marquesa. Ao qualificar negativamente a postura da Marquesa, além de determinar qual seria o padrão de conduta ideal para a mulher, Duque atingia a figura de D. Pedro I em um claro

²⁵⁶ *Idem*.

²⁵⁷ *Ibidem*. p. 98.

²⁵⁸ O termo “favorita” aparece pela primeira vez na página 99 e acompanhada de uma nota de rodapé que apresenta a seguinte marginalia de Gonzaga Duque “Diz [A.M. Vasconcelos] Drummond, mas não é acreditável que assim fosse”. *Ibidem*. p. 99 A despeito da desconfiança do adjetivo empregado para descrever a Marquesa de Santos, o autor mesmo assim o utilizou. Desta forma reforça a ideia de que a forma narrativa cativante é privilegiada, já que “favorita” amplia a importância da mesma na corte e na política imperial e, com isso, torna a personagem mais representativa bem como a força de seu exemplo, ainda que negativo. Para além do recurso narrativo, infere-se também que Duque estava em contato com a historiografia demonstrando seu trabalho com a pesquisa, e o uso de fontes diversas como as memórias.

²⁵⁹ *Ibidem*. p. 100.

recurso de desprestigiar a pessoa, em seu plano privado, para atingi-la na esfera pública. Assim, se falta moralidade e respeito à pessoa de D. Pedro I no seio de sua família, estes valores também não estariam presentes enquanto Imperador.

Assim sendo, as figuras de D. Bárbara Horta e da Marquesa de Santos são utilizadas para determinar qual era a posição da mulher nos movimentos contestatórios que contribuíram para a formação da nação brasileira. Conforme o autor, essas mulheres eram representantes da boa sociedade e se valeram de atributos estritamente femininos, como a astúcia e a dissimulação, para atuar nos contextos em que estavam inseridas. Se suas ações fossem discretas e visassem à defesa da família, eram reconhecidas como nobres e valorizadas, como no caso de D. Bárbara Horta, já, se os referidos atributos fossem utilizados para o favorecimento pessoal e não fossem condizentes com a moral feminina e familiar, eram desmerecidos, como foi feito com a figura da Marquesa de Santos.

Tais personagens são marcas das relações entre homens e mulheres da contemporaneidade de Gonzaga Duque, deste modo reforça-se um imaginário sobre o feminino e sobre qual seria o seu lugar na história da nação. Ao abordar como a imagem da mulher foi edificada pela arte, sobretudo a pictórica, ao longo do século XIX, Maria Teresa Garritano Dourado contribui para o entendimento da construção do lugar da mulher dentro dessa sociedade. Conforme a autora,

A ênfase atribuída à fraqueza e à passividade femininas, sua viabilidade sexual para as necessidades masculinas, sua definição doméstica e sua função materna como o domínio natural mostra a função ideológica que encobre as relações de poder explícitas na sociedade, tornando-as parte da ordem natural das coisas. Essa visão conservadora dava à mulher o papel apenas de dona de casa e mãe, não lhe sendo permitido ultrapassar essas fronteiras.²⁶⁰

Portanto, a mulher é vista como frágil e, em decorrência dessa fraqueza, que era inerente ao seu gênero, deveria ser subordinada ao homem. Sua função era bem definida, a mulher deve ser *mãe*, papel entendido como natural, desta forma, as mulheres ficariam circunscritas à casa e à maternidade.

A despeito do imaginário construído sobre a debilidade feminina, as mulheres das camadas mais populares rompiam o recato das residências, uma vez que necessitavam arranjar meios de sobrevivência. Essas mulheres ficavam ainda mais à margem das narrativas históricas, já que as mulheres populares raramente apareciam nos documentos do Estado ou nas narrativas memorialistas, suas ações eram registradas apenas quando entendidas como

²⁶⁰ DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis... Op.Cit.* p.16

heroicas, todavia os sobrenomes dessas mulheres sequer eram mencionados. Este padrão da historiografia brasileira é destacado por Maria Teresa Garritano Dourado. Segundo a autora,

São homens escrevendo sobre homens, sendo as mulheres, quando mencionadas, meros detalhes, que nada contribuem para a compreensão do episódio ou, mesmo, do processo histórico. Na história da Guerra do Paraguai, muitas vezes, a mulher foi omitida, discriminada e ironizada. De fato, na maioria das obras analisadas, observo que, quando as mulheres saíram do anonimato, foi porque demonstraram algum ato de heroísmo, como o da preta Ana, que, mesmo assim, só teve direito ao primeiro nome, sendo a etnia lembrada com preconceito, o que a remetia a grupos sociais de origem humilde²⁶¹.

Consoante com essa historiografia, Gonzaga Duque apresenta uma personagem feminina cuja narrativa destoa das demais, uma vez que não tem direito a seu sobrenome, além de seu ambiente ser o campo de batalha, lutando ao lado dos homens, para implantar a república na província de Santa Catarina. Por meio de uma escrita cativante, o autor lança luz sobre Anita,

Em meio aos destroços da escuna revolucionária, Anita, a catarinense, a heroica brasileira que ligara seu destino e seu nome ao do condottiere italiano, de espada em punho, animava seus intrépidos companheiros, fazendo-os redobrar de esforços os assomos da coragem pela voz vibrante do seu mando²⁶².

Nessa passagem foram destacadas tanto a ação heroica de Anita, quanto o seu relacionamento com um *condottiere italiano*. O autor referia então a Giuseppe Garibaldi. Embora Duque reconhecesse a figura de Garibaldi e a justiça de sua luta, uma vez que lutava pela república, percebe-se que a não referência direta, bem como o adjetivo bastante pejorativo ligado a seu nome – já que o termo *condottiere* que qualifica o italiano significa “mercenário” – suaviza a importância dele frente a Anita. Então, Garibaldi era visto como o herói revolucionário, mas também como um estrangeiro – um elemento exógeno – que servia a quem lhe pagasse atenuando ainda mais seu papel de herói. Assim, apesar de ter associado o nome de Anita ao de um homem, a maneira pouco elogiosa como Duque se referiu a Garibaldi fez com que a personagem feminina tivesse destaque por sua ação de liderança e de luta e menos pela importância e da heroicidade do seu companheiro.

Percebe-se que o engrandecimento de Anita está relacionado também à nacionalidade, pois este elemento de caracterização está bastante explicitado, sendo Anita qualificada como *Catarinense*, a *heroica Brasileira*, portanto era Anita que lutava pelo ideal da república e pelo

²⁶¹ *Ibidem*, p. 12.

²⁶² DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit...* p.174.

amor a sua Pátria, sagrando-se uma verdadeira heroína, brasileira e republicana na construção de Gonzaga Duque. Com uma narrativa dramática, o autor dedica um parágrafo para a ação do casal em uma batalha. Em suas palavras,

Mas a resistência torna-se impossível. A retirada começa. Garibaldi manda atear fogo às suas embarcações e Anita, debaixo de um chuva de balas, recolhe os restos das munições, e de pé à popa de um pequeno escaler, enquanto a tripulação se curva ao zumbir dos projéteis, ela é como um anjo guerreiro, serena e intrépida, a face morena de brasileira febril de coragem e a claridade branca de seus dentes sorrindo desdenhosamente à claridade vermelha dos canhões, tal se fora, nesse momento, a encarnação da República alentando o ânimo de seus defensores, em plena apoteose do terror!²⁶³

Na cena de Duque, Anita está em combate, ao lado de seu companheiro, mas, sobretudo em defesa da República em apoio aos revolucionários. Sua participação se dá no auxílio aos combatentes, quando recolhe os restos das munições, todavia sua ação se engrandece, ao servir de inspiração para seus companheiros descrita como um *anjo guerreiro*. Despida do medo, seu sorriso provoca entusiasmo nos aliados e, por fim, o autor a aproximou da própria representação da República.

Acerca do uso de alegorias, José Murilo de Carvalho afirma que poucos artistas se dedicaram a usar a figura feminina como alegoria cívica, sendo os positivistas aqueles que destinaram seus esforços para tal uso²⁶⁴, logo a aproximação de Anita à alegoria da república poderia ser mais uma marca do alinhamento de Duque ao positivismo. A propósito da construção da personagem feminina no trecho citado, Vera Lins destaca que a narrativa de Gonzaga Duque admite o paralelo da imagem de Anita a da Marianne, no quadro de Delacroix *A Liberdade guiando o povo*²⁶⁵ (Anexo). Portanto, para Vera Lins, Anita seria mais uma alegoria que propriamente uma mulher real lutando pelo que acreditava. A partir dessa colocação de Vera Lins, infere-se que há a perda da mulher real para seu uso como um ideal, o que significaria mais um recurso narrativo, para tornar a história mais cativante, atenuando a ação e a heroicidade da mulher.

No entanto, torna-se necessário suavizar tal inferência, uma vez que se vislumbra um justo meio que coaduna a alegoria e a mulher. Tanto por sua condição social quanto por suas escolhas de vida, é possível historiografar Anita não apenas fora do ambiente doméstico, mas em combate, assim sendo, por mais que essa personagem tenha sido idealizada e aproximada à alegoria da república, foram suas ações e sua história de vida que permitiram o uso de tal

²⁶³ *Ibidem*. pp. 175-176.

²⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas... Op.Cit.*p. 86.

²⁶⁵ LINS, Vera. *Imagens que pensam os trópicos. Locust*, Juiz de Fora v.5, jan-jun, 1999. p. 101-113.

recurso. Certamente, essa duplicidade da figura de Anita permite seu registro na história, a despeito de sua conduta destoante daquela pregoada pelo imaginário nos oitocentos.

O destaque da história do Brasil escrita por Gonzaga Duque é a luta do povo pela liberdade. Do povo que participava das contendas, já foi lançada luz sobre aqueles que, de modo marginal, apareceram na narrativa, notadamente, negros e mulheres. Todavia, a história narrada em *Revoluções Brasileiras* tem como protagonistas os homens, sobretudo os governantes.

2.3.1 Consolidando a Nação: o mito de Tiradentes, o uso da memória da Monarquia e a República no Brasil.

A história cativante escrita por Duque trazia elementos de uma história social, conferindo aos personagens ações e sentimentos, nem sempre virtuosos. Essa condição mais humana estava aliada a uma história construída através de grandes homens, deste modo alguns personagens ganham feições mais honradas e altruístas, tonando-se candidatos a heróis, não só de seu movimento, como do povo brasileiro. Como uma mestra da vida, a História devia estimular boas condutas, e o herói foi o meio utilizado para alcançar tal objetivo. Sobre a criação do herói republicano, José Murilo de Carvalho afirma que

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva (...) Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante. A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva a tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico²⁶⁶

Muitos nomes concorreram para se tornar o grande herói da república. A escolha se iniciou dentre os personagens envolvidos na Proclamação da República, contudo, tais nomes não encontravam ressonância nos sentimentos dos brasileiros. Por isso, tornou-se

²⁶⁶CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas... Op.Cit.* p.55

imprescindível buscar no passado figuras que tivessem maior apelo popular e que, de alguma forma, representassem o novo regime. Consoante José Murilo de Carvalho,

A pequena densidade histórica do 15 de novembro (uma passeata militar) não fornecia terreno adequado para a germinação de mitos. Era pequeno o numero de republicanos convictos, foi quase nula a participação popular (...) os candidatos a heróis não tinham, eles também, profundidade histórica, não tinham a estatura exigida para o papel. (...) Diante das dificuldades em promover os protagonistas do dia 15, quem aos poucos se revelou capaz de atender às exigências da mitificação foi Tiradentes²⁶⁷.

Duque corrobora a elevação de Tiradentes à categoria de herói e ao panteão cívico republicano. Dos muitos homens que tiveram seus nomes registrados na narrativa histórica de Gonzaga Duque, um personagem, mais reconhecido por sua alcunha, destacou-se. Conhecido como Tiradentes, Joaquim José da Silva Xavier teve salientada a sua participação na conspiração, nomeada pelo autor como Inconfidência Mineira. Assim, historiografado como um grande homem e retratado como um propagandista dos ideais de igualdade difundidos pela Revolução Americana, o autor apresenta Tiradentes:

Joaquim José da Silva Xavier, alferes da cavalaria de Minas , conhecido em Vila Rica pela alcunha de *Tiradentes*, por ter grande habilidade no manejo do boticão e no preparo de dentaduras artificiais. Vivendo vida nômade e mal-aventurada, ora de mascate, ora de contador da mineração, corria terras e por onde passava ia exaltando as vantagens do governo adotado pelos Estados Unidos, criando pra si a correnteia reputação de *louco*, tal o desembaraço e entusiasmo com que expunha as suas idéias²⁶⁸.

Destacando a ação de Tiradentes como divulgador dos ideais de liberdade e república, que constituíam a experiência dos estadunidenses, Duque entrelaça a malograda conspiração dos mineiros à história mundial, ampliando as bases históricas apresentadas no resumo, como aponta Roberto Vecchi,

A inconfidência é introduzida (...) com uma ampla reconstrução histórica da conjuntura (a declaração do congresso das Colônias Unidas da América do Norte) e dos primeiros frêmitos independentistas que animaram sobretudo os brasileiros cultos estrangeirados em Coimbra e Nimes. De objeto de palestra requintada porém, os anseios autonomistas assumem logo uma particularização localista através do personagem Tiradentes, um salto esse que põe em maior realce, por contraste, seu caráter genuinamente popular²⁶⁹.

²⁶⁷ *Ibidem* .p 57

²⁶⁸ DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit...* pp. 25-26.

²⁶⁹ VECCHI, Roberto. Reescrevendo a Inconfidência:...*Op. Cit..* p.35.

Então, a figura de Tiradentes é marcadamente vinculada à divulgação de ideias revolucionárias. Desta forma, o autor confere ao alferes o protagonismo do movimento, e seus contemporâneos, segundo Duque, conferiam-lhe a alcunha de “louco”, lida com conotação positiva, pois representava a disposição de Tiradentes em defender a liberdade e de convencer as pessoas aderirem a sua causa.

“Nômade” e “louco”, assim Tiradentes apareceu nas primeiras linhas do resumo. Apesar de aparentemente serem termos pejorativos, para Duque, são consideradas qualidades, já que foram essas características que levaram o personagem a articular a tentativa de conspiração, nas palavras de Duque “os ardentes discursos de Tiradentes levaram alguns medrosos à convicção de que se tramava contra o domínio da metrópole. Não faltou quem fosse dar disso aviso ao governador, (...) [que] murmurou o quer que fosse de indiferente às loucuras do propagandista”²⁷⁰ (grifo do autor). Ainda sobre a ação de cooptação e as ideias revolucionárias, Duque escreveu sobre Tiradentes e sua interação com José Alves Maciel,

Bem depressa os dois entraram em camaradagem e Alves Maciel, que havia pertencido ao *Clube dos Doze*, atendendo ao ânimo desse homem cujo rosto tostado aos mormaços das jornadas, de grandes barbas proféticas, se iluminava de esperanças que na sua inteligente loquacidade mais acalorava, cuja hercúlea estatura lhe dava uma expressão de resoluto e capaz, explanou um projeto revolucionário de acordo com as ideias que ele apresentava sobre a oportunidade de aproveitar sobre a oportunidade de aproveitar-se da cobrança do quinto de ouro, que estava atrasada e que a corte de Lisboa mandaria fazer em *derrama* para impedir protelações e evasivas, Tiradentes impressionou-se com as claras considerações de Alves Maciel. Partindo para Minas continuou com mais ardor a propaganda²⁷¹.

Apesar de ambiguidade do trecho, é perceptível o tom bastante elogioso de Duque a Tiradentes e a capacidade de articulação que lhe é atribuída. A despeito de os planos da conspiração ser de construção conjunta, as ações de divulgação e a articulação aparecem como de exclusividade de Tiradentes. Sua “loucura” convenceu a alguns homens da elite, que tiveram seus nomes mencionados no resumo, porém os atos promovidos por esses membros foram considerados secundários. Para Gonzaga Duque, Tiradentes protagonizava o movimento e era,

esse ignorante, escoriado pelas infelicidades, iluminado por uma centelha de ideal, fazia-se a alma da conjuração, o grande agitador da Independência, arrastando no seu entusiasmo doutos e tímidos, sacudidos de chofre em seus pensamentos de

²⁷⁰ DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. Francisco Foot Hardman e Vera Lins (Orgs.). *Op. Cit...* p.26

²⁷¹ *Idem*.

patriotas. Era ele quem avisava das reuniões secretas, quem animava os irresolutos, e saía a buscar pelos sertões novos recursos para a causa da liberdade²⁷².

De acordo com José Murilo de Carvalho, a batalha historiográfica em torno de Tiradentes foi, e ainda é, intensa; o que reverbera em diversas percepções do personagem. Porém ao se ponderar sobre o mito, o autor afirma que se pode construir “contra a evidência documental; o imaginário pode interpretar evidências segundo mecanismos que lhe são próprios e que não se enquadram necessariamente na retórica da narrativa histórica” ²⁷³. Desta forma, as informações levantadas por Joaquim Norberto de Souza Silva, que questionam a liderança de Tiradentes e demonstram a conversão de seu ímpeto patriótico em fervor religioso, embora questionados em sua face histórica, são utilizados na construção do mito, uma vez que essa versão cristã ressoava nos corações dos brasileiros²⁷⁴.

Ao longo do resumo, o autor transforma o “louco” propagandista em um engajado revolucionário e realizou essa operação criando imagens do personagem que o aproximava da construção de Tiradentes como um mártir cristão. Assim, em meio a essa disputa, Gonzaga Duque também associou a imagem de Tiradentes à figura do mártir cristão e essa associação foi erigida através da atribuição de uma liderança messiânica e de uma missão profética ao alferes. Nas palavras de Duque,

Nesse tempo, Tiradentes, com um vulto desgrenhado de lenda, passava *blasfemando* contra a metrópole. O eco da sua voz estalava nas colinas, pela extensão das estradas, na poeira luminosa dos dias, na pulverulência prateada dos luares. Caíam-lhe nas espáduas robustas os anéis da farta cabeleira grisalha; na cava das órbitas as pupilas luziam cheias de sonhos e de esperanças. Mais que nunca sua palavra ardia – passara dos projetos para a concitação: “É o nosso país, é o nosso este solo! Os vis que rabeem, os covardes que se quedem! Nós iremos levantar os fortes e sairemos a restaurar a terra!”²⁷⁵.

Igualmente, Roberto Vecchi afirma que a construção de um caráter messiânico para a ação de Tiradentes na narrativa de *Revoluções Brasileiras* se torna explícita pela comparação bíblica da seguinte passagem: “ficavam as brasas dessas palavras ardendo como as apóstrofes de Iokanaan, o João Batista (...), quando na fuma úmida de Machaerus, a espada carranca de Antipas esgazeava os olhos para as trevas da sua caverna, onde ele ululava contra a devassidão da Galiléia dominada” ²⁷⁶.

²⁷² *Ibidem.* p.28

²⁷³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas... Op.Cit.* p.58

²⁷⁴ *Ibidem.* pp. 62-64.

²⁷⁵ DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos.* HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit.* p.28

²⁷⁶ VECCHI, Roberto. *Reescrevendo a Inconfidência:...Op. Cit.* p.37.

À parte dessa construção do mártir cristão, uma pequena nota foi acrescentada pelos editores, uma anotação de Duque escrita em um exemplar de *Revoluções Brasileiras* encontrado na biblioteca do autor. Seu conteúdo versa sobre outra possibilidade de interpretação para o triângulo, sugerido pelo alferes, como símbolo da bandeira da futura república. Enquanto no texto principal o autor afirmou que “Tiradentes ideara [a bandeira] com três triângulos simbolizando os mistérios da santíssima trindade, de que ele era devoto”²⁷⁷, a nota apontava que a referência simbólica do triângulo poderia estar relacionada, sim, à maçonaria. Conforme Duque, “o Sr. Mário Bhering supõe - aliás com visos de boa interpretação - que os triângulos eram concepções simbólicas da maçonaria, da qual Tiradentes fora irmão”²⁷⁸.

Assim sendo, essa nota permite duas inferências. A primeira delas é a constante pesquisa realizada pelo autor e grande influência das revisões históricas de Mário Bhering no pensamento Duque. A segunda inferência é a clara opção do autor em edificar a imagem de Tiradentes associada ao mártir cristão, uma vez que ele dispunha de elementos da biografia do personagem que permitiam recuperar outras facetas do alferes.

Portanto, corroborando a construção de Tiradentes como um mártir cristão, Gonzaga Duque amplifica a transfiguração do revolucionário patriótico para o mártir religioso após a passagem em que é narrada a delação da conspiração, sobretudo indicando que o período da prisão de Tiradentes intensificou sua entrega à causa, assim Duque escreve,

No Rio, retirado de quando em quando das masmorras da Ilha das Cobras, Tiradentes respondia aos interrogatórios sem negar as acusações. Acareado com os comprometidos que em sua companhia foram presos, a sua palavra firme, a sua larga voz de provinciano convicto, caíam nos ouvidos dos formadores da culpa desresponsabilizando os companheiros, humildes e angustiados diante das terríveis apreensões que seus espíritos criavam²⁷⁹.

Imputada a Tiradentes toda a carga de culpa, inicia-se o seu martírio. Para ampliar tal entrega e sofrimento, Duque apresentou os outros conjurados com grande debilidade, creditando a condição de herói apenas a Tiradentes, assim:

Atirados por longos meses nos calabouços da Ilha das Cobras e depois nos segredos das cadeias (...), acorrentados como bandidos, inquiridos arditamente por juizes prevenidos, e sujeitos ao julgamento de uma junta de três ministros, enviada de Lisboa em 1790. E o processo seguia vagaroso e rebuscador, aumentando o

²⁷⁷ DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit...* p.29

²⁷⁸ *Idem*.

²⁷⁹ *Ibidem*. p.31.

padecimento dos réus! A única voz que não tremeu, a única face que o medo não manchou, foram as de Tiradentes. Ele só era culpado. Que a pena infame recaísse sobre sua cabeça! E nunca de seus lábios saiu palavra que fizesse agoniar seus companheiros. Aos olhos desses míseros amedrontados aquela figura de herói, bastante robusta para suportar a criminalidade do *acordão*, deveria iluminar-se gloriosamente, deslumbrando pela grandeza de sua alma, desumano pela idealização de seus sonhos²⁸⁰.

Deste ponto até o final do resumo, é destacado o martírio de Tiradentes, que só terminaria na expiação, na redenção. Segundo Duque, após três anos de processo, é proferida a sentença do “louco Xavier”²⁸¹ e dos demais conjurados, com um fim cruel, uma pena que não condiz com o crime cometido tampouco com a qualidade daqueles que sofreriam tal sanção. Neste cenário os sentenciados se abalaram, nem mesmo o consolo da fé, pela presença dos frades, aplacou os ânimos, apenas “Tiradentes era impassível, a fisionomia aclarada, o ouvido atento às exortações que o religioso lhe fazia”²⁸².

Posteriormente, Duque apresenta a retificação da sentença, que comutava as penas de morte em degredo para dez dos onze sentenciados, sendo mantida somente a pena de Tiradentes. Nessa passagem o autor eleva a expiação do mártir, pois via seus companheiros tendo o sofrimento atenuado e ainda “felicitavam-se mutuamente, sem uma palavra de piedade ou confortalecimento para o maior de todos os que pensaram numa pátria livre, porque foi o único que não renegou seu grandioso ideal”²⁸³. Deste modo, Tiradentes morreria para defender seus ideais e se completaria a conversão do alferes em mártir, pois, assim como cristo, expiaria com a morte a defesa de ideais que eram contrários ao poder vigente. Nas palavras de Gonzaga Duque, a execução de Tiradentes:

Aos primeiros clarões matutinos de 21 de abril, acordaram-no do sereno sono em que tinha passado a derradeira noite de sua vida. Estava calmo. Volveu os olhos para o religioso e pediu o crucifixo com que rezou por longos minutos, e, tendo-se aproximado o carrasco, disse-lhe placidamente:

“Ó meu amigo! Deixe-me beijar-lhe as mãos e os pés”.

Depois vestiu a alva ignominiosa e esperou, resignadamente a hora de seu martírio. Os representantes da justiça encontraram-no neste sossego de justo, quando vieram lhe notificar a sentença. Ele ouviu-a com imperturbável coragem²⁸⁴.

Duas páginas do resumo foram dedicadas à construção do suplício do mártir. A narrativa segue tensa, emocionante e com claras aproximações a figura de cristo – como pode

²⁸⁰ *Ibidem.* pp. 31-32.

²⁸¹ *Ibidem.* p.32

²⁸² *Ibidem.* p.33

²⁸³ *Idem.*

²⁸⁴ *Ibidem.* p.33-34

ser percebido na humildade do alferes perante seu carrasco – até desembocar no fim do personagem, na sua execução. Conforme o autor,

Após um enxame de ciganos maltrapilhos, apareceu a alta figura da *vítima*, em alva, custodiada por baionetas. Caminhava firme, olhos postos no crucifixo que trazia nas mãos algemadas; seus lábios, por vezes, tremiam no fervor das orações; de seu pescoço pendia o barão infamante cuja extremidade o carrasco negro segurava; dois frades de Santo Antônio ladeavam-no. A espaços as matracas batiam e, de quando por quando, o préstito parava, um meirinho lia com voz rouquenha a sentença; mas, tambores rufavam e a marcha lenta, seguida de povo num sussurro arrastado de passos. (...) O mártir, alçando o olhar para a Capela da Lampadosa, manifestou o desejo de orar diante de seus altares. Consentiram-no. Depois, retornou ao caminho. A procissão seguiu-o. E assim, de barão e pregão, Tiradentes chegou à força²⁸⁵. (grifos meus)

O alferes é apresentado como vítima de um regime que refutava seus ideais, sobretudo os de liberdade e de república. Duque fez com que Tiradentes, o “louco” de propagar o ideal de liberdade, chegasse ao patíbulo como o mártir resignado, convicto que seu destino serviria a sua causa: a liberdade de sua pátria. Gonzaga Duque continua,

Quando o carrasco passou o laço no poste, o herói da inconfidência quis falar à multidão, mas a corda o estrangulou ao peso do algoz; por momentos os estrebuchos sacudiram seu corpo... e, no espaço, à vista do povo, ficou oscilando lentíssimo o cadáver desse grande brasileiro que a História glorificou por toda a eternidade²⁸⁶.

Morreu com palavras por dizer, mas sua súplica serviria de exemplo. Cabe destaque que a morte de Tiradentes não pôs fim ao resumo. As últimas palavras de Duque sobre a Inconfidência Mineira foram dedicadas a Joaquim Silvério dos Reis, o delator. Procurando reforçar o valor de abnegação do indivíduo frente ao coletivo, o exemplo viria também através de uma ação repreensível. Dessa forma, Gonzaga Duque aponta que, por causa do egoísmo, o delator, que, visando apenas ao seu conforto e a ganhos pecuniários, sacrificou a sua pátria, negando-lhe a independência. Se a História glorificou Tiradentes, o mártir cristianizado, também cabia a ela maldizer o nome de Joaquim Silvério dos Reis, investido na figura de Judas. Nas palavras do autor “a recompensa material foi grande, mas, enquanto um sagrado pano auriverde marcar ao mundo a terra brasileira, a sua memória será execrada e de nenhum lábio jamais sairá frase de piedade para a eterna infâmia de seu nome”²⁸⁷.

A primeira página do resumo subsequente ao da Inconfidência Mineira, que apresenta a Revolução de 1817, consta de um parágrafo que sintetiza o entendimento do autor sobre o

²⁸⁵ *Ibidem*. p.35

²⁸⁶ *Idem*.

²⁸⁷ *Ibidem*. p.36

lugar da experiência da malograda conspiração para o aprendizado do povo, bem como sobre o papel de herói atribuído a Tiradentes. Inscrevendo movimento e herói na “inevitável” linha do progresso,

A tentativa revolucionária de Minas Gerais pela qual o generoso Tiradentes pagou no patíbulo o seu amor pátrio, fora o mais acentuado sinal do acordar de um povo que viera crescendo, preso à tutela da Metrópole, entre provocações e misérias. O sangue jorrado de esquartejamento do mártir da Inconfidência fecundou a terra sagrada do Brasil, já fertilizado pelo sangue de outros mártires, levando seiva e dando alento às raízes da Liberdade que começara a estender seus ramos ao sol para abrir a fronde protetora e verdejante²⁸⁸.

O multifacetado Tiradentes, como afirma José Murilo de Carvalho, foi registrado como herói por Gonzaga Duque. Através desse personagem, caracterizado como um mártir cristão, pretendeu-se ampliar a aceitação, sobretudo a popular, do novo regime. Tiradentes, portanto, servia a Duque como um ponto de contato, um elo do passado com a ideia de república materializada no presente, estruturando, assim, sua teleologia republicana.

A escrita da história através da ordenação do passado é uma tarefa do presente. Assim, visando à legitimação do regime, não só os heróis foram objetos de disputa, havia toda uma memória nacional para ser revista e adequada à nova conjuntura. O passado imperial, arraigado na memória coletiva, com seus símbolos e tradições com os quais o povo ainda se identificavam, não poderia ser apagado ou esquecido. A legitimidade da República através da ligação com o passado nacional encontrou na tradição imperial um obstáculo.

Um exemplo da dificuldade da conciliação e reescrita desse passado foi a disputa do mito fundador da nacionalidade brasileira. Destarte, o *15 de Novembro* não conseguiu a mesma credibilidade e aceitação que o *7 de Setembro*, data já consolidada como *lugar de memória*. De acordo com Marly Motta:

O esforço do regime republicano brasileiro para garantir a sua legitimidade esbarrava na tradição imperial de comemorar o 7 de setembro como a festa maior da nacionalidade, marco da conquista da liberdade, indelevelmente associado à dinastia de Bragança. Era preciso inventar novas tradições mais adequadas aos novos tempos²⁸⁹.

Então, o novo regime procurou construir novas tradições mais adequadas, expressas em hinos, bandeiras, em um novo calendário festivo²⁹⁰. De acordo com Marly Motta, a

²⁸⁸ *Ibidem*. p.37

²⁸⁹ MOTTA, Marly da Silva. *A nação faz cem anos*. Op.cit.. p. 13.

²⁹⁰ Em 1890, foram estabelecidos novos marcos comemorativos, aliados a antigas datas. Ligadas à fraternidade universal, foram estabelecidas as datas 1º de Janeiro, 14 de Julho, 12 de Outubro e 2 de Novembro; os marcos

disputa da memória nacional em torno do 7 de setembro promovida entre monarquistas e republicanos polarizou a data. Para os primeiros, era a expressão da "conquista da independência sem violência" ²⁹¹, para os segundos, era a marca da rejeição como "data comemorativa da Monarquia" ²⁹².

A ação dos intelectuais monarquistas na promoção e valorização do regime anterior foi bem executada e vitoriosa, segundo Marly Motta “vitorioso o grito do Ipiranga – pela necessidade de conciliação, pela inviabilidade de outras opções e pela maior habilidade dos monarquistas em impor o seu passado – a saída republicana foi moldar a comemoração do 7 de setembro aos novos tempos” ²⁹³. Para remodelar a Independência, foram acrescentados novos elementos a sua comemoração, como os desfiles militares, além de uma releitura do evento que promoveu a recuperação da imagem de José Bonifácio visto, desde então, como personagem essencial para a consolidação da autonomia nacional.

Sendo imprescindível rememorar tal período através do prisma republicano e a despeito das disputas entre os próprios partidários do novo regime, a história escrita sob esses novos desígnios foi pautada por uma conciliação com o passado. Segundo Karina Ribeiro Caldas,

Retomar a tradição imperial como referencia para a republicana minou as bases para uma historiografia anti imperial, levando ao que Sandes chamou de ‘pacificação da memória’. Tal processo, entretanto não se fez sem conflitos, o que demonstra a estranheza dos republicanos históricos diante a tendência de glorificação do império. Tais disputas simbólicas apresentam-se nas franjas da narrativa, nos recortes, nas escolhas dos personagens, nos silêncios ²⁹⁴.

Publicada pela primeira vez em 1898, ou seja, nove anos após a proclamação da República, *Revoluções Brasileiras* entrou nessa disputa pelo passado em um momento delicado, nos anos iniciais da consolidação republicana, o que tornou o olhar de Duque para a tradição imperial ainda mais criterioso a fim de gerar empatia e reconhecimento, mas, ao mesmo tempo, gestar uma nova tradição. Assim sendo, percebe-se que a monarquia é valorizada na obra, sobretudo pela manutenção da unidade territorial, e execrada por ser exemplo de personificação, corrupção e abuso de poder. Para exemplificar essa afirmação,

nacionais escolhidos foram: “o 21 de Abril (“comemoração dos precursores da independência reunidos em Tiradentes”), 3 de maio (descoberta do Brasil), 13 de maio (“fraternidade dos brasileiros”), 7 de setembro (independência do Brasil) e 15 de novembro (“comemoração da pátria brasileira”)”. Este calendário procura conciliar o “7 de Setembro” ao novo herói nacional – Tiradentes –, bem como à proclamação da República.

²⁹¹ MOTTA, Marly da Silva. *A nação faz cem anos. Op.cit.*.p.14.

²⁹² Idem.

²⁹³ Idem. p. 16.

²⁹⁴ CALDAS, Karina Ribeiro. *Nação, Memória e História: a formação da tradição nos manuais escolares (1900-1922)*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2005. p.109.

recorreu-se aos resumos que se referem à Independência, reconhecidamente um *lugar de memória*.

No subtítulo do resumo sobre a independência do Brasil, Gonzaga Duque anuncia, escrito entre parênteses, o que seria evidenciado no evento: as “Tentativas Republicanas”. A informação que o subtítulo traz tem o intuito de aguçar e de fazer com que o foco do leitor se volte para tais tentativas. Dessa forma, até mesmo aquele leitor que por conhecimento prévio soubesse que o Brasil se fez independente sob uma monarquia, incorporaria a dimensão da disputa política incutida no evento e que a República havia sido uma possibilidade.

Para apresentar o evento como fruto de uma disputa, foi atribuído grande destaque à maçonaria. Segundo o autor, muitos brasileiros insatisfeitos com a parcialidade de D. João VI, que favorecia aos portugueses, associavam-se em lojas maçônicas e discutiam alternativas para a política. Dessa forma a maçonaria seria a responsável pela articulação dos brasileiros, apresentava a ideia de autonomia e colocava no horizonte dois caminhos para a independência do Brasil, tanto a República quanto a Monarquia. Nas palavras de Duque,

Das aspirações da parcialidade nacional resultou a reorganização da maçonaria que D. João VI havia perseguido e desbaratado. Muitos dos antigos membros de uma loja intitulada *Distintiva*, que funcionara em Niterói, fundaram nova agremiação em que o bacharel Joaquim Gonçalves Ledo (...) e outros *irmãos*, deram começo ao projeto da independência do Brasil, sob o régimen republicano. Pouco a pouco as lojas maçônicas surgiram²⁹⁵.

Após destacar a articulação dos brasileiros através da maçonaria, Duque inicia a apresentação dos personagens que se destacariam nesse evento: D. Pedro de Alcântara e Bourbon, José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Ledo. O autor apresenta um príncipe regente bem informado e oportunista, que circulava e era bem recebido tanto pela Corte Portuguesa quanto pelas lojas maçônicas (chegando ao grau de Grão-Mestre da loja fundada por Gonçalves Ledo). Esse trânsito entre grupos de objetivos tão distintos, no entendimento de Duque, seria em decorrência de sua volubilidade, sobre D. Pedro, conforme o autor,

D. Pedro de Alcântara e Bourbon, Duque de Bragança, este volúvel e ambicioso, iludidor e perjuro, em cujas veias corria o sangue da ardente espanhola D. Carlota Joaquina, em fusão com o sangue do pobre rei beato, produto de uma dodouda que entrava na carruagem pensando ser conduzida para o inferno. E a triste majestade [D. João VI] deveria lembrar-se bem de que seu Pedro tinha uma cabeça arrogante, pálida, de pele mordida por vagos sinais da varíola, longos cabelos anelados, de um

²⁹⁵ DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit...* p.63

castanho lindo, alourado pela luz, retinos na sombra, que lhe davam ao rosto ora a alegre expressão de um mancebo doudete, ora a energia senhoril do voluntarioso; e que o negro olhar fixo, cheio de audácia, avivado por um par de sedosas patilhas cortadas das têmporas em direção do petulante arrebique do bigode, sobre os polpudos lábios de peninsular, evidenciava o bizarro hibridismo de temperamento. Deveria lembrar-se bem de que este príncipe, rudimentarmente preparado de espírito, mas inteligente e perspicaz, cavalheiresco por organização física e por gênio afeito aos exercícios da força, bom atirador das armas, frascário e galanteador, humilhava o bonacheirismo paterno tão temeroso das tendências militares! Não podia, pois, admirar-se de que o deslumbramento de um trono, num enorme território virgem d'América, o seduzisse a ponto de quebrar o irrisório juramento escrito com tinta vermelha para fingir ser sangue, e que, num assomo de entusiasmo, irrefletido como uma criança, imoderado como um ingrato, fosse capaz de desembainhar sua espada contra os portugueses, golpeando sua pátria para conquistar os louros de chefe supremo!²⁹⁶.

O longo parágrafo citado é utilizado para atacar a imagem heroica do personagem. Apresentando mais que seu aspecto humano, D. Pedro I foi construindo negativamente e, mesmo ao ser elogiado, principalmente pela sua capacidade física, os elogios vinham acompanhados de comentários pejorativos sobre a sua moral. Desta forma, a independência empreendida por suas mãos se torna um capricho, retirando desse momento o encontro do povo com a tão ansiada liberdade. O papel de herói da emancipação do Brasil foi entregue a outro personagem, apresentado de maneira bastante elogiosa, erigido como o Patriarca da Independência, José Bonifácio,

Nasceu em Santos, em 13 de junho de 1765. Em 1780 partiu para Lisboa onde bacharelou-se nas faculdades de leis e filosofia; seguindo para a cidade de Paris aí fez o curso de química e mineralogia docimástica e, ao termo de proveitosa excursão de estudo pelo velho continente, em convívio intelectual com os mais abalizados mestres, adquiriu, por originais perquisições, invejável reputação científica. O governo do reino, que o tinha mantido nessa célebre excursão, nomeou-o sucessivamente intendente de minas, inspetor das matas e sementeiras florestais, lente catedrático de metalurgia e do curso de docimasia da casa da moeda de Lisboa, diretor do encanamento do Mondego, das obras públicas de Coimbra e secretário da Academia Real de Ciências²⁹⁷.

O currículo que lhe creditava a condição de homem da ciência e era a experiência de vida que fazia do velho Bonifácio um homem ponderado e justo. Colaborando para a independência, Duque apresentou sua posição:

Ao velho Bonifácio o projeto republicano afigurava-se temerário, já pela possibilidade de desagregamento das províncias, já pelos vivos exemplos da revolução francesa que ele de perto viu e que, com certeza, impressionaram mal ao seu calmo espírito de cientista educado com proteção numa corte manhosa e bronca. Foi, portanto, para implantar a monarquia no Brasil que ele trabalhou para a

²⁹⁶ *Ibidem*. pp.65-66.

²⁹⁷ *Ibidem*.p.67

independência. Profundamente sagaz e respeitado pela reputação de erudito, ao demais – por natureza insinuante quando por índole agradável, anedótico e licencioso na linguagem íntima, o que fazia especial agrado do príncipe – bem depressa conquistou a inteira confiança de D. Pedro, a amizade da bondosa princesa²⁹⁸.

No trecho anteriormente citado, percebe-se, para além dos elogios à figura de José Bonifácio, uma referência direta ao papel que caberia à monarquia no Brasil: a manutenção do território. Através do Patriarca, Duque justificava a opção monárquica, pois, temendo que a república não amalgamasse as diversas províncias, a saída era a figura forte de um monarca, cuja ação já conhecida e temida pelo povo, que teria raízes suficientemente fortes para manter o território continental.

Um personagem secundário, porém investido de grande participação, Gonçalves Ledo surge como um dos líderes da loja maçônica e um defensor na imprensa periódica de um projeto de independência do Brasil pautado na implantação de uma república. Foi através desse personagem que Duque criou a dimensão da disputa de projetos e de outras possibilidades para o Brasil emancipado.

Portanto, foi a partir desses três personagens que o autor escreve a independência como uma seara de oportunidades, de projetos em disputa, maculando a versão de uma transição natural e esvaziando o papel de D. Pedro. Ao longo do resumo, Gonzaga Duque desconstrói a ideia de república através da atribuição de um caráter duvidoso de Gonçalves Ledo, apresentando seu lado egoísta, corrupto e oportunista, fazendo-o indigno de atuar politicamente, mas, sobretudo de implantar a república no Brasil. Apesar dessa construção, Duque alinha o tradicional *Grito do Ipiranga* em sua narrativa, como modo de tornar mais familiar o conteúdo, entretanto a ação ganhou contornos de um ato intempestivo de D. Pedro, pois toda a articulação para a concretização da independência foi orquestrada por José Bonifácio. Segundo o autor,

Rápido espalhou-se o brado do Ipiranga com o estrépido de alegrias e festas. A obra dos patriotas fluminenses, desenvolvida e modificada por José Bonifácio, estava realizada. D. Pedro tornou-se ídolo do povo. Apagaram-se as lembranças de seus passeios noturnos com os oficiais da auxiliadora, que faziam escândalo no lar brasileiro; apagaram-se as censuras à sua vida ostensiva de moço; os nomes, sempre grifados, de suas amantes; as propaladas suspeitas do seu visível portuguesismo. Agora, era o príncipe querido: era o rei... Rei! Não. Rei seria pouco. Bonifácio achou que o povo estava acostumado com as festas do divino e preferiria um imperador de verdade. Fê-lo Imperador!²⁹⁹

²⁹⁸ *Ibidem*.p.68.

²⁹⁹ *Ibidem*. pp.70-71.

Desse modo, foi apresentada a Independência do Brasil, o momento edificado pelos historiadores como marco fundador da nacionalidade. O resumo sobre a independência serve como o padrão para os demais eventos do período monárquico. *Revoluções Brasileiras*, notadamente escrita para comprovar que o regime republicano, sempre foi uma aspiração nacional, aliou a visão republicana da História do Brasil à grande parte da memória da monarquia.

Nessa conciliação da memória nacional, Duque procurou diminuir a importância dos tradicionais heróis da tradição monárquica, elegendo e enaltecendo outros personagens visando, assim, à criação de novos heróis, com valores e virtudes mais próximos do republicanismo. Destaca-se também o uso de recursos argumentativos, sendo o primeiro deles a imputação da falta de educação do povo à impossibilidade de implantação da República no Brasil. Deste modo, somente o Império através da empatia sentimental e pelo uso da força, seria capaz de assegurar a unidade de território e afugentar a anarquia, presente nas repúblicas vizinhas, o que aproxima o autor da retórica dos monarquistas³⁰⁰. Por outro lado, o segundo recurso é alinhado com o discurso dos republicanos, apresentando o regime monárquico como maléfico para o povo, uma vez que sustentado uma elite aristocrática, representaria a personificação, a corrupção e, por conseguinte, a exploração do povo.

O resumo sobre a “Proclamação da República (Rio de Janeiro – 15 de novembro de 1889)” foi escrito de modo bastante distinto dos demais, pois apresenta um recuo temporal que procura abarcar acontecimentos e transformações que seriam os antecedentes da República no Brasil. Assim, apesar de seu subtítulo sugerir que o resumo abordará somente a proclamação em si, para dar maior densidade ao acontecimento, isto é, para mostrar que não fora um simples golpe militar que destituiu o imperador, Duque busca antecedentes para o evento, sobretudo as mudanças socioeconômicas iniciadas na década de 1870, que justificariam a implantação do regime. Duque inicia o resumo apontando que após a guerra do Paraguai, o ideal republicano ganhava força entre os brasileiros. Em suas palavras,

³⁰⁰ Das várias passagens que corroboram para tal construção argumentativa uma delas se destaca. No resumo sobre a Revolução Farroupilha, que implantou uma república nas então províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Gonzaga Duque procurou conciliar a ideia republicana com a ação imperial da manutenção do território, tão cara à formação da grande nação brasileira. Nas palavras do autor: “De ambos os lados havia valor. Os rebeldes batiam-se por um Ideal, retemperavam as suas forças na convicção da grandeza de sua causa; os legalistas procediam como soldados disciplinados batalhando pela instituição jurada, procedendo de acordo com as suas crenças. *É difícil avaliar, neste caso, onde há mais patriotismo e onde mais a coragem se exala.* São filhos da mesma terra, lutando por uma aspiração que cada parte julga mais útil e mais necessária à sua pátria; se de um lado existe a ideia da liberdade, de outro lado existe o temor da anarquia”. (grifo meu) In: DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera (Orgs.). *Op. Cit...* p.166.

Ainda os canhões fumegavam e as espadas enodoavam-se com o coágulo dos morticínios, ainda os últimos frêmitos da refrega repercutiam nos corações dos lutadores, vitoriosos e o país aspirava num alívio a oxigenação da paz, e já o ideal republicano voltava ao pensamento dos brasileiros que terminavam a campanha dos cinco anos nos chacos do Paraguai³⁰¹.

De acordo com o autor, os militares formariam o primeiro grupo insatisfeito e o primeiro antecedente para a queda do Império do Brasil. Ainda conforme Duque, os militares exigiam uma nova inserção no governo imperial, pois adquiriram experiência e importância no combate da Guerra do Paraguai, todavia esbaravam na estrutura do Estado imperial, que impedia o crescimento dos militares em sua burocracia. Em uma sociedade nobiliárquica, em que a distinção era o sustentáculo de sua constituição, poucos tinham o direito de galgar os postos mais altos do governo, inclusive na hierarquia militar, o que ia de encontro às necessidades das forças armadas.

Aliado a essa condição inerente da organização de uma estrutura nobiliárquica, Duque acrescenta a corrupção como um grande obstáculo ao crescimento do indivíduo dentro da burocracia imperial. Para o autor, aqueles que se beneficiaram da proximidade com o trono traíam a causa da liberdade, os corruptos se vendiam em troca de benesses e, dessa forma, prejudicavam o povo. O poder imperial se sustentava no egoísmo daqueles que se corrompiam. De acordo com o autor,

Os apóstatas e trãsfugas perjuros e desertores por fraquezas do espírito bruxuleante ou saturações da vileza, que tinham trocado suas aspirações de livres pelas mediócras regalias do servilismo; os ineptos que se arrastam nas passividades como as lesmas no lodo, os insensatos que não meditam sobre a experiência e o futuro, formaram as avançadas defensoras do trono. Inútil e tardia foi a guarda mercenária do auliculismo³⁰².

Todavia, o descontentamento crescia, sobretudo fora dos círculos de beneficiados da política imperial e, conforme o autor, a perda de empatia com o império favorecia a expansão do ideal republicano e, assim, “por todas as províncias do império espontaneamente surgiram simpatias à causa republicana”³⁰³. Como expressão dessa discordância com os ditames da política, “os republicanos fundavam uma folha de propaganda cuja publicação foi iniciada com um célebre manifesto. Em seguida, a criação de um clube, vindo secundar a obra de propaganda, estabeleceu os princípios básicos do partido uniu os correligionários”³⁰⁴, com isso o autor incorporou os republicanos históricos aos antecedentes da proclamação. Em um

³⁰¹ *Ibidem*. p.187.

³⁰² *Ibidem*. p.188.

³⁰³ *Ibidem*. p.187.

³⁰⁴ *Idem*.

longo parágrafo, Gonzaga Duque radicaliza o tom da desvalorização do império como regime de governo, apontando seus vícios e as lutas do povo contra a espoliação,

Durante quarenta e oito anos de existência monárquica o povo passou em constantes e vexosos sacrifícios. As desanimadoras lutas de independência, que sucederam às sufocadas tentativas da emancipação política e social; a infeliz guerra da Cisplatina, os motins sanguinolentos, as revoluções terminadas em hecatombes, as encarniçadas revoltas políticas de 1822 até 1849, a guerra de Rosas em 1851, a guerra do Estado Oriental em 1864, a guerra do Paraguai em 1865, concluída em março de 1870; os insanáveis defeitos intestinos que as camarilhas de D. Pedro I provocaram na administração do país, a imprevidência e descalabro das finanças, o espantoso desprezo pelo bem-estar material da população, que vivia encurralada em cidades participantes de feição tristonha de miseráveis aldeias e das repugnantes senzalas, como se o meio externo fosse uma banalidade de mundanos ou um luxo de voluptuosos; o atrofiamento de expansões generosas pela incapacidade da maioria dos homens do governo, a acefalia de todos os serviços da nação; o impaludismo politiquês com que a desenfreada ganância dos pretendentes à pingue representação nacional desmoralizou a dignidade popular, desenvolvendo em último grau atingível o dissolvente nepotismo e a indigna advocacia administrativa, minaram os alicerces do trono brasileiro, imprimindo-lhe a oscilação de um palanquim, não conduzido no dorso cinzento dos elefantes pausados, mas nos ombros vergastados dos negros escravos³⁰⁵.

Duque continua e, sutilmente, ataca a visão conciliadora que ele próprio havia utilizado, a qual reconhecia o mérito do império na manutenção da ordem e do território.

O erro da implantação monárquica, quando não bastasse o exemplo da unidade estabelecida no régimen governativo das demais nações americanas, aparecia desnudado de todas as conveniências diante desta dificultosa e lenta marcha da civilização a que se opunham os interesses pessoais do conservadorismo representado pela riqueza das classes dirigentes³⁰⁶.

Sua explanação contra o regime monárquico chega ao seu ápice ao afirmar que “o povo não era monarquista”³⁰⁷. Contudo se a monarquia foi questionada, o mesmo não aconteceu com o monarca D. Pedro II, que é retratado de modo bastante elogioso, não se constitui um herói, era bem visto, o que não ocorreu com o seu pai, D. Pedro I. Assim, as dificuldades do Império não estariam diretamente associada à figura do imperador se tornando fruto dos favorecimentos e da sua condição inerente do próprio regime, de modo que

as dedicações que D. Pedro II tivera em principio do seu reinado, iam-se perdendo na morte e na velhice. Os novos favoritos traziam nos bolsos das casacas bordadas o cheque dos interesses sobre a confiança do monarca, e forçavam as portas do palácio de S. Cristóvão com as blasonadas parlamentares, a retorica retumbante dos jornais e dos panfletos incendiários. O grande império sul-americano desconjuntava-se. Os

³⁰⁵ *Ibidem*. pp.188-189

³⁰⁶ *Ibidem*. p. 189.

³⁰⁷ *Idem*.

seus fundadores iludiram-se. O que eles fizeram não foi uma obra inteiriça de arquitetura nacional (...) mas sim uma obra postiça de um governo antagônico com a índole do povo³⁰⁸.

Após o questionamento do regime monárquico em si, Duque apresenta o último grupo a ser incorporado, nessa legião de descontentes com o regime, os fazendeiros. A abolição da escravidão e, conseqüentemente as perdas envolvidas no processo, levaram a adesão desses à causa republicana. Nas palavras do autor, “tocou ao furor o despeito dos fazendeiros. Em massa, cegos de raiva, voltavam-se para a República, como represália do golpe sofrido”³⁰⁹. Dessa forma, o autor criou um cenário em que muitos se puseram contrários ao regime vigente e, novamente, reforçou a ideia que vincula educação, liberdade e república, afirmando que “em todos os pontos do império, em todas as cidades onde a instrução dignificava a atividade do homem, levantavam-se apóstolos republicanos”³¹⁰. Assim, depois de elencar os antecedentes do evento, o que não fizera nos resumos anteriores, Duque inicia a narrativa dos acontecimentos da implantação da república no Brasil. Em suas palavras,

Na noite de 14 de novembro correu pela cidade a notícia de que o governo, inteirado da conspiração do exército, mandara prender o marechal Deodoro, os tenentes-coronéis Benjamin Constant, Solon Sampaio Ribeiro e outros oficiais. Ao sussurrar da notícia as ruas ficaram despovoadas, enchem-se os quartéis, baixa um pesado silêncio de suspeitas e em meio desse princípio de terror estala a nova impressionante da revolta da 1ª brigada, composta do 1º e 9º regimentos da cavalaria, e 2º regimento da artilharia. À madrugada do dia 15 Deodoro recebeu o aviso de que a brigada com Benjamin Constant e a Escola Superior de Guerra desciam para a cidade; apesar de enfermo, imediatamente parte a encontra-se com as forças rebeladas, alcançando-as nas proximidades do mangue, onde saindo da carruagem que o conduzia, monta a cavalo e toma a testa da coluna³¹¹.

E continua,

Então um grito de *Viva a República!* Sonorizou no ar e logo todas as bocas acompanharam este grito vibrante e quente, num delírio de expansões retidas, de alma que se reanima. O marechal Deodoro levantou seu quepe bordado, agitou-o comovido; militares e paisanos descobriram-se e ao som glorioso dos clarins a coluna revolucionária desceu ao paço da cidade, trazendo pelas ruas a alegre agitação de seus guerreiros, que iam acordando a massa estranha dos preocupados com a efêmera cenografia das finanças e a louca agiotagem das empresas mercantis para a realidade da existência de um povo ainda forte, ali constatado por essa mocidade fardada e também por essa mocidade a paisana, de carabina no ombro, nas fileiras dos bravos³¹².

³⁰⁸ *Ibidem.* p.191

³⁰⁹ *Ibidem.* p.193

³¹⁰ *Idem.*

³¹¹ *Ibidem.* p.196

³¹² *Ibidem.* p.197.

Proclamada a república no Brasil, esta não encontrou resistência monarquista que atrapalhasse a “feliz realização do ideal brasileiro. O povo, o verdadeiro povo brasileiro, que viera através dos tempos lutando com sacrifícios pela liberdade e que nunca manifestou fraquezas para defender a honra da sua pátria”³¹³. Portanto, finalmente o povo teria alcançado seu destino, a liberdade plena estava ancorada no novo regime, o sentimento de Gonzaga Duque, atribuído a toda a nação está explícito no último parágrafo do resumo e do livro,

E o trono desabou sem resistências, sem ruído, esoroado sobre a dissolução dos caracteres, que o cercava. Mas, o lodo infecto, transformar-se á em terra fértil, e a República há de triunfar serena e poderosa, levantando à luz da dignificação universal o nome da nossa Pátria³¹⁴.

Ao abordar a proclamação da República, Duque alterou a postura conciliadora que havia adotado ao reler a história do Brasil. Apesar de resguardar a figura de D. Pedro II, o autor radicaliza no ataque ao regime monárquico, que, por ter o vício da corrupção na base de sua sustentação, não servia, portanto, ao povo brasileiro, que ansiava e lutava por liberdade. Recorrendo também à escrita edificante, o autor escreve de maneira elogiosa a ação de Deodoro, que superou as enfermidades para levar a liberdade para a sua pátria, de modo que ele pudesse se aproximar do ideal de herói. Nessa empreitada da criação do herói da República, Duque procurou destacar também o personagem de Benjamin Constant, todavia no intuito de reforçar o *15 de novembro* como *lugar de memória*, personagem este que aparece como um coadjuvante.

Por fim, destaca-se que Gonzaga Duque fora eficiente ao utilizar de narrativa e recursos amplamente conhecidos e apregoados pelo IHGB para escrever a História do Brasil consoante com seus ideais e retomou uma série de movimentos que foram relidos numa teleologia republicana, dando raízes ao, então, novo regime.

³¹³ *Ibidem*. p.198.

³¹⁴ *Ibidem*. p.199.

3. Outras Histórias

Atuando desde os dezessete anos na imprensa periódica, Gonzaga Duque possui vasta produção intelectual disseminada em jornais e revistas, sendo que alguns de seus livros são coletâneas de artigos já publicados na imprensa. É através dessa produção e de excertos do livro *Arte Brasileira*, que se vislumbra encontrar ideias e construções que ampliem o entendimento sobre a construção histórica empreendida pelo autor em *Revoluções Brasileiras* e, desta forma, localizar a referida obra em meio aos outros escritos de Duque.

Assim sendo, para tal tarefa foram selecionados alguns textos de periódicos que tem a mulher como temática e, por fim, textos que mostram como o autor viu a república implantada no Brasil. Também foram selecionados os textos “Causas” e “Conclusão”, de *A Arte Brasileira*, que se caracterizam por ter caráter histórico e por subsidiar as críticas à arte nacional, conteúdo principal da obra.

3.1. História, memória e crítica em outros escritos de Gonzaga Duque:

Gonzaga Duque, como o homem de letras e de múltiplos interesses que foi, apresentou ao público muitos escritos sobre os mais diversos assuntos. Em seus textos, o franco-atirador defendeu não só o que era belo, mas também o que lhe parecia correto. Especificamente sobre a produção artística no Brasil, Duque entendia que ela não representava a identidade nacional, pois, feita sob a orientação das academias, estaria engessada pela técnica e a temática ditadas pelos centros oficiais.

Para Duque, conforme Renata Campos Couto, “o meio artístico padecia com a ‘banalidade oficial que qualquer lente de sobrecasaca preta pode chamar de estética, a velha estética das academias’ e vislumbrava a possibilidade de se desenvolver uma arte mais ‘arejada’, uma arte que fosse capaz de refletir os ‘novos tempos’”³¹⁵. Assim, o autor discordava da maior parte da produção artística de seu tempo. Todavia, enxergava possibilidades para que a arte fosse genuinamente nacional desde que houvesse a “valorização da imaginação como um elemento constitutivo da arte e o enaltecimento desta como

³¹⁵ COUTO, Renata Campos. *Gonzaga Duque... Op. Cit.*.p. 39

fundadora de um universo autônomo viriam a contribuir enormemente para o embasamento das idéias de emancipação artística defendida pelo crítico”³¹⁶. Nessa mesma perspectiva, Vera Lins afirma que Gonzaga Duque se posiciona às avessas dos ditames oficiais, não só no que tange à criação artística, mas também no que se refere a sua produção historiográfica. Segundo a autora,

Sua narrativa histórica e política é uma busca de imagens esquecidas, reminiscências (...). Essas imagens do que foi apagado, o recalcado, trazido à tona, impele à mudança, E nesse lugar que se movem sua arte, sua crítica e sua historiografia. Um pensamento que caminha no não estratificado, no apagado pelo senso comum, e possibilita descobrir uma outra versão da história como em *Revoluções Brasileiras*, ou dar uma história ao que ainda não foi pensado, como em *A Arte Brasileira*³¹⁷.

Portanto, de acordo com Vera Lins, as referidas obras se tocam por serem edificadas a partir de memórias silenciadas ou desconhecidas da oficialidade, assim *Revoluções Brasileiras* representaria uma história não oficial, e *A Arte Brasileira* representaria uma história que ainda não havia sido pensada – a história da Arte no Brasil.

Mostrando ter um amplo conhecimento sobre os autores e as teorias para escrever essas histórias pouco tradicionais, Duque se utilizou do arcabouço teórico disponível. Consonantemente, Paula Ferreira Vermeersch, afirma que o referido autor “possuía um considerável cabedal de conhecimentos quando da execução de *A Arte Brasileira*, que lhe permitiu atravessar um tema difícil a que havia se proposto: demonstrar a inexistência de uma arte verdadeiramente brasileira e moderna na produção acadêmica”³¹⁸.

A obra está dividida nos seguintes capítulos: “Causas”, “Manifestação” – de 1695 até 1816, ano da chegada da Missão Francesa; “Movimento” de 1831 a 1870 – do período regencial a Guerra do Paraguai; “Progresso” – de 1870 a publicação do livro; “Amadores” e “Escultura” e uma “Conclusão”. Para Tadeu Chiarelli,

A Arte Brasileira pode ser dividido em duas partes distintas: aquela formada pelos capítulos onde a história é narrada, onde os artistas e certas obras são analisados a partir de critérios estéticos que o crítico empresta do debate europeu (capítulos “Manifestação”, “Movimento” e “Progresso” e o apêndice “Amadores” e “Escultura”), e aquela formada pelo primeiro e últimos capítulos (“ causas” e “Conclusão”), moldura que pouco tem a ver com o traçado no seu interior³¹⁹.

³¹⁶ *Ibidem* .p.40

³¹⁷ LINS, Vera. *Novos pierrôs, velhos saltimbancos: os escritos de Gonzaga Duque e o final do século XIX carioca*. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura, 1998. p.25

³¹⁸ VERMEERSCH, Paula Ferreira. *Notas de um estudo sobre A Arte Brasileira... Op. Cit.* pp-59-60

³¹⁹ CHIARELLI, Tadeu. *Gonzaga Duque: a moldura e o quadro da arte brasileira*. In: DUQUE, Gonzaga. *A arte... Op. Cit.* p.22.

Depois de apresentar tais considerações, volta-se a atenção para o conteúdo de *A Arte Brasileira* – detidamente nos capítulos “As causas” e “Conclusão” – a fim de perceber as opções historiográficas de Gonzaga Duque para esta obra e as possíveis conexões com *Revoluções Brasileiras*.

Duque inicia *A Arte Brasileira* com um texto introdutório, de caráter histórico, denominado “As Causas”, apresentando o povo português como a matriz da nação brasileira, ainda que uma matriz decadente e repleta de vícios. Segundo o autor, eram de amplo conhecimento as causas da decadência portuguesa e, por isso, não escreveria sobre tal assunto. Em suas palavras, “não é este portanto o oportuno lugar para reprisar o que já é sabido, e escrupulosamente contado”³²⁰. Assim, os vícios e a decadência eram vistos como um problema na origem da nação brasileira, “essa decadência foi, naturalmente, transmitida ao organismo social brasileiro, além de nos enviar metrópole uma colonização de judeus e degredados, sendo o Brasil ‘asilo, couto e homizio garantido a todos os criminosos que ai quisessem vir morar’”³²¹.

Apesar do determinismo deste argumento, o autor acaba mostrando que é possível superar a decadência e o vício incorporado ao nascimento da nação, apontando que, mesmo brevemente em Portugal, um “intervalo no desenvolvimento da desmoralização em que pareceu paralisar-se o mal; e isto foi quando a enérgica e egoística altura politica de Sebastião de Carvalho, o famigerado Pombal, fez saber em todo o reino que havia um rei imbecil no trono dos Braganças”³²².

Após essa relativização dos vícios, o autor destaca a situação das terras coloniais portuguesas na América e como estavam se construindo a empresa colonial e a relação dos reinóis com os povos autóctones. Conforme Duque,

Na colônia os emigrados sustentavam uma guerras atroz contra os naturais arredando o elemento nacional para o interior. Temendo a ferocidade dos gentios os capitães-mores armavam e sustentavam *aventureiros*, grupo cosmopolita de calcetas e trãsfulgas que dizimavam as tribos, e punham fogo às *malocas*. Tornou-se cruenta essa perseguição. À ofensa respondia a reação do ofendido. Quando os índios podiam, ocultos nas florestas, soltar uma flecha da entesada embira, e fazê-la atravessar, rápida, o golpe; ao sibilar da seta, a preia caia, ensanguentando o solo, a rugir na agonia da morte. Os brancos não poupavam, também, ai inimigo a vida³²³.

E prossegue,

³²⁰ DUQUE, Gonzaga. *A arte... Op. Cit.*. DUQUE, Gonzaga. *A arte... Op. Cit.*. p. 53

³²¹ *Idem*.

³²² *Ibidem*. p.54.

³²³ *Idem*.

Dessas lutas intestinas resultou o prisioneiro que, por sua vez, transformou-se em escravo; e como o trabalho escravo parecia lucrativo, começaram, os colonizadores, a praticar o resgate de índios. As missões de Nóbrega e Anchieta concorreram muito para esse fim³²⁴.

Dessa forma Gonzaga Duque aponta uma das instituições coloniais que seria futuramente responsável pelo pouco amálgama da nação brasileira: a escravidão. Segundo o autor, a progressiva dificuldade em escravizar os indígenas, seja pelas fugas dos índios para o interior ou pela mortandade decorrente das doenças ou mesmo pela mestiçagem, fez com que os portugueses buscassem por outra raça para os trabalhos forçados. Nas palavras de Duque,

A sede de cobiça produziu a necessidade do escravo negro, porque os índios eram poucos; e como o continente Africano era o grande armazém de onde saíam para o mundo inteiro levas de escravos, lá foram, buscar os negros. Os próprios jesuítas, missionários na África, fizeram-se mercadores de carne humana. Quando os míseros negros embarcavam, um bispo de Luanda, assentado numa cadeira de mármore, perto do cais, abençoava-os, por que hereges não podiam conviver com cristãos³²⁵.

Então, segundo Duque, essa foi a forma como os negros foram escravizados e incorporados à empresa colonial portuguesa. De tal modo que em terras americanas, brancos, índios e negros confluíram para a formação colonial e construíram a futura nação brasileira. De acordo com o autor, “a sede de assinaladas riquezas e a necessidade de trabalho para o alevantamento dessas riquezas, aumentaram a escravidão, materializando o povo que nascia da união do português, com a africana, com a indígena, e com a branca, também portuguesa”³²⁶.

Essa construção historiográfica se aproxima da proposta de Von Martius. Assim como o bávaro, nesse texto, Gonzaga Duque compreende que o povo brasileiro se fez pela união das três raças, todavia o autor faz uma leitura um tanto diversa das contribuições da raça branca. Como já fora explicitado, o autor identifica a nação portuguesa como decadente e, por isso, os elementos dela provenientes eram negativamente qualificados. Esse entendimento faz com que Duque se afaste da conclusão de Von Martius, para quem a contribuição da raça branca seria a mais importante, já que seria a responsável pela civilização da nação e das demais raças.

A formulação apresentada em *A Arte Brasileira* também se diferencia da proposta edificada em *Revoluções Brasileiras*, onde a preocupação do autor se concentrava na busca de raízes históricas para a república no Brasil. Desse modo, não é discutida a questão da

³²⁴ *Ibidem.* p.55.

³²⁵ *Ibidem.* p.57

³²⁶ *Idem.*

formação do povo brasileiro, mas sim como este povo, já formado e repleto de sentimentos nacionalistas, lutou por sua liberdade e pelo regime republicano. Em seu livro didático, Duque praticamente anula a participação dos indígenas nas contendas e, apesar de dar mais espaço aos negros em sua narrativa, estes têm uma contribuição bastante diminuta na história de luta pelo regime implantado no *15 de novembro*.

Dez anos separam as duas publicações, o que repercutiu nos contextos de produção e de recepção das referidas obras. *A Arte Brasileira*, de 1888, escrita em meio ao movimento republicano e à campanha abolicionista, foi recebida em um cenário imperial deveras conturbado. Já *Revoluções Brasileiras*, de 1898, foi pensada e publicada para a defesa de um regime, uma república em vias de consolidação.

Essa distância temporal não fez somente com que as obras fossem publicadas em contextos bastante distintos, ela também separou o jovem do velho Duque, fazendo com que leituras e experiências distintas estejam impregnadas nas referidas páginas. Assim, o jovem Gonzaga Duque, alinhado com o abolicionismo, viu necessidade de se discutir o lugar do negro na nação brasileira e destacou aquilo que identificava como qualidades da raça. Passados dez anos da abolição e nove anos da república no Brasil, o tempo também passara para Gonzaga Duque, trazendo-lhe maturidade. Através de *Revoluções Brasileiras*, o autor busca auxiliar a consolidação do regime republicano e, para empreender tal tarefa, procurou anular as contradições e os retrocessos do regime, dentre eles a incapacidade de incorporar negros e índios na civilização, de matriz europeia.

Se a construção do povo brasileiro diverge nas duas obras, a forma com que Duque apresenta os personagens históricos é bastante similar: D. João VI é representado como o rei bonachão; D. Pedro I é o príncipe e o imperador devasso, autoritário e oportunista; José Bonifácio é o responsável por orquestrar a independência; Tiradentes, ainda que não com o mesmo destaque, já figurava como um grande herói e, segundo o autor, “a revolução de Minas, a chamada Inconfidência de 1789, de que foi Tiradentes o mais glorioso responsável”³²⁷.

“As Causas” é um capítulo introdutório dedicado a mostrar como a história nacional determinava a Arte. Por isso, o autor procurou se afastar da simples catalogação dos fatos administrativos, enveredando-se por uma história que apresentasse as características do meio, costumes e um pouco do cotidiano de épocas pregressas. Destaca-se nessa história a busca por um cotidiano do escravo e dos habitantes das cidades, especialmente da capital Rio de

³²⁷ *Ibidem*, p.58.

Janeiro. Dessa narrativa, Duque apresenta uma visão fatalista, que via o povo como “meio híbrido: terro de um lado e de outro costumes mesclados, saturados das nugacidades, das superstições”³²⁸. Acreditava que a natureza do Brasil era exuberante e que garantiria meios para através dela alcançar a civilização, para só “nos falta o homem”³²⁹ e, através de uma citação de Tobias Barreto, expõe o que pensava sobre o povo brasileiro,

Entre nós o que há de organizado é o estado, não é a nação; é o governo, é a administração, por seus altos funcionários na corte, por seus sub-rogados nas províncias, por seus ínfimos caudatários nos municípios, não é o povo, o qual permanece amorfo e dissolvido, sem outro liame entre si, a não ser a comunhão da língua, dos maus costumes e do servilismo³³⁰.

Essa visão negativa do povo brasileiro, que norteia a obra, é explicada da seguinte forma por Tadeu Chiarelli,

Instruído pelo ambiente intelectual brasileiro de sua época que, como foi dito, em seus elementos mais destacados, deixava transparecer uma visão extremamente negativa da história do Brasil, o autor, no primeiro capítulo de *A Arte Brasileira*, dará início à construção de uma moldura pessimista da história e da sociedade brasileiras, que encontrará seu complemento final no último capítulo da obra³³¹.

Na conclusão de sua obra, Duque não atenua o tom pessimista em relação à sociedade e à arte brasileira. Segundo o autor, até o momento em que publica *A Arte Brasileira*, foram poucas as demonstrações artísticas que expressaram o pensamento nacional, que se concentraram no período após a Guerra do Paraguai, mas que não criaram raízes e, portanto, rapidamente a arte retorna ao “academicismo” e aos temas universais.

Nas palavras de Duque, esse cenário corresponderia a um *desnacionalismo*, que tem relações no pouco apego dos brasileiros a sua nação, já que estes foram prejudicados “por efeitos de causas em muitos anos acumuladas pela política bastarda da centralização da intolerância e das injustiças”³³². Portanto, a nação brasileira que surgiu do cruzamento da raça ameríndia, negra e da civilização portuguesa marcada, principalmente, pela decadência desta última encontrava no meio em que se estabeleceu mais dificuldades para a sua

³²⁸ *Ibidem*.p.66.

³²⁹ *Ibidem*.p.67

³³⁰ *Idem*.

³³¹ CHIARELLI, Tadeu. *Gonzaga Duque: a moldura e o quadro da arte brasileira*. In: DUQUE, Gonzaga. *A arte... Op. Cit.* p.24.

³³² DUQUE, Gonzaga. *A arte... Op. Cit.* p.260.

afirmação, pois, conforme Duque, “depois da escravidão, a força que mais tem concorrido para o nosso estacionarismo e desnacionalismo é a politicagem”³³³.

Portanto, de acordo com Gonzaga Duque, faltava ao povo superar os vícios para então se ver como uma nação. Essa seria a condição para que surgisse uma arte genuinamente brasileira, pois não era possível dissociar a arte do povo e da nação como sugere a epígrafe do capítulo “Manifestação”: “l’art, c’est la nation, c’est le peuple”³³⁴.

Percorrendo os escritos de Duque, é possível perceber muitos outros assuntos de interesse. Dentre eles, a mulher e o seu papel na sociedade figuraram como algo da reflexão do franco-atirador. A maior preocupação do autor no que diz respeito à mulher residia na sua educação.

Sob o pseudônimo de Sylvino Júnior, Gonzaga Duque escreveu o livro *A Dona de Casa*, obra não localizada. Todavia foi encontrado um artigo homônimo ao livro publicado no periódico *Diário do Comércio*, em 1908. Neste texto, o autor pondera acerca de qual tipo de educação seria mais apropriado para que a mulher fosse útil na sociedade.

No referido artigo, Duque destaca o pouco preparo prático da mulher para exercer a função que a *média-burguesia* mais demandava e apreciava: a de dona de casa. Segundo o autor, havia se tornado comum o encaminhamento das mulheres burguesas para o exercício do magistério, sobretudo o de primeiras letras, pois as “bachareladas” teriam “o dote garantido para o casório ou ainda que solteironas, o futuro seguro. A profissão é um capital inamovível, a juros”³³⁵. Ainda que valorizasse o trabalho feminino na educação, o autor percebia nesse direcionamento da mulher ao mercado de trabalho uma resistência à *fatal emancipação da mulher*, uma vez que,

consente-lhe a função de professora e com maior simpatia a de professora de primeiras letras, diplomada pela Escola Normal da municipalidade, porque nessa, além do ganho relativamente pingue que a profissão oferece, a mulher não perde de todo a passividade que a burguesia lhe exige. A profissão prende-a na escola, segrega-a do convívio mundano e, o que é mais tranquilizador, não lhe dá frequente oportunidade de se confundir com o sexo que lhe é oposto, senão na sua idade impúbere³³⁶.

Duque afirma que tornar a mulher professora não garantiria a sua independência financeira, bem como seria mais uma forma de controle e um meio de isolar a mulher do

³³³ *Idem*.

³³⁴ HAVARD, Henry. *Apud*. DUQUE, Gonzaga. *Ibidem*. p. 73.

³³⁵ DUQUE, Gonzaga. *A Dona de Casa*, *Diário do Comércio*, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1908. In: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Gonzaga Duque: outras impressões... Op. Cit.* p. 121.

³³⁶ *Ibidem*. p.122.

contato com o sexo oposto. Assim, a obstinação da sociedade, principalmente a “mídia-burguesia”, em direcionar a educação feminina para o magistério privava as mulheres de receber uma educação prática para a função “mais recomendável, a mais nobilitante, essa que constitui o que chamamos dona de casa”³³⁷. Portanto, na percepção de Duque, o magistério não permitiria à mulher burguesa tornar-se independente, e focar a educação feminina para tal função estaria apenas tornando-a menos preparada para o trabalho doméstico. O autor aponta ainda quais os conteúdos seriam ministrados no curso de economia doméstica. Após o aproveitamento “do curso de instrução geral” elas aprenderiam,

A costura como ofício, e portanto as confecções da moda e da utilidade; a cozinhar, não só na prática da manipulação dos conhecimentos, mas também no que importa ao trato, asseio e ordem dos utensílios da cozinha, e nas suas relações com o arranjo e limpeza da sala de jantar e da mesa. Ainda nessa aula prática ensinam a pesagem e influencia dos alimentos na economia humana, a manipulação condimentária de diversos pratos, o conhecimento das alterações e fraudes das substâncias alimentícias e do seu valor nutricional, o exame de todas as bebidas e os processos de conservação de carnes, legumes e frutos. Em outra seção ou aula, as discípulas aprendem a delicada contabilidade doméstica, a administração da casa e propriamente a sua gerência (...) desde a rudimentar inspeção das contas de fornecedores até os mais intrincados cálculos de previdência; desde a ação intuitiva da sua pessoa como mulher até a dos seus graves deveres de zeladora da ordem, da higiene, da comodidade, da prontidão em tudo; desde a boa distribuição das provisões diárias até a iluminação e lavagem dos aposentos, das roupas servidas, do seu conserto e conservação delas, até os cuidados e asseio corporais³³⁸.

Utilizando uma lista de vários países europeus que teriam recentemente discutido a utilidade de uma educação prática para as mulheres, o autor buscava defender que o ensino mais adequado ao público feminino seria o curso de economia doméstica. Este sim seria o conhecimento mais apropriado e que daria ferramentas para que as mulheres pudessem atuar onde eram mais necessárias e valorizadas, ou seja, em sua casa. Com isso, a mulher ficaria circunscrita ao lar, sendo o sustentáculo da família. Conforme Duque,

Conclui-se do exposto que os estudos de economia doméstica se inculcam imprescindíveis, são o único meio sério de manter essa função com que a mulher melhor se recomenda ao bom conceito das sociedades contemporâneas. E se as classes burguesas, pensam, por inexplicável conservadorismo, em salvar a sua belíssima, mas já esborcinada instituição Família do desmoronamento que ameaça o mundo social, tem aí, nessa função feminina, um dos seus maiores, senão o mais firme paradeiro³³⁹.

³³⁷ *Idem.*

³³⁸ *Ibidem.* pp. 122-123.

³³⁹ *Ibidem.* p.123.

Mesmo identificando as modificações que seu tempo trouxera para o papel da mulher na sociedade, e ainda que vislumbasse a emancipação feminina como inevitável e que se daria pela educação e atuação no mundo do trabalho, Gonzaga Duque buscava a valorização da mulher no ambiente doméstico. Com essa postura, o autor projetava para as mulheres reais, sobretudo as burguesas, o papel de protagonista *do lar*, sua atuação deveria ser restrita a casa e à família.

Portanto, não deveriam se portar como sua heroína Anita, deveriam ser mães e esposas, dedicadas ao finito espaço de seus lares. Com isso, Duque se aproximava de um dos imaginários sobre o gênero feminino amplamente difundido no século XIX, no qual a mulher era associada ao delicado, ao frágil e, por isso, deveria ser subordinada ao homem, dedicar-se ao casamento e a maternidade, além de nunca ultrapassar as fronteiras do lar. Esse imaginário é mais aparente nos textos ficcionais³⁴⁰ de Gonzaga Duque, de cuja obra de ficção foi selecionado o conto “Vera Ipanoff”³⁴¹ para exemplo.

“Vera Ipanoff não era o seu nome. Ela chamava-se Juliana Castro”³⁴². Neste conto, é narrada a vida de Juliana Castro. Quando menina, Juliana fica órfã de mãe e, por isso, é entregue aos cuidados de uma preceptora, já que seu pai não se considerava capaz de sua criação, pois “seu teto ficara um pombal derribado, vazio de carinhos pela morte da mulher”³⁴³. Com a preceptora – de origem escocesa, rígida e sem afeto – Juliana aprendeu inglês, “mau-português”, a Bíblia e conhecimentos domésticos, mas ao aparecer as “primeiras tumescências da puberdade”³⁴⁴ retorna ao convívio do pai que, por medo de infortúnios, faz com que Juliana se dedique aos estudos de forma que ela garantisse seu futuro, e “a mocinha curvou-se, obediente, à imposição paterna”³⁴⁵. Através do narrador, Duque destacou uma série de alterações físicas provocadas pela dedicação de Juliana aos estudos,

³⁴⁰ Outro imaginário que se destaca nos textos ficcionais de Gonzaga Duque é o mito de Salomé. “Salomé emblema, absolutamente, a deidade simbólica da indestrutível Luxúria, a deusa da imortal Histeria, a beleza maldita entre todas pela catalepsia, que lhe inteiriça as carnes e lhe enrija os músculos, a Besta monstruosa, indiferente, irresponsável, insensível, a envenenar, como a Helena antiga, tudo quanto dela se aproxima, tudo quanto a vê, tudo quanto a toca”, Latuf Mucci *Apud* Liliane Machado In: MACHADO, Liliane. *A Insubmissão Narrativa... Op. Cit.*.p.154. Conforme Liliane Machado, “em Horto de mágoas (1914), Gonzaga Duque discute ficcionalmente a temática da feminilidade em pelo menos três contos: “Aquele mulher...”, “Miss Fatalidade” e “Agonia por semelhança”. Nos três, de modos distintos, deparamo-nos com figuras de mulher que encarnam o mito salomérico e matizam, em complexas nuances, a relação entre o masculino e o feminino”. *Ibidem*. p.143.

³⁴¹ DUQUE, Gonzaga. Vera Ipanoff, *Kosmos*, Rio de Janeiro, ano VI, n.1, Janeiro de 1909. In: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Gonzaga Duque: outras impressões.. Op.Cit.*.pp.233-238.

³⁴² *Ibidem*. p.233.

³⁴³ *Idem*.

³⁴⁴ *Idem*.

³⁴⁵ *Ibidem*. p.234.

Entanguira-se-lhe o busto no sedentarismo, o seu organismo novo foi perdendo, aos poucos, o contorno feminino, para enrijar-se n'angulosidade duma miséria resistente, e metida na sua encardida saia, que fora preta, não se lhe divisava a forma característica do sexo, todo o seu aspecto, em relevo caricatural, tinha o esguio duro de um seminarista casmurro. Aos dezoito anos já usava óculos e estava na Escola de Medicina. A sua severidade feia, os seus modos bruscos, o abandono de si própria que lhe fizera os dentes amarelos, a pele áspera, os seios flácidos, não perturbavam os rapazes, olhavam-na e com ela conviviam como se lhes fora igual³⁴⁶.

Assim, Duque constrói e descreve a personagem. Juliana, na medida em que se dedicava aos estudos, perdia sua feminilidade e, conseqüentemente, seus atrativos para o sexo oposto. Os alunos da faculdade de medicina acabaram por atribuir a Juliana a “alcunha de *Vera Ipanoff*, por lhe acharem algo moscovita, o feitio insexual”³⁴⁷. De acordo com Michele Asmar Fanini,

A estratégia de Gonzaga Duque atualiza uma relação sobremaneira corriqueira no pensamento do período, a saber, a de que ao processo de sofisticação do saber e apuro intelectual da mulher subjaz o esvanecimento das marcas definidoras de sua “feminilidade”, acarretando a perda de certa identidade de gênero (...). A profissionalização da personagem lhe é onerosa, pois seu acurado conhecimento atua como empecilho à sua aceitação social. Diante disso, o insulamento é a previsível fortuna a ela reservada, tornado-se alvo freqüente de comentários maldosos, forjando-se como caricatura(...) a conquista pública [de Vera Ipanoff] significou [sua] falência como mulher, e desembocou em um final triste e solitário, seu castigo³⁴⁸.

Completando a metamorfose da personagem em uma caricatura desalinhada e sem beleza, ao sagrar-se médica, o narrador assim a reapresenta: “o maxilar inferior ganhara uma dureza de energias extraordinárias, mas deformara-lhe o rosto; (...), de assistir a agonia de moribundos e ouvir gemidos d'estropiados, deram-lhe uma secura à fisionomia que lhe apagara os menores vestígios da feminilidade”³⁴⁹. Desse modo reforça-se a ideia de incompatibilidade entre o mundo do trabalho, ainda que adentrado através de uma profissão qualificada e bem vista como a medicina, com a vida doméstica e familiar.

Como forma de ampliar o sacrifício ligado à opção pela profissão de médica, destaca-se a não aceitação dos outros profissionais, cenário retratado por Duque através da personagem que, por conta do desprezo dos seus companheiros de profissão, e implicitamente da própria sociedade, viu-se inclinada a especializar-se no atendimento a mulheres e ainda a atuar como professora. Consoante, Juliana era

³⁴⁶ *Idem*.

³⁴⁷ *Idem*.

³⁴⁸ FANINI, Michele Asmar . Educação como instrução: os óbices à profissionalização feminina no Brasil da virada do século XIX para o XX. *Desigualdade & Diversidade (PUCRJ)*, v. 3, p. 92-113, 2008. p.94.

³⁴⁹ DUQUE, Gonzaga. Vera Ipanoff... *Op. Cit.*. p.234

hostilizada na clínica médica, ridicularizada por seus colegas, motejada pela imbecilidade dos que julgam superiores, Vera foi obrigada a especializar-se na obstetrícia e fazer-se professora de línguas e de ciências. Era um viver teimoso e árduo, que a acabrunhava, tirando-lhe todos os direitos mulheris, desde a sensibilidade, que parecia embotada, até o da natural faceirice³⁵⁰.

Após essa desconstrução da feminilidade da personagem, foi apresentado seu íntimo, revelado seu sentimento abafado pelo cotidiano de estudos e trabalho: o desejo do amor. Assim sendo, o autor determina que a mulher que opta pelo trabalho não é vista como um ser completo, e ainda depende do casamento para a felicidade e o reconhecimento. Juliana, a personagem de Duque, sonhava em ser correspondida amorosamente e, por causa da clara impossibilidade de realizá-lo, adoece.

A história pessoal de Juliana, aliada à doença, fez com que a personagem confundisse a atenção de Alberto, o médico que a tratava, com certo interesse amoroso. Todavia, o trabalho e o estudo haviam-na transformado em uma mulher sem atrativos de modo que ao abordar o “seu amado”, ela foi mais uma vez ridicularizada,

Ele retremeu, abalado pelo terror. Então, num repente safou-se-lhe das mãos e, ansiando, olhou em roda a procura dalguma defesa. Um *bond* passava. Alberto correu para a ele, galgou-o dum salto, açodado espavorido. Vera não fez o menor movimento para retê-lo, nem articulou uma sílaba. Deixou-o fugir. Ficou-se a olhar vaziamente o céu imenso, ferida pela desilusão, humilhada no seu abandono... “Mas que direito tinha ela para se fazer amar? Que loucura!... Pois não percebia a sua fealdade, a falha da sua educação afetiva e, mais do que tudo, a sua insexualidade?...”³⁵¹

A reação do homem demarca a impossibilidade para a mulher de obter êxito nas duas esferas da vida. Por fim, resignada à personagem,

Só, esguia e angulosa, permanecia na orla da praia, sobre a altura declivosa do fundo, aquela figura negra, destacando-se, em debuxo a carvão, da penumbra roxa do espaço e semelhante a um fantasma transformado em estátua, chumbado ao soco como a eternizar o seu castigo por se ter revelado à Vida³⁵².

O conto “Vera Ipanoff” reproduz o já referido imaginário, que impele a mulher ao recato do lar. Juliana perdera sua identidade, ao longo do texto foi sempre nomeada de Vera, o ser assexuado pela escolha, ou falta dela, que a levou para os estudos e o trabalho. Apesar de bem sucedida, uma vez que se tornou médica – carreira que, diferentemente a do magistério, garantiria seu sustento – a personagem só conhecia a humilhação e a incompreensão. Essa

³⁵⁰ *Idem.*

³⁵¹ *Ibidem*, p.238.

³⁵² *Idem.*

condição era comum às mulheres solteiras de fins do século XIX e início do século XX. Conforme Michele Asmar Fanine, a elas estava “reservada a derrocada de seu prestígio, de modo que a conseqüente necessidade de dedicação ao trabalho remunerado parecia reiterar tal fortuna, ao denunciar seu status desvantajoso com relação às damas que desfrutavam dos benefícios proporcionados pela união matrimonial”³⁵³. A própria personagem apresenta em seu íntimo o pensamento enraizado da sociedade a que pertencia, aceitando que só seria completa em um relacionamento amoroso, com um casamento, isto é, sob a proteção de um homem.

Com o desfecho escolhido por Gonzaga Duque, bastante verossimilhante, é fato que o autor ratifica o que apresentara em outros escritos, o alinhamento com o pensamento de sua época. Assim, o franco-atirador disferiu tão somente contra algumas condutas pontuais que desvalorizavam e diminuía as mulheres, como se aparasse as arestas, já que coadunava com o pensamento dominante.

Dentre os muitos interesses de Duque, figurava a política. O autor dedicou crônicas ao assunto, bem como deixava suas ponderações acerca de temas políticos transparecerem em meio a reflexões de outra natureza. Um homem norteado pelo ideal republicano e que usou de sua difusão na imprensa periódica, através de textos que encarnados em seu tempo e marcados por passagens cotidianas, para que seu posicionamento fosse conhecido e defendido. A República foi um dos seus assuntos políticos mais caros e, em decorrência desta predileção, buscou-se em alguns de seus textos apontamentos de Gonzaga Duque sobre a república do Brasil em viveu.

Apesar da imprecisão sobre a data de publicação do artigo sobre o “Club Republicano da Lagoa”³⁵⁴, pela linguagem enérgica, pressupõe-se que o texto fora publicado nos anos iniciais do novo regime, pois mostra um Duque mordaz, vociferando sobre a forma como a república está-se estruturando. Através do microcosmo do clube republicano, ao qual o autor pertencia, Duque questionava a adesão de nomes da velha monarquia nos quadros do novo regime. Em suas palavras,

A entrada de experientes políticos monarquistas para as fileiras do partido republicano e muito particularmente num *club*, onde intenta-se a prática de uma política sincera, é, para eles, forte elemento de prestígio que redunde em prejuízos para a lealdade da nossa política. Sobrepujados pela onda triunfante da revolução, e,

³⁵³ FANINI, Michele Asmar. Educação como instrução...*Op. Cit...* p.94.

³⁵⁴ O referido texto pertence a coletânea de *Gonzaga Duque* :Outras Impressões de Vera Lins e Júlio C. Guimarães. Segundo os organizadores o texto foi um pequeno recorte sem que tenha maiores informações sobre sua publicação.

por isso, desorganizados, enfraquecidos, afastados da confiança das classes eleitoras, boiam por aí, sobre as vagas das circunstâncias, ressupinos e inutilizados³⁵⁵.

O argumento de Duque para protestar contra a entrada de monarquistas é bem simples, a participação dessas pessoas da velha monarquia política mancharia a república, pois traria seus vícios para um regime que, por ainda em consolidação, poderia ser corrompido e, por isso, não cumpriria com o seu objetivo de ser o “governo do povo para o povo”. Assim, de acordo com o autor,

Ora, abrir as portas de um *club* político a esses destroços salvos, dar-lhes o direito de imiscuir-se nas lutas da nova e serena política, é entregar-lhes inconsciente as forças de um partido ainda não preparado para firmar nas urnas do sufrágio universal a sua independência de pensamento. Quando o *club* republicano da Lagoa, que tem de lutar com verdadeiras influências da esboroada política monárquica, devia reunir os seus mais puros elementos, aceirar suas forças, procurar a cooperação daqueles que sempre mostraram dignidade e pureza de sentimentos para não se envolverem na politicagem dos partidos decaídos, esquece estas absolutas necessidades e abre suas portas a representantes da política condenada!³⁵⁶

Para Gonzaga Duque, eram sim necessárias novas adesões para república, pois “os republicanos da Lagoa podem necessitar de adesões, mas de homens honestos e independentes. Os trãsfugas dos partidos monárquicos trazem consigo a lepra dos vícios adquiridos ao contacto daquela podridão que desabou no dia 15 de novembro”³⁵⁷. Por fim, em uma frase, o autor faz a seguinte ressalva sobre a sua queixa, ela “não provem do temor de restaurações. Isto seria impossível”³⁵⁸. Essa ressalva é uma afirmação de defesa e apoio ao regime republicano, que, nos seus anos iniciais, ainda buscava consolidar-se não só como governo, mas, sobretudo, nos corações dos brasileiros.

Todavia, nota-se que, com o passar dos anos, houve um arrefecimento dessa postura de defesa da república, com a progressiva ampliação das críticas. Estas cada vez mais contundentes, expunham as contradições e as incoerências do regime em seus feitos políticos. Em um artigo, de 1902, sobre a reforma do Rio de Janeiro, Duque questiona a pouca vontade política para os desígnios da, até então, *Sebastianópolis*. Segundo o autor, havia a iniciativa privada de alguns engenheiros para iniciar a reforma da cidade, que só não havia começado por que a cidade ainda não fora mapeada. O mapeamento deveria ser executado pelo

³⁵⁵ DUQUE, Gonzaga. Club republicano da Lagoa. In: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Gonzaga Duque: outras impressões.. Op.Cit.*.pp. 53-55.

³⁵⁶ *Ibidem*. pp. 53-54.

³⁵⁷ *Ibidem*. p. 54.

³⁵⁸ *Idem*.

município, entretanto, este alegava não ter realizado por falta de recursos. Inconformado, Duque disferiu:

Inventa-se dinheiro, ilustres financeiros, pondo-se mão ao cachaço adiposo da surrupiagem que nos explora a vida de munícipes, e se lhe obrigando a bolsar do empanturro alarvarias de contratos, clausulados pelos sofisma nos subentendidos d'advocacia administrativa. Inventa-se dinheiro, coimando com pressura de zelo e em boa razão de direito empresas claudicantes, que rapinam e se alarpardeiam às dobras do protecionismo. Inventa-se dinheiro, administrando com saber e tino, com honestidade e curamento para não larguear o que se tem nem dessa[...] as propinas. Bem sabeis, ó sapientes patrícios! Como se inventa dinheiro, que não é frase irrisível por sensata ou paradoxal. Não, não faltaria dinheiro a municipalidade se os seus administradores fossem homens capazes ³⁵⁹.

Além de criticar duramente a capacidade e a vontade dos gestores de reformar a capital do Brasil, Duque alertava para a corrupção que coordenava as ações do governo, desviando recursos que deveriam beneficiar a todos e servir aos interesses do bem comum. Com agressividade e ironia, haja vista que o autor perdera uma filha por causa da febre amarela, Gonzaga Duque termina seu artigo conclamando que a população fique tranquila diante dessa situação, pois “bem, enquanto a casa não desaba, a bubônica e a febre amarela batem a porta dos outros, durmamos tranquilos” ³⁶⁰. Assim o franco-atirador deferiu contra o despreparo e a ineficiência dos políticos, mostrando que, apesar de ansiada, a república implantada no Brasil também tinha seus vícios e provocava descontentamentos.

Em uma crônica sobre o analfabetismo no Brasil e a campanha para sua erradicação ³⁶¹, o autor dava notas de seu desagrado com o estado da educação, já que o cenário que conhecia era de que os poucos letrados não faziam uso da leitura e da escrita. É mister notar a desconfiança com que Duque encarava essa expansão da “instrução primária”, pois via na alfabetização um meio que atrapalharia “as facilidades de uma vida folgada, que os políticos e politiquinhos almejavam levar” ³⁶². Com bastante pessimismo, aponta o analfabetismo como meio para o controle social. Assim Gonzaga Duque escreveu,

O que é exato, tal me parece (e com este individualismo estou nas boas normas críticas do Sr. José Veríssimo), é que divulgada a instrução primária só tem a perder os políticos, de vários tamanhos e diferentes cores. Não unicamente ser-lhes-á difícil embrolar o eleitorado, como também manter os cidadãos sufragistas em disciplina partidária. Com o saber ler e escrever cada um deles quererá logo ser chefe, e isso

³⁵⁹ DUQUE, Gonzaga. Boa ideia, mal feito. In: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Gonzaga Duque: outras impressões.. Op.Cit...*p.72

³⁶⁰ *Ibidem.* p.74.

³⁶¹ DUQUE, Gonzaga. Crônica insulsa (notas de um bocejador). *Fon-fon!*, Rio de Janeiro, 11de setembro, 1909. In: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Gonzaga Duque: outras impressões. Op. Cit...*pp. 158-160.

³⁶² *Ibidem.*p.159.

admitindo-se modéstia nas aspirações, porquanto não é nada impossível que a presidência da República o fascine no primeiro relance de olhos. Além do exposto, eu, sinceramente falando, não vejo a grande esperança, que anima outras classes, no resultado a colher-se com a derrama da instrução primária³⁶³.

Percebe-se um desencantamento com o mundo que o cercava e, em especial, com a política. O tom feroz com que apresentava a monarquia é amenizado, chegando a tecer elogios a personagens do império, como Joaquim Nabuco³⁶⁴. Nessa mesma crônica Gonzaga Duque deixa transparecer seu desencanto. Nas palavras do autor,

Ao recordá-lo neste momento, sinto-me aquecer naquela admiração que foi a vibratibilidade da minha alma de rapaz, que energia de um novo organismo que as ambições nobres alentaram, sem perceberem que o infortúnio lhes espreitava a tentativa do voo para cuspi-lhes, ao primeiro remígio das asas, a carga assassina do seu bacarmarte d'emboscada³⁶⁵.

Por fim, na crônica de abertura da revista *Kosmos* de março de 1909, o autor escancara sua descrença na república. O texto se inicia com um diálogo em que se percebe a atenção de um homem para com seus interlocutores, porém rapidamente é descoberto o porquê da amabilidade do sujeito, era ele um candidato. Conforme o autor,

Agradecemos, commovidos, tanta bondade; elle, porem, passa da palavra ao gesto, sacode-nos dois grãos de pó da aba do casaco, endireita-nos um botão do collete, compõem-nos, com rematada elegância, o nó da gravata, e no mesmo tom familiar pergunta-nos si somos eleitor. Está explicada a estranha delicadeza do homem. Compreendemos tudo: estamos em Março, o mez das eleições. E' o voto que o transforma, que o lima, que o faz simples, affavel, intimo³⁶⁶.

“Votar é simples. Um papelito, um envolucro para o esconder, e nada mais. Em casa, á hora de sahir para a secção eleitoral, depois do café, escreve-se um nome, ou dois, ou três no papelito [sic]”³⁶⁷. Assim Duque apresentava a eleição do ponto de vista do eleitor, o ato de votar é simples, entretanto a dificuldade apareceria na escolha consciente do candidato que realmente lhe representaria.

Com ironia, Gonzaga Duque questiona a qualidade e o compromisso dos candidatos para com o povo. Passados quase vinte anos da proclamação da república, o autor não enxergava o comprometimento tanto de eleitores quanto de candidatos com o processo

³⁶³ *Idem*.

³⁶⁴ DUQUE, Gonzaga. Crônica insulsa (notas de um bocejador). *Fon-fon!*, Rio de Janeiro, 16 de abril, 1910. In: LINS, Vera; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Gonzaga Duque: outras impressões. Op. Cit...*pp. 179-181.

³⁶⁵ *Ibidem*. p.180.

³⁶⁶ DUQUE, Gonzaga. Crônica. *kosmos*, Rio de janeiro, ano 6, v. 3, março de 1909,pp. 4-6. p.4.

³⁶⁷ *Idem*.

eleitoral. Para o autor, os poucos que se empenhavam na escolha de seus candidatos não encontravam bons representantes que pudessem ser escolhidos pelos seus ideais e seus feitos e acabavam votando naquele que traria menor prejuízo para o erário e para o bem comum, em suas palavras: “Fulano... sicrano... sim, parecem capazes, pelo menos demonstram alguma hombridade... mas, aqui temos um logarzinho em branco. Quem ha de ser? E' tão difficil escolher um homem que represente as nossas idéas!... Ora, quem ha de ser?... Diacho! Não encontramos ninguém...”³⁶⁸. E, com a seguinte passagem, Duque encerra sua pequena historieta de abertura:

Mas, afinal de contas, a quem dar este lugar vazio? Ah!... demol-o ao Cancio. Que nos custa isso?!... O Cancio é um pateta, lá isso ninguém contestará; com tudo, não é um esmoralizado, respeita-se, pelo menos dentro da linha da sua completa nullidade bonitota. Pois, vá lá, demol-o ao Cancio, que nol-o rogou com tão boas maneiras. Demais, o pobre diabo, se não abiscouta essa cadeira de deputado, não *erá outro remédio senão viver d'expedientes, que lhe faltam dotes para ganhar a vida... E assim o Cancio, esse que aqui figuramos em synthese de dezenas de iguaes, apanha o nosso voto e vae aos Conselhos Municipaes, á Câmara dos deputados e até ao Senado !. . .³⁶⁹.

Segundo o autor, essa situação era decorrente da falta de organização, os partidos políticos não mais expressariam ideias relegando a escolha do eleitor à mera simpatia pessoal. Esse cenário era fruto da república, pois, segundo Gonzaga Duque, em plena monarquia quando um homem era considerado candidato, “todos sabiam quaes as suas idéas, porque elle já dera mostras da sua capacidade mental; hoje, não. Basta a vontade de um gruposinho de manejadores de urnas e de caciques parochiais para se impor ao eleitorado indivíduos duma nullidade acaçapadora [sic]”³⁷⁰. Com isso, o franco-atirador atacava a qualidade do candidato, que não mais defendia e atuava segundo seus ideais, passando a atuar norteador por outros interesses, e conforme Duque, quase sempre contrários aos do bem comum.

Aliado à baixa fidelidade dos candidatos às ideias e ao bem comum, Duque agrega a infidedignidade do processo eleitoral como um outro elemento que afastava a população de uma participação efetiva nos desígnios da política e tornava questionável a acepção da republica como o governo do povo para o povo, como o autor escrevera em *Revoluções Brasileiras*. Desta forma, Gonzaga Duque percebia o povo como o bilontra³⁷¹, uma vez que o

³⁶⁸ *Idem.*

³⁶⁹ *Ibidem.* p.5.

³⁷⁰ *Idem.*

³⁷¹ A pouca identificação com o regime, a corrupção e as fraudes não permitiam que a vontade popular reverberasse na política da primeira república e, com isso, a participação do povo foi se arrefecendo com o passar dos anos. Para a elite da época, essa pouca participação seria decorrente de uma incapacidade do povo de autogoverno, portanto, a apatia política da população era vista negativamente, sendo o povo chamado de

progressivo afastamento do povo da política formal seria decorrente da falta de credibilidade do processo e respeito da vontade popular. Contudo, o autor acreditava que este estado das coisas poderia ser alterado caso o processo eleitoral passasse realmente a expressar a vontade dos votos. Em suas palavras, “o abandono [das urnas], que se tem dado, e é innegavel, resulta do processo d'apuração dos votos. Façam-n'o menos successivel á fraude, punam rigorosamente os falsificadores de actas, que o eleitorado se não esquivará aos seus deveres cívicos [sic]”³⁷².

Após identificar a falência da República em seu propósito de ser um regime que ampliasse a participação e expressasse a vontade do povo, Duque teceu elogios ao regime monárquico pela qualidade de seus quadros políticos, bem como pela confiabilidade de sua instituição. O autor conclui a crônica desejando que o regime republicano se moralizasse e, enfim, servisse ao povo, portanto,

Aguardemos o correr do tempo que, por fim, nos ha de convencer de que sem partidos não ha governos acima de suspeitas nem administração fiscalisada, compellida á rectidão de seus actos. Isso, porém, não depende da vontade de meia dúzia de indivíduos, é consequência de necessidades absolutas que se fazem sentir mais cedo ou mais tarde segundo a independência de pensar, a nobreza de character dos homens que se dedicam á causa publica³⁷³.

Por fim, destaca-se que a partir dos escritos sobre política de Gonzaga Duque, percebe-se que o autor deixa de ser um obstinado defensor do regime para engrossar a fila dos desencantados com a República.

bestializado. Para José Murilo de Carvalho, o povo não era bestializado e sim bilontra – que significa zombeteiro, espertalhão – pois não reconhecendo a política formal como um meio de participação efetiva, procurava atuar em outras formas associativas, como os sindicatos ou as mutuais, ou através de motins e piquetes. De acordo com o autor, “o povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse a manipulação. Num sentido talvez mais profundo que o dos anarquistas, a política era tribofe. Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra.” In: CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados...Op. Cit.* p.160.

³⁷² DUQUE, Gonzaga. Crônica. *kosmos*, Rio de janeiro, ano 6, v. 3, março de 1909. p.5.

³⁷³ *Ibidem*. p.6.

3.2. Contraste com as *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manuel de Macedo e *História do Brasil* de Rocha Pombo

Para auxiliar a identificação das mudanças e das permanências da História do Brasil escrita por Gonzaga Duque frente à tradição da história como disciplina escolar, recorreu-se ao contraste de *Revoluções Brasileiras* com outros livros didáticos de história. Essa proposta de comparar a obra de Duque com outras congêneres foi apontada por Lucia Lippi Oliveira, ainda em 1989, uma vez que a autora identificava que a “possível diferenciação entre a historiografia que aborda a história do Brasil produzida no Império e na República merece uma pesquisa mais detalhada, envolvendo uma comparação entre livros e manuais produzidos em cada uma destas épocas”³⁷⁴.

Visando a preencher essa lacuna, ainda que de modo bastante limitado, optou-se por um contraste com outras duas obras, uma escrita no período monárquico e outra no regime republicano, são elas, respectivamente: *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, e *História do Brasil*, de Rocha Pombo.

As obras foram contrastadas tendo em vista as escolhas para a construção da narrativa de cada autor, através dos seguintes temas: “Inconfidência Mineira”, “Independência” e “Proclamação da República”. Em vista dessa escolha, atentou-se para as diferenças na abordagem dos conteúdos, procurando identificar e compreender as inovações e as permanências nas narrativas didáticas da história do Brasil.

Notórios homens de letras, Joaquim Manuel de Macedo e José Francisco da Rocha Pombo têm suas biografias e obras amplamente conhecidas e estudadas, permitindo que se apresentem pequenas notas biográficas dos personagens, destacando-se alguns contextos e passagens que influenciaram as suas produções intelectuais.

▪ As *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manuel de Macedo

Joaquim Manuel de Macedo nasceu no ano de 1820, na freguesia fluminense de São João de Itaboraí, de onde emigrou para o Rio de Janeiro para então cursar medicina. Macedo

³⁷⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.4, 1989. p.172-189. p.184.

tornou-se médico no mesmo ano em que publica seu primeiro romance *A Moreninha* (1844), o sucesso de sua obra fez com que abandonasse sua carreira médica. Além das muitas obras publicadas e da colaboração em diversos periódicos Macedo se tornou professor de Corografia e História do Brasil no Colégio de Pedro II, no ano de 1849, e membro do Conselho Diretor da Instrução Pública da Corte. Sobre a sua atuação como professor, Selma Rinaldi de Mattos comenta,

Ele monopolizaria os corações e mentes de várias gerações de estudantes por meio dos livros didáticos de História do Brasil que redigiu: as Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de D. Pedro II, publicadas em 1861/63, e as Lições de História do Brasil para uso das escolas de Instrução Primária, editadas logo em seguida. Obras de grande repercussão didática, elas seriam, em larga medida, as divulgadoras dos princípios e conteúdos fixados por Francisco Adolfo de Varnhagen em sua História Geral do Brasil, publicada em 1854. Obras de perfil conservador, elas fixariam para sucessivas gerações da “boa sociedade” imperial conteúdos, métodos, valores e imagens de uma História do Brasil que cumpria o papel de não apenas legitimar a ordem imperial, mas também e sobretudo de pôr em destaque o lugar do Império do Brasil no conjunto das “Nações civilizadas” e o lugar da “boa sociedade” no conjunto da sociedade imperial, permitindo, assim, a construção de uma identidade³⁷⁵.

“Doutor Macedinho”, como era conhecido, foi deputado provincial (1864/66) e geral (1867/68 e 1878/81) pelo Partido Liberal. Pertenceu a diversas instituições culturais e científicas, como a Academia Brasileira de Letras – patrono da Cadeira n. 20, por escolha do fundador Salvador de Mendonça – e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde fora sócio efetivo, vice-presidente e orador por trinta anos³⁷⁶. Manuel de Macedo faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1882.

Lições de História do Brasil foi editada pela primeira vez em 1861 e era direcionada para alunos do 4º ano Colégio de Pedro II, sendo reeditada até a década de 1920, com revisão e ampliação de Olavo Bilac e Rocha Pombo³⁷⁷. A cada edição, foram sendo acrescentados complementos pedagógicos que facilitavam a aprendizagem, como os quadros sinóticos, explicações³⁷⁸ e roteiros de perguntas.

Segundo Arlette Gasparello, as “lições” apresentam os assuntos da história de modo desconectado, elencados com “exclusivo critério cronológico, sem a preocupação de conectá-los por uma compreensão abrangente”³⁷⁹. Consonantemente com o posicionamento da autora,

³⁷⁵ MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em Lições*....p.17.

³⁷⁶ GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de Identidades*. Op.cit. p.129.

³⁷⁷ MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em Lições*... Op. Cit...p.17.

³⁷⁸ As Explicações, um tipo de glossário, constam “apenas no manual para uso das escolas de instrução primária. A sua função era de auxiliar a compreensão de certas palavras ou expressões, possibilitado assim a compreensão do texto da lição”. Ver: MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em Lições*... Op. Cit...p.99.

³⁷⁹ GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de Identidades*. Op.cit . p.167.

destaca-se que os conteúdos que versam o tema “independência do Brasil” foram divididos em cinco Lições (XX– Transmigração da família real de Bragança para o Brasil – sede da monarquia portuguesa no Rio de Janeiro, 1807-1815; XXXIII– Revolução de Portugal em 1820 – Regresso da corte portuguesa para Lisboa, 1820-1821; XXXIV – Primeiros meses da regencia de D.Pedro no Brasil 1821; XXXV – Desde o dia do “fico” até o dia do Ypiranga, 1822; XXXVI Acclamação e coroação do primeiro Imperador do Brasil- Guerra de Independência, 1822 [sic]), tornando-se necessário alargar a análise para esses textos.

Destaca-se também que, em decorrência das edições revisadas e ampliadas, optou-se por utilizar a edição de 1877, de completa autoria de Joaquim Manuel Macedo e por isso o conteúdo sobre a “Proclamação da República” não foi abordado. Com suas lições o “Doutor Macedinho” estabeleceu o conteúdo que todo o súdito deveria saber.

A “Inconfidência Mineira” foi apresentada na “Lição XXIX” sob o título: “Primeiras idéas de independência do Brasil – Conspiração mallograda em Minas-Geraes – O Tiradentes, 1786-1792” [sic]. Em nove páginas, o autor abordou a não ocorrida “revolução dos mineiros”. No início da lição, Macedo destacava que o progresso material da colônia permitiu que muitos jovens buscassem conhecimentos e erudição, os estudos feitos no estrangeiro aparecem então como um prelúdio para a ascensão das ideias libertárias. Conforme o autor,

O Brasil tinha progredido muito no século décimo oitavo; os jovens brasileiros, ambiciosos de instrução e de ciência corriam aos conventos, aos seminários, e as aulas de humanidades que havia, para beber conhecimentos que aspiravam, e muitos deles iam cursar a universidade de Coimbra, e outras academias da Europa; *homens notáveis* como estadistas, poetas, oradores, artistas davam lustre e glória à grande colônia, sua bela pátria; as comunicações do novo com o velho mundo tinham-se tornado mais fáceis, *livros franceses penetravam no país e se espalhavam por ele idéias novas, civilizadoras e livres enfim, a revolução emancipadora das colônias inglesas da América era um exemplo que devia inflamar os corações dos filhos das outras colônias européias do mundo de Colombo*³⁸⁰(grifos meus).

Desta forma, o autor estabeleceu um antecedente para a conspiração ocorrida em Minas. Alinhados com as ideias emancipadoras, os “homens notáveis” encontravam a liberdade nos livros que liam, bem como em outras nações e, com isso, passavam a ambicionar a liberdade também para a sua pátria.

Para Selma Rinaldi Mattos, ao localizar o germen da ideia independência na Inconfidência Mineira, mais detidamente nas ideias liberais dos homens educados e abastados, Macedo construía sua explicação para a formação do povo brasileiro, o autor

³⁸⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1877. p.267.

“estava interessado em narrar para cada um dos seus jovens leitores a ‘biografia da Nação brasileira’, desde o seu ‘nascimento’ (o Descobrimento) até a ‘fase adulta’, na qual já era capaz de andar com seus próprios pés (a Independência do Brasil)”³⁸¹. Portanto, o malogro da conspiração era relativo ao nível de progresso da Nação, que, naquele momento, ainda não estava preparada para decidir sobre seu próprio destino.

A conspiração começava ainda no velho mundo, pois, de acordo com Macedo, doze estudantes da Universidade de Coimbra se reuniram com o intuito de trabalhar pela “regeneração política do Brasil”³⁸². Na França, outros estudantes atuavam no mesmo sentido, um deles, José Joaquim da Maia, aluno de medicina em Montpellier, teria se reunido com um ministro norte-americano em território francês pedindo apoio à independência do Brasil, todavia o ministro não esboçara qualquer sinal de colaboração³⁸³. Ao apontar que o objetivo do movimento era “proclamar a independência e a república”³⁸⁴, o autor afirmou que a ideia encontrava ressonância em muitos homens distintos, entre eles

Ignacio José de Alvarenga Peixoto, poeta estimado, e ex-ouvidor do rio das Mortes, que se encarregara de redigir as leis e decretos que devião ser promulgados; Claudio Manoel da Costa, advogado e grande poeta; desembargador Thomaz Antonio Gonzaga, ouvidor de Villa Rica, e também famoso poeta, e, além de outros, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado o Tira-dentes, pela habilidade com que extrahia dentes e praticava outras operações próprias da arte do dentista³⁸⁵.

Assim, a ideia de uma república no Brasil não foi rechaçada prontamente nesse texto de Joaquim Manuel de Macedo. Entretanto, conforme Selma Rinaldi de Mattos, existem diferenças significativas entre as edições de *Lições de História do Brasil*. A edição utilizada nesta dissertação, de “uso das escolas de instrução primária”, datada de 1877, tem ampliados os aportes ao texto, como as “explicações”, e apresenta textos mais curtos, assim apresenta o texto principal reformulado pelo autor. Em decorrência dessas alterações, percebe-se uma atenuação no discurso contrário à república. Em trecho apresentado pela autora, referente à outra edição, Macedo atacava explicitamente a ideia de república pensada por esses estudantes. Segundo o autor, pensar em república no Brasil era, por parte desses jovens, fruto do desconhecimento da sua própria pátria, pois esse regime de governo se mostrava em desacordo com a educação e os costumes do povo brasileiro. Em suas palavras,

³⁸¹ MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em Lições... Op. Cit...*p.115.

³⁸² MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil...Op.Cit...*p.268

³⁸³ *Idem*.

³⁸⁴ *Idem*.

³⁸⁵ *Idem*.

sistema de governo em manifesta desarmonia com a educação, os costumes e as tendências do povo, e ainda quando essa república não ficasse limitada à província de Minas e pelo contrário convergissem para o mesmo fim todas as capitanias da colônia portuguesa na América, aí está o exemplo das repúblicas americanas de língua espanhola, mostrando-nos o futuro que em tal caso esperava o Brasil³⁸⁶.

Entende-se que essa diferença na postura de Macedo está relacionada à adaptação de suas *Lições de História do Brasil* conforme o nível do ensino. Assim sendo, os textos mais complexos e ricos em informações eram destinados ao ensino secundário e, para o ensino primário, os textos seriam mais curtos, assim de mais fácil assimilação pelos alunos. Portanto, não houve uma atenuação na defesa do Império como expressão da civilização e progresso alcançado pelo povo brasileiro, mas sim uma adaptação necessária para que mais alunos pudessem conhecer a História do Brasil, senão em toda sua riqueza, em sua condição mais geral, de forma a garantir a unidade de conhecimento e sentimento.

Prosseguindo em sua lição, Macedo elencou algumas das ações que os conspiradores tomariam com a república instaurada, como a criação da bandeira, transferência da capital e a criação de uma universidade. Ainda conforme o autor “romperia a revolução, quando o governo quizesse effectuar a cobrança de todas as dividas atrasadas do quinto do ouro; porque essa medida era antipathica ao povo, e provocava os seus clamores [sic]”³⁸⁷. Nessa passagem, o autor deixava transparecer certo descontentamento do povo para com a Coroa, ligado ao excesso de impostos, logo os “homens notáveis” discutiam a tutela metropolitana; já o povo sentia a opressão dos impostos. Consequentemente, o autor criava espaço para o questionamento da legitimidade metropolitana.

De acordo com Macedo, a conspiração não foi bem sucedida por causa da delação de Joaquim Silvério dos Reis, “privando ao mesmo tempo os conspiradores do seu mais poderoso recurso, pois (...) suspendeu o lançamento da derrama, que era o principal motivo dos desgostos do povo”³⁸⁸. Depois, seguiu a prisão dos envolvidos, abertura da devassa e, por fim, a condenação,

a terrível sentença que condenou a morte os mais notáveis conjurados, e a infâmia algumas de suas gerações. Graças a D.Maria I que por carta regia de 15 de outubro de 1790 commutara em degredo a pena de morte, escaparão ao patíbulo os infelizes condemnados, menis somente o alferes Joaquim José da Silva Xavier, Tira-dentes, que considerado pela alçada *criminoso imperdoável*, conforme uma triste excepção deixada d’aquela mesma carta regia, subio á forca no dia 21 de abril de 1792[sic]³⁸⁹.
(grifo do autor)

³⁸⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Apud* MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em Lições... Op. Cit.*. p.116.

³⁸⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil...Op.Cit.*.p.269.

³⁸⁸ *Idem.*

³⁸⁹ *Idem.*

Único condenado à morte, Tiradentes foi retratado como um criminoso pela alçada que definira a punição para aquele movimento, contudo as palavras de Macedo eram mais complacentes a este personagem, a quem coube a “mais inabalável coragem, legando seu nome ou antes sua alcunha a essa conjuração, e fincando sua memória elevada acima de todos os seus companheiros, pelo fulgor da coroa com seu martírio [sic]”³⁹⁰. Deste modo, Macedo condena a conspiração, a inadequação de seu objetivo, no entanto mostra Tiradentes como um homem que, apesar da sua condenação por lesa majestade, deveria ter sua memória honrada pela coragem de enfrentar seu martírio.

A “Independência do Brasil”, conforme foi exposto, teve seu conteúdo contemplado em várias “lições”. Com sua narrativa centrada na construção do Estado, Joaquim Manuel de Macedo organizou sua história para que seu auge coincidisse com o Brasil independente, momento que chegaria quando o povo contasse com certa civilização e progresso.

Assim sendo, o autor, na lição sobre a vinda da família real para o Brasil, apontava que a nação se aproximara da civilização progredindo em aspectos materiais e morais, assim, para Macedo, “o estabelecimento da sede da monarquia no Rio de Janeiro trouxe a esta cidade e ao Brasil consideráveis melhoramentos e grande progresso”³⁹¹. As melhorias e a elevação à categoria de Reino ocorreram devido ao príncipe regente, de modo que, entre avanços e obstáculos, estava-se a caminho da maturidade como Nação, nas palavras do autor,

O Brasil deve ser grato à memória do príncipe regente João que o amou, que lhe foi útil, desejou sel-o ainda mais, que o elevou à categoria de reino pelo decreto de 26 de dezembro de 1815, e que sempre manifestou a maior estima pelo paiz, onde veio encontrar mais socego e independência, e que o surpreendeu em 1808, apresentando-lhe, entre os seus filhos, estadistas, oradores, e artistas de um merecimento superior e incontestável [sic]³⁹².

Depois de voltar a atenção para conflitos ocorridos no Brasil, como a revolução de 1817 em Pernambuco, o autor narrou os desdobramentos da Revolução do Porto e concluiu a lição XXXIII com o retorno da família Real para Portugal. Procurando estabelecer uma continuidade natural entre o Estado e a nação através da casa de Bragança, Macedo reproduz o que seria a conversa de despedida entre D. João VI e D. Pedro. Segundo o autor, “Pedro, o

³⁹⁰ *Ibidem.* p. 270.

³⁹¹ *Ibidem.* p.279.

³⁹² *Ibidem.* p.279-280

Brasil brevemente se separará de Portugal; se assim fôr, põe a corôa sobre a tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão d'ella [sic]”³⁹³.

Na lição sobre a regência de D. Pedro, o autor construiu uma oposição entre os anseios de portugueses e brasileiros o que, progressivamente, tornava a união algo incompatível com a realidade. Na lição subsequente, “XXXV- Desde o dia do ‘fico’ até o dia do Ypiranga”, corroborando para o estabelecimento dos *lugares de memória* da independência do Brasil Macedo estabeleceu que o caminho a ser percorrido para se chegar à emancipação passava pelo “Fico”, “Cumpra-se” e pelo “Grito do Ipiranga”.

Assim, o dia do “Fico” tomou o lugar de “a primeira palavra da próxima declaração da independência do Brasil” ³⁹⁴. Nesse caminho rumo à emancipação da nação, ao lado da prestigiosa figura de D. Pedro, apareceu José Bonifácio, que auxiliava com conselhos e ações, sendo-lhe imputada a responsabilidade pelo decreto do “Cumpra-se”. A participação da deputação brasileira nas cortes portuguesas não estava resultando na manutenção do progresso já alcançado no Brasil, todavia isso não era mais importante, conforme Macedo, pois o príncipe regente, visando a apaziguar os ânimos dos paulistas,

partio o príncipe para esta província a 14 de agosto, e ahi chegando, desfez as intrigas, estabeleceu a concordia, e voltava para o Rio de Janeiro, quando nas margens do Ypiranga recebendo despachos de Lisboa e noticias da attitude que tomavão contra elle as côrtes portuguezas, reconheceu que não lhe era possível contemporisar mais; que todos os laços de união do Brasil com Portugal devião ser definitivamente quebrados, e logo alçou o grito majestoso *Independência ou morte!* Grito que ali soltado no sempre memorável 7 de setembro de 1822, retumbou dentro em pouco em todas as provincias do Brasil ³⁹⁵.

Joaquim Manuel de Macedo encerrou a suas *Lições História do Brasil* com a independência do Brasil³⁹⁶. A memória da nação estava estabelecida, fatos e heróis foram lembrados e esquecidos de acordo com o objetivo da narrativa: mostrar que o Império era a expressão do progresso e civilização dessa terra e do povo.

³⁹³ *Ibidem.* p.309.

³⁹⁴ *Ibidem.* p.324.

³⁹⁵ *Ibidem.* p.328.

³⁹⁶ As reedições de *Lições História do Brasil*, de autoria de Joaquim Manuel de Macedo, apresentam apenas índices cronológicos do período monárquico.

▪ *História do Brasil* de Rocha Pombo.

José Francisco da Rocha Pombo nasceu no ano de 1875, na cidade de Morretes, interior do Paraná. Sua carreira de professor e jornalista se iniciou ainda em sua cidade natal. Rocha Pombo mudou para Curitiba, onde intensificara a sua atuação na imprensa periódica, posteriormente se mudou para Castro, onde contraiu matrimônio com Carmelita Madureira Azambuja, filha de grandes fazendeiros da região.

Em 1886, Rocha Pombo foi eleito deputado, pelo Partido Conservador. Sobre a sua atuação na política, Marcus Aurelio Taborda de Oliveira afirma que “sua breve carreira política não teve sucesso, seus projetos reformistas não agradaram o Partido, colocando-o em uma posição de ‘deslocado’ perante as elites paranaenses”³⁹⁷. Rocha Pombo foi novamente eleito deputado já na República no ano de 1916, deputação de caráter honorífico por causa de sua carreira de historiador.

Rocha Pombo emigrou-se para o Rio de Janeiro no ano de 1897. Iniciou sua carreira de historiador com a publicação de *História da América* (1900), nesse mesmo ano foi aceito como sócio efetivo do IHGB. Com interesse em diversos assuntos, Rocha Pombo publicou várias obras, dentre elas a coleção de dez volumes da *História do Brasil* e *No Hospício*, consideradas as mais importantes. Não abandonou o magistério e tornou-se professor concursado do Colégio Pedro II no ano de 1912. Foi eleito para assumir uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, a de número 39, que havia sido de Varnhagen e Oliveira Lima, todavia não chegou a assumi-la, pois faleceu no dia 26 de junho de 1933, aos 75 anos³⁹⁸.

A *História do Brasil* de Rocha Pombo, conforme Juliana Golin Xavier Vianna, apresenta quatro versões, são elas: “‘curso fundamental’, ‘curso superior’, ‘para o ensino elementar’, e ‘para o ensino secundário’”³⁹⁹. Curso superior⁴⁰⁰ é a versão da *História do Brasil* utilizada nesta dissertação. O exemplar localizado é uma segunda edição, cuja única data referente à obra é 1925, de uma autorização do autor, com isso não foi possível determinar se esse fosse o ano de publicação do livro.

³⁹⁷ TABORDA DE OLIVEIRA, M. A.. Rocha Pombo: a invenção de uma cultura americana no livro didático. In: ALVES, Claudia; LEITE, Juçara Luzia (Orgs.). *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória: SBHE-Editora da UFES, 2011, v. 10, p. 273-300. p.275.

³⁹⁸ GALVÃO, Benjamin Franklin de Ramiz. Necrológio de José Francisco da Rocha Pombo. *RIHGB*, 168:784-785, 1933.

³⁹⁹ VIANNA, Juliana Golin Xavier. *A produção didática de Rocha Pombo: análise de História da América e Nossa Pátria*. Curitiba: UFPR, 2009.

⁴⁰⁰ POMBO, Rocha. *História do Brasil (Curso Superior)*. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d..

Sobre as edições de *História do Brasil (Curso superior)*, Renilson Rosa Ribeiro afirma que “teve muitas reedições, inclusive uma revista e atualizada pelo historiador Helio Vianna, sendo utilizada nas escolas brasileiras até os anos 1960”⁴⁰¹. E, no que tange à organização e ao conteúdo, o autor destaca que a seleção de temas, cronologia e periodização era tributária “do modelo de Von Martius, o autor privilegiou, quanto ao passado colonial, os eventos ligados à conformação territorial e nacional, destacando a organização administrativa, as lutas contra os estrangeiros e os confrontos com a metrópole até a Independência em 1822”⁴⁰².

Apresentado Rocha Pombo, bem como *História do Brasil (Curso superior)*, ainda que de maneira geral e sucinta, volta-se a atenção para o seu conteúdo, especificamente aos pontos de contato entre as três obras: a “Inconfidência Mineira”; a “Independência” e a “Proclamação da República”.

O conteúdo sobre a Inconfidência Mineira é apresentado no capítulo XV, em 23 páginas. Logo abaixo do título do capítulo, um pequeno sumário destaca para o leitor o que será abordado no texto. Logo, o leitor de Rocha Pombo encontrará os seguintes conteúdos sobre a Inconfidência Mineira: condições da colônia pelos fins do século XVIII, Conjuração de Villa Rica e Tiradentes.

Na primeira parte do texto, o Rocha Pombo ressaltava o progresso alcançado pelos colonos de modo que pudesse pensar com mais clareza em seu futuro, em suas palavras, “chegamos a época em que, tendo atingido a sua plena maioridade, começam as populações da colônia a pensar gradativamente no problema do seu destino [sic]”⁴⁰³. Rocha Pombo afirmava, portanto, que o povo começava a se entender como nação e a perceber as cobranças de Portugal como uma exploração que aos pobres trazia miséria e aos ricos constrangimentos em sua liberdade.

Em seguida o autor estabeleceu que, juntamente com a exploração metropolitana, os colonos educados no velho mundo formariam os antecedentes dessa tentativa de independência. Desse modo, destacava a ação dos doze estudantes de Coimbra e dos de Montpellier, assim como encontro do estudante brasileiro com um representante do governo norte-americano, a quem se referia como o “grande Jefferson”⁴⁰⁴. Ao apresentar o cenário mineiro, Rocha Pombo voltava a destacar a opressão dos representantes da coroa portuguesa e

⁴⁰¹ RIBEIRO, Renilson Rosa. Colônia(s) de identidades: discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil. Campinas, SP: Unicamp, 2004. (Dissertação de mestrado). p.20.

⁴⁰² *Ibidem*. p.19.

⁴⁰³ POMBO, Rocha. *História do Brasil (Curso Superior)*. Op. Cit.. p.327.

⁴⁰⁴ *Ibidem*.p.330.

também apresentou as primeiras articulações dos grandes homens. Na segunda parte do texto, o autor iniciou sua narrativa sobre a conjuração e, assim, apresentou os conjurados:

Toda a gente que tinha alguma importância pela fortuna ou pela cultura interessou-se mais ou menos solicitamente naquela aspiração, que era affagada por todo mundo, embora nem todos tivessem o mesmo desassombro (...) entre estes, a figura mais estranha é o alferes de cavallaria de linha Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha Tiradentes [sic]⁴⁰⁵.

Para o autor, os envolvidos na conspiração eram de fortuna ou cultura, excetuando Tiradentes, a quem atribuiria o papel de herói, mas que entrara na conspiração porque “sentira quanto o mundo era doloroso. Revolta-se então contra o seu meio, e contra o seu tempo”⁴⁰⁶. Então, após inserir Tiradentes na sua narrativa, Rocha Pombo o tornou protagonista, apresentando suas ações, desde o encontro com dr. Maciel e, a articulação com os fluminenses. Ainda nessa parte do capítulo, o autor trazia a delação de Joaquim Silvério dos Reis e a prisão dos conjurados.

Na última parte do capítulo, nomeada Tiradentes, foram abordadas as ações da apuração dos crimes dos conjurados, a condenação e a execução da sentença. Segundo o autor, o alferes foi considerado o “primeiro cabeça da projetada revolução”⁴⁰⁷ e, por isso, condenado à forca. Os demais conspiradores também haviam sido condenados à morte, todavia a carta da rainha Maria I trazia a ordem de comutar as condenações de morte em degredo, somente Tiradentes não era “digno da piedade da soberana. Ia ser o bode expiatório de toda a maldade daquela geração”⁴⁰⁸. Conforme Rocha Pombo, a execução de Tiradentes foi transformada num espetáculo pela justiça Portuguesa e enfrentada por ele como o martírio de cristo, por fim, destaca que não era possível esconder a ânsia dos brasileiros em superar a instituição colonial.

O tema A “Independência do Brasil” foi abordado por Rocha Pombo no capítulo XXVII – “Regência de D. Pedro - a Independência”⁴⁰⁹. Seu sumário apresenta as seguintes subdivisões do capítulo: a regência de D. Pedro e as Cortes de Lisboa; O grito do Ipiranga; Guerras da independência e reconhecimento da independência.

Na primeira parte do texto, o autor procurou situar o contexto brasileiro, mostrando o impacto da saída da família real do Rio de Janeiro, não apenas no aspecto material –

⁴⁰⁵ *Ibidem*.p.334.

⁴⁰⁶ *Idem*.

⁴⁰⁷ *Ibidem*.p.342.

⁴⁰⁸ *Ibidem*. p.345.

⁴⁰⁹ *Ibidem*. pp. 390-415.

destacando o regresso nas artes e a precariedade da economia –, mas, sobretudo no político, ampliando a oposição entre portugueses e brasileiros. Rocha Pombo apresentou um cenário de intensa disputa entre o que denominou ser o “partido brasileiro” e o “partido português”. Em meio a essa contenda, o autor aproximou o príncipe regente dos brasileiros e recorre ao “dia do fico” para demonstrar a inclinação de D. Pedro aos nacionais.

Sob o título de o “Grito do Ipiranga”, a segunda parte do capítulo destacou dois personagens: o príncipe regente e seu ministro de estado José Bonifácio de Andrada e Silva. Rocha Pombo ressaltou que havia conflito de interesses entre os partidos, bem como províncias do Brasil que não estavam sob o governo de D. Pedro, o qual, com o auxílio do seu ministro, procurava resguardar maior autonomia para o território brasileiro. Nas palavras do autor, “pode imaginar-se como repercutem (...) os sucessos que se dão no Rio durante os tres primeiros mezes de 1822: o fico, a expulsão das tropas portuguezas, a repulsa da ultima expedição, e os decretos que D. Pedro vai dando como si fosse já soberano![sic]”⁴¹⁰. Rocha Pombo continuou o texto mostrando a resistência dos brasileiros às Cortes que culmina no “Grito do Ipiranga”, assim apresentado,

D. Pedro exclama: – “Camaradas! As Cortes de Lisboa querem mesmo escravizar o Brasil; cumpre, portanto, declarar já a sua independência. Estamos definitivamente separados de Portugal!”. E levantando sua espada, num raptó de entusiasmo, gritou com toda a força dos seus robustos pulmões: – “Independência ou morte![sic]”⁴¹¹.

Com o Imperador aclamado em 12 de outubro de 1822, Rocha Pombo dedicou as duas últimas partes do capítulo para mostrar a consolidação da independência do Brasil. O subitem “Guerras de Independência” abordou a consolidação interna através de disputas bélicas entre as províncias para que todas ficassem sob a chancela do então D. Pedro I. Já o subitem “Reconhecimento da Independência” apresentou a consolidação do Império em âmbito internacional, as negociações, os arranjos diplomáticos entre as nações para que reconhecessem a soberania do Estado brasileiro.

No capítulo XXIII – A República - O Governo Provisório –, é exposto o tema da “Proclamação da República”, em doze páginas. Buscando demonstrar que a ideia de república no Brasil tinha raízes na história, Rocha Pombo afirmava que a “idéa de republica, desde o segundo seculo da colonia, andava como latente no espirito geral. A revolta de 1684

⁴¹⁰ *Ibidem*. p.398.

⁴¹¹ *Ibidem*. p.403.

no Maranhão; a de 1710, em Pernambuco; a de 1708 e 1720, em Minas, valem como impetus de explosão das tendências ainda vagas que se vinham gerando [sic]”⁴¹².

Para o autor, tanto a independência sob o regime monárquico quanto o exemplo das ex-colônias espanholas fizeram com que fosse atenuada a busca pela república. Contudo, o cenário muda na década de 1870 quando a “agitação do espírito de reforma, começou a fazer-se sentir também uma certa revivescência das idéas republicanas[sic]”⁴¹³. Ainda na década de 1870, foi organizada a propaganda republicana, todavia “feitas sem grande entusiasmo e com pouco fruto [sic]”⁴¹⁴, pois, de acordo com o autor, não sensibilizavam os homens cultos da nação, que se viam envolvidos na política imperial através de seus partidos que se alternavam no poder. Tais ideias, segundo Rocha Pombo, encontraram ressonância nos militares que voltavam da campanha do Paraguai.

Mencionada como uma questão resolvida em 1888, a escravidão teria posto a nação “em um estado de revolução latente”⁴¹⁵, contribuindo para a desconfiança com as instituições imperiais e, conforme Rocha Pombo, conduzindo o povo rumo à república. Depois de mostrar como os ideais republicanos foram reavivados na nação Rocha Pombo apresentou Deodoro da Fonseca como personagem principal da “Proclamação da República”. Para o autor,

Desde princípios de Outubro, começa a tramar-se a conspiração entre militares e chefes civis. O centro do trama era o general Deodoro da Fonseca. Constituir-se este a figura mais representativa das forças armadas, e desde que voltara (...) assumira ostentadamente a direção de todos os elementos infensos às instituições⁴¹⁶.

Desta forma, os acontecimentos do *15 de novembro* se centraram na ação do general Deodoro. Marcada a sedição, ela é antecipada, em decorrência de boatos que davam como certa a prisão de Deodoro da Fonseca. Assim, o referido general sai à frente da sua tropa e comunica ao ministro Ouro Preto a demissão de seu ministério e que fora proclamada a república no Brasil. No dia 17, D. Pedro II e sua família seguiam para o exílio e, de acordo com Rocha Pombo, “estava, pois, consumada, e com adesão imediata e geral das antigas províncias, a mudança de regimen [sic]”⁴¹⁷.

⁴¹² *Ibidem.* p.527.

⁴¹³ *Idem.*

⁴¹⁴ *Ibidem.* p.528

⁴¹⁵ *Ibidem.* p.529.

⁴¹⁶ *Ibidem.* p.530.

⁴¹⁷ *Ibidem.* p.532.

- *Contraste de Revoluções Brasileiras*, de Gonzaga Duque; *História do Brasil (Curso superior)*, de Rocha Pombo e *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo.

Através dos conteúdos, buscou-se salientar pontos de aproximação e de afastamento entre as obras, para então compreender quais foram as mudanças e permanências da narrativa histórica de Gonzaga Duque.

O tema da “Inconfidência Mineira” é abordado pelos autores como as primeiras ideias de independência para o Brasil, que previa a implantação da república. Os autores recorram às mesmas informações sobre os antecedentes da revolta como a ilustração alcançada por estudantes na Europa, o “clube dos doze” e a reunião com um representante do governo norte-americano. Gonzaga Duque e Rocha Pombo valorizavam a ideia republicana que norteia a conspiração, já Joaquim Manuel de Macedo afirmava que a república foi aspirada apenas pelos homens notáveis, mas, por contrariar os costumes do povo, não foi bem sucedida.

A figura de Tiradentes também foi apresentada de maneira distinta pelos autores. Para Macedo, o alferes não teve importância no movimento, mas deveria ser lembrado pela coragem com que enfrentou a sua pena. Tanto Gonzaga Duque quanto Rocha Pombo construíram o personagem aproximando-o do mártir cristão, diferenciando-se, entretanto, quanto à importância do alferes no movimento: Rocha Pombo apregoava ser Tiradentes uma figura estranha frente aos homens ilustrados que formavam o grupo de conspiradores, já que não partilhava da educação ou da riqueza dos outros membros; Duque imputava ao alferes o protagonismo da conspiração, destacando suas ações de propagandista das ideias liberais e articulador da conspiração, edificando-o como líder do movimento e um verdadeiro herói.

As narrativas apresentam um ponto de contato importante sobre o tema da “Independência do Brasil”: a noção de progresso. Partilhando desse ideal, os autores entendem que naquele período o povo brasileiro havia chegado a um nível evolutivo, moral e material, que permitiria a quebra da tutela portuguesa.

Para Joaquim Manuel de Macedo, a emancipação política, com a adoção da Monarquia e um imperador da casa de Bragança, foi entendida como uma transição natural, e, portanto, não foi questionada. O objetivo de sua “lição” era oferecer aos seus leitores os feitos que concorreram para o evento, assim, através da figura de D. Pedro, o herói da independência. Macedo determinou o que deveria ser lembrado: o “dia do fico”, o “cumpre-

se” e o “7 de setembro”. Por fim, as guerras de independência serviram para o autor mostrar a força do imperador e do novo regime.

Apresentando uma estrutura narrativa bastante semelhante, todavia Rocha Pombo diverge de Macedo, especialmente, no que tange às possibilidades de organização do Brasil independente. Para o autor, a monarquia não era um consenso, pois a república figurava como uma possibilidade no horizonte dos brasileiros e não concretizada no momento da independência em decorrência dos exemplos de anarquia das repúblicas vizinhas. Através da oposição entre o “partido” português e o brasileiro, Rocha Pombo destaca os feitos de D. Pedro que preservaram a autonomia já conquistada e culminaram na emancipação do Brasil, por meio do abordado “grito do Ipiranga”. Porém, segundo o autor, não foram todas as províncias que reconheceram imediatamente a autoridade do imperador, essas, então, foram mantidas à força na nação independente, mostrando que o desejo de autonomia não estava diretamente relacionado ao regime monárquico.

Embora contemple alguns dos *lugares de memória* estabelecidos por Macedo, Gonzaga Duque expôs o momento da emancipação política do Brasil como um cenário aberto, em que a disputa entre projetos distintos era intensa. Com isso, a república era vista por Duque como uma possibilidade real, afastando-se da narrativa de Rocha Pombo que reconhecia a predileção dos brasileiros pela república, mas que, naquele momento, ainda não era uma alternativa viável.

Para Duque, a maçonaria teria um papel de destaque na independência, já que, por meio dessa forma associativa, foram articuladas as diferentes propostas de emancipação. Diferentemente dos outros autores, Gonzaga Duque erigiu D. Pedro de maneira bastante depreciativa, sobretudo quando discorria sobre a sua moral e, apesar do seu “grito do Ipiranga”, o personagem não assume o papel de herói, que foi reservado ao ilustrado José Bonifácio, o Patriarca da Independência.

Apesar de mostrar a república como uma alternativa no horizonte, Duque destacou a dificuldade de implantação desse regime devido à pouca educação do povo. Para o autor, a monarquia dependeria mais da emoção do que a razão e, por isso, era vista como mais capaz de arrebatar o povo, de repelir a anarquia – às avessas das vizinhas ex-colônias espanholas que se tornaram repúblicas independentes.– além de manter a unidade de território, o grande feito da monarquia segundo Duque, o que aproximou o autor da colocação de Rocha Pombo. Todavia, Duque percebia essa alternativa monárquica como prejudicial para o povo, devido à inerente personificação e corrupção desse regime.

As narrativas de Rocha Pombo e Gonzaga Duque sobre o tema “Proclamação da República” guardam algumas semelhanças⁴¹⁸. Em suas obras, os autores apresentaram como antecedentes para o evento as mudanças socioeconômicas iniciadas na década de 1870, a ação dos militares e a propaganda republicana. Duque expôs os antecedentes com mais detalhes e também incorpora a abolição da escravidão como dos elementos que provocaram descontentamento com o Império.

D. Pedro II é retratado de maneira elogiosa, Rocha Pombo e Gonzaga Duque apontavam os constrangimentos e destinavam o repúdio ao regime monárquico. E, procurando estabelecer o evento como um *lugar de memória*, ambos os autores acentuaram o heroísmo de Deodoro da Fonseca descrevendo sua figura como do aglutinador dos republicanos e destacaram sua destemida ação de despedir o ministério e implantar a república.

Norteados pela obra de Varnhagen, Joaquim Manuel de Macedo edificou muitos dos “fatos memoráveis” da História do Brasil. Como destaca Selma Rinaldi de Mattos, o autor se dedica a escrever uma biografia da nação, do nascimento até a maioridade, por isso sua narrativa tem um sentido de evolução. Consequentemente, nessa história, a tutela portuguesa foi entendida como necessária e benéfica, pois foi o que proporcionou ao Brasil chegar a um nível de civilização e tornar-se independente. Com uma clara preocupação com o método de ensino, Macedo escreve com uma linguagem acessível e disponibiliza ferramentas para que seus leitores conhecessem, compreendessem e memorizassem os prodigiosos fatos da nação.

História do Brasil (Curso superior), de Rocha Pombo, notadamente, guarda semelhanças com as *Lições* de Macedo. Para além da clareza da escrita, da semelhança dos temas selecionados a obra apresenta uma formatação didática com sumários, subdivisões e “questões conexas” – sugestões de temas para ampliar o conteúdo apresentado. O afastamento da obra de Rocha Pombo das *Lições* residia na preocupação do autor que sua narrativa contribuísse para, conforme Karina Ribeiro Caldas, “inscrever [a república] no tempo histórico da nação como aspiração coletiva e ensinar a população a amá-la”⁴¹⁹.

A despeito dos diferentes contextos, tanto Joaquim Manuel de Macedo quanto Rocha Pombo foram membros do IHGB e professores do Colégio Pedro II, de modo que suas narrativas são reconhecidas pelo lugar de produção. Em posição contrária, o franco-atirador Gonzaga Duque não foi membro de nenhuma sociedade científica ou literária, não foi

⁴¹⁸ O tema “Proclamação da República” é contemplado apenas nas histórias de Rocha Pombo e Gonzaga Duque, uma vez que optou-se pela não utilização das edições de *Lições de História do Brasil* ampliadas por outros autores.

⁴¹⁹ CALDAS, Karina Ribeiro. *Nação, Memória e História... Op.Cit.* p.86.

professor e sua ligação com o Estado se restringia ao cargo de bibliotecário que ocupou a maior parte da vida.

Revoluções Brasileiras tem como traço marcante de sua narrativa a preocupação de destacar as raízes republicanas da nação brasileira, aproximando-se da história de Rocha Pombo. O autor realiza essa tarefa reescrevendo a História do Brasil, utilizando de vários *lugares de memória* erigidos por Macedo, todavia destacando os lados contrários à ordem vigente. Portanto o povo não era pacífico, mas sim lutava pela sua liberdade, que, para Duque, só seria completa com a república.

A obra de Gonzaga Duque não possui recursos didáticos complementares, como as demais obras, contudo pretendia ser mestra da vida dos jovens estudantes através de uma escrita cativante, bem como dos bons exemplos dos heróis. Por fim, destaca-se que Gonzaga Duque usou de recursos conhecidos e divulgados pelo IHGB para escrever uma história radical, uma teleologia republicana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o objetivo principal desta dissertação, *Revoluções Brasileiras* foi analisada à procura de inovações e permanências na narrativa histórica. Através dos paratextos, dos personagens, dos conceitos e imaginários, aproximou-se das escolhas de Gonzaga Duque para erigir sua História do Brasil, de orientação republicana.

Para pensar nas permanências e inovações, foi preciso recuperar a tradição historiográfica do século XIX e, em vista disso, buscaram-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro as diretrizes para a escrita da história. Assim, *Revoluções Brasileiras* foi posta em diálogo com a referida tradição. Percebe-se que Duque utilizou-se de propostas do IHGB para sua escrita, assim são destacadas duas permanências, ainda que adaptadas.

A primeira relaciona-se ao fazer historiográfico, na orientação para a História, que deveria ser pragmática, Mestra da Vida, sendo empregada através dos personagens e heróis, a fim de rechaçar os vícios e estabelecer e reforçar os valores, para Gonzaga Duque, republicanos.

A segunda refere-se ao conteúdo, ao que deveria ser lembrado ou esquecido. O autor utilizou também dos temas já consagrados na historiografia, os *lugares de memória*, produzidos pelo IHGB que constavam nos programas de ensino, entretanto esses temas recebem nova abordagem sendo reinterpretados para que tenham o sentido formativo almejado, isto é, fomentar as virtudes republicanas. Também cabe destaque à necessidade de fazê-lo, tendo em vista a viabilidade de sua obra como produto vendável.

A inovação da obra reside na sua opção por uma história temática, das “revoluções” ocorridas no Brasil, escrita por meio de uma narrativa, notadamente, teleológica e que tem a República como o fio condutor dos resumos. Para o autor, era necessário apresentar para os jovens os movimentos contestatórios da ordem que de alguma maneira haviam colaborado para a implantação do regime republicano, mostrando, assim, suas raízes na História do Brasil.

Então, para esse fim, os ideais de liberdade e república são coadunados com a educação, tanto como ideia quanto experiência, de forma que a história fosse vista como uma sucessão de disputas do povo para alcançar a liberdade, e cada tentativa, uma aprendizagem para a autodeterminação, que só se completaria como a adoção do regime republicano. Duque

relaciona educação e república de uma forma bem direta: quanto mais instrução um povo possui, encontra-se mais inclinado à adoção da república como regime de governo.

Essa relação é a base para a harmonização do regime republicano com o passado monárquico, uma vez que apresenta uma justificativa para que a independência tenha sido realizada sob uma casa dinástica, visto que faltava educação formal e experiência compartilhada, para que o povo optasse pela república. Essa conciliação com o passado aproxima Gonzaga Duque da proposta da historiografia dos primeiros anos da república.

A formação da nação, portanto, dava-se em torno da luta pela liberdade. Em decorrência desta escolha, Duque se distanciava da proposta do IHGB para a construção da nação brasileira, que era entendida como resultado da civilização promovida por Portugal na América. Amenizar a herança portuguesa implicava a redução da importância da composição do povo brasileiro por diferentes raças e se desdobrava no silenciamento da questão da miscigenação, não mencionada em *Revoluções Brasileiras*. O povo é apresentado com contornos pouco definidos, sendo delineado através das seguintes construções: na luta pela autonomia e pela alteridade com outras nações constituídas – sobretudo pelo antilusitanismo. Então se salienta que a raça é descartada como elemento definidor do povo brasileiro, por conseguinte não foi encontrada referência à formação da nação pela união das três raças, como sugeriu Von Martius, ideia adaptada pela historiografia Oitocentista.

Sua teleologia republicana inicia-se com Quilombo dos Palmares, que era, para o autor, um exemplo de república no Brasil. Todavia, essa experiência foi vivida por negros e, portanto, foi retratada com uma perspectiva de alteridade, sendo o outro, o negro que viveu tal experiência que chegou ao conhecimento dos brasileiros por ter sido derrotado por aqueles que fundavam a nação. Nos demais movimentos, negros e índios foram silenciados, surgindo somente em ações pontuais e, quase sempre, negativas. Logo, para Duque, a formação da nação estava intimamente relacionada à busca pela liberdade e pela república.

Revoluções Brasileiras apresenta uma narrativa emocionante. Ainda que por meio de uma escrita rebuscada, repleta de cuidados com a forma da escrita, objetivava criar empatia, cativar, fomentar valores republicanos. Através das ações dos heróis e de batalhas relatadas com dramaticidade buscava-se ensinar pelo exemplo. Diferenciando-se das outras obras com que foi contrastada, *Revoluções Brasileiras* não apresenta facilitadores pedagógicos para auxiliar a aprendizagem de modo que sua função didática restringia-se à intenção formativa.

O franco-atirador, o crítico de arte, o romancista, o simbolista, enfim, o homem Gonzaga Duque aparece em seus textos defendendo sua opinião. História, república, povo, nação e mulher foram alguns dos temas de contato entre os outros escritos de Duque e

Revoluções Brasileiras. Por fim, o contraste dessa produção intelectual nesta dissertação mostrou a mudança de opinião nos diferentes textos e contextos. As diferenças notadas no discurso foram resultantes do gênero textual da produção, do público para qual o texto é dirigido, bem como das alterações de pensamento do próprio autor ao longo da vida, como pode ser percebido na forma distinta com que Duque apresentou a formação da nação em *A Arte Brasileira e Revoluções Brasileiras*.

Com o contraste realizado, *Revoluções Brasileiras* foi localizada na tradição da história como disciplina escolar como uma obra de transição, pois reconhecem-se pontos de contato tanto com *Lições* de Joaquim Manuel de Macedo quanto com *História do Brasil* de Rocha Pombo.

Conforme as explicações do próprio autor, sua história foi baseada em informações reunidas por outro, sem pesquisa em fontes primárias, o que torna plausível que Gonzaga Duque tivesse contato com as *Lições*, pois a obra de Macedo foi um grande sucesso editorial e influenciava outros autores de livros didáticos. Os pontos de contato entre a história do Brasil de Duque e Rocha Pombo podem ser as marcas de um fundo comum entre os defensores da República. Contudo, destaca-se também que os autores partilhavam de uma sociabilidade comum, estavam ligados aos grupos de simbolistas, do Rio de Janeiro e do Paraná, podendo até mesmo ter uma relação mais próxima como indica o diário de Gonzaga Duque⁴²⁰. E, apesar da inexatidão da data publicação, apontada para fins da década de 1910, a *História do Brasil* de Rocha Pombo pode ter sido influenciada pela obra de Duque.

Então, a partir desse contraste, percebeu-se na história escrita por Duque o uso de recursos e conteúdos da tradição do IHGB para uma nova finalidade, que encontrou ressonância em outras obras didáticas do regime republicanos. Essa história reuniu a tradição e a inovação, na busca de consolidar um novo imaginário, uma sensibilidade que auxiliasse na consolidação da ordem republicana, construção essa que, conforme José Murilo de Carvalho⁴²¹, garantiu certo êxito na criação do imaginário republicano.

Por fim, evidencia-se a importância desta dissertação ao analisar *Revoluções Brasileiras*, resgatando-a do esquecimento e trazendo visibilidade a mais esse discurso do cenário de disputa que foi o Brasil, do fim do século XIX e início do século XX, significando um claro avanço na pesquisa sobre do tema sem, entretanto, esgotá-lo.

⁴²⁰ Conforme Gonzaga Duque no dia 28 de junho de 1900, encontrou-se com Rocha Pombo que lhe contava com entusiasmo de seu projeto do Instituto de Educação. In: DUQUE, Gonzaga. Meu Diário. In: LINS, Vera. *Gonzaga Duque: a estratégia ... Op.Cit.* p.157.

⁴²¹ CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas... Op.Cit.* p.141

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES

1.1. MANUSCRITAS:

1.1.1. Fundação Casa de Rui Barbosa:

Arquivo pessoal de Gonzaga Duque. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) - Fundo Arquivo Literário.

1.2 BIBLIOGRÁFICAS

DUQUE, Gonzaga. *Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio de Rodrigues & Comp., 1898.

_____. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1905.

_____. *Revoluções Brasileiras: resumos históricos*. HARDMAN, Francisco Foot; LINS, Vera. (Orgs.). São Paulo: Fundação da Editora da UNESP: Giordano, 1998.

_____. *A arte brasileira*. Campinas: Mercado das letras, 1995.

_____. *Mocidade Morta*. São Paulo: Editora Três, 1973.

_____. *Graves e Frivolos*. Rio de Janeiro: 7 Letras. Fundação Casa Rui Barbosa, 1997.

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia. Currículos de história e políticas públicas: os programas de história do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, C. M. F (Org.). *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto: 1997.

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - VOL. 15 No 44 outubro/2000.

ALTAMIRANO, Carlos. *Para un Programa de Historia Intelectual y Otros Ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

ALVES, Gilberto Luiz; CENTENO, Carla Villamaina. A produção de manuais didáticos de história do Brasil, *Revista Brasileira de Educação*, v.14, n.42, set-dez, 2009.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana. Historiadores do IHGB/Catedráticos do Colégio Pedro II na República. *R IHGB*, Rio de Janeiro, a. 169 (440):219-241, jul./set. 2008.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. Como Transformar Portugueses em Brasileiros: José Bonifácio de Andrade e Silva, *Revista Intellectus*, Ano 05, Vol. I 2006.

AUGUSTO, Alberto. Impressões de Leitura, *O País*, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1898.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-332.

BALLAROTTI, Carlos Roberto. A Construção do mito de Tiradentes: de mártir republicano a herói cívico na atualidade. *Antíteses*, v.2, n.3, jan-jun 2009.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A retórica da infelicidade: laço social e leitura em livros escolares do cânone republicano. . *Proposições*, v.23, n.5, 2012. pp-87-102

_____. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: Abreu, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 1999.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1839.

BEHRING, Mario. A morte do Zumbi, *Kosmos*. Ano III, nº 9, setembro, 1906.

BITTENCOURT, C. M. F. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C. M. F (Org.). *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto: 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp.183-191.

BOMTEMPI JUNIOR, Bruno. Os expertos e o jornalista na formação da opinião pública sobre educação: o caso do inquérito de 1914. In: LEITE, Juçara Luzia e ALVES, Claudia (orgs.). *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória: EDUFES, 2011.

BRESCIANI, S. “Identidades inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar-comum”. In: BRESCIANI, S; MAXARA, M. (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

CALDAS, Karina Ribeiro. *Nação, Memória e História: a formação da tradição nos manuais escolares (1900-1922)*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2005. (Dissertação de Mestrado)

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, v.2, n.40, 2001. pp-59-83.

CAPELATO, M. H. R.. Ensino primário franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil. *Revista Brasileira de História*, v. 29, n.57, 2009. pp- 117-143

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Aspectos Históricos do Pré-Modernismo Brasileiro. In.: _____; et alii. *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. pp. 13-22.

_____. Brasil: nações imaginadas. In:_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998. pp. 233-264.

CAROLLO, Cassiana Lacerda. “Correspondência de Gonzaga Duque a Emiliano Pernetta” in *Letras*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, (23): 245-297, jun. 1975.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ed. Campinas/SP: editora da Unicamp, 2001.

CHARLE, Christophe. *Naissance des “intellectuels”. 1880-1900*. Paris : Éditions de Minuit, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHIARELLI, Tadeu. Gonzaga Duque: a moldura e o quadro da arte brasileira. In: DUQUE, Gonzaga. *A arte brasileira*. Campinas: Mercado das letras, 1995.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas escolares: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, set.-dez. 2004.

COUTO, Renata Campos. *Gonzaga Duque: crítica, arte e a experiência na modernidade*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DANTAS, Carolina Vianna. *Brasil “café com leite”: história, folclore, mestiçagem e identidade nacional em periódicos (Rio de Janeiro, 1903-1914)*. Niterói: UFF, 2007.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai*. Campo Grande: UFMS, 2005.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ESPINDOLA, Alexandra Filomena. *Gonzaga Duque – Vida na Arte: uma concepção artístico-filosófica*. Palhoça: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2009. (Dissertação de Mestrado – Ciências da Linguagem).

FANINI, Michele Asmar. Educação como instrução: os óbices à profissionalização feminina no Brasil da virada do século XIX para o XX. *Desigualdade & Diversidade (PUCRJ)*, v. 3, p. 92-113, 2008.

FARIA FILHO, L. M.; INACIO, M. S. (Orgs.). *Políticos, literatos, Professoras, Intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza edições, 2009.

_____. A tradução como negócio: Rui Barbosa tradutor do livro “Lições de coisas”, de N. A. Calkins. In: Abreu, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 1999.

_____; GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e. (Orgs.). *Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. v. 1.

FERES JÚNIOR, João (Org.) . *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. *Educação e Pesquisa*, 2004, vol.30, n.3, pp. 531-545.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. O livro didático e a pedagogia do cidadão: o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ensino de história. *Seaculum Revista de História* [13], João Pessoa, Jul/dez, 2005.

FONSECA, Thais Nívea de Lima. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. “Ver para Compreender”: arte, livro didático e a história da nação, In: _____. (Org.). *Inaugurando a história e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FORTUNA, Claudia Prado. Os institutos históricos e geográficos e alguns discursos sobre os negros na história da nação. *Patrimônio e Memória*, v.9 n.2, jul-dez 2013.

FUNES, Patricia. *Salvar la Nación*. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de Identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

GALVÃO, Benjamin Franklin de Ramiz. Necrológio de José Francisco da Rocha Pombo. *RIHGB*, 168:784-785, 1933.

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1,1988.

_____. A disputa pelo passado da cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp- 93-122.

_____. Entre amadorismo e profissionalismo, as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 184-200, dez. 2002.

_____. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação’. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VII(2), 389-410, jul.-out. 2000.

GOMES, A. M. C.. *Essa gente do Rio*. Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

_____. Essa gente do Rio. O Modernismo e os intelectuais cariocas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 62-77, 1993.p.64.

_____. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, Argvmentvm, 2009.p.22

_____. República e História do Brasil: Viriato Corrêa e uma história ensinável. In: ROCHA, M. B. M. (Org.) ; Yasbeck, D C M (Org.) . *Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa*. Juiz de Fora: UFJF, 2009. pp- 9-20.

GONTIJO, Rebeca. História, Cultura, Política e Sociabilidade Intelectual. In: SOIHET, R.; BICALHO, M.; GOUVÊA, M. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2005.

_____. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *Revista História* (São Paulo) [en línea] 2005, vol. 24 [citado 2011-01-08]. Disponible en Internet: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=221014793007>. ISSN.

_____. Historiografia e ensino da história na primeira república: algumas observações. In: XII Encontro Regional de História do Rio de Janeiro - Usos do Passado, 2006, Niterói. *Anais do XII Encontro Regional de História. Rio de Janeiro*: ANPUH RJ, 2006.

HANSEN, P. S.. *Feições e Fisionomia: a História do Brasil de João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HRUBY, H. . O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos. In: IX Encontro Estadual de História - ANPUH/RS. *Vestígios do passado, a história e suas fontes*, Porto Alegre. 2008.

IANNONE, Carlos Alberto. A Vida de Gonzaga Duque. In: DUQUE, Gonzaga. *Mocidade Morta*. São Paulo: Editora Três, 1973.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

_____. Critérios históricos do conceito moderno de revolução. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Ed. PUC-RIO, 2006.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, 1999.

LINS, Vera. *Gonzaga Duque: a estratégia do franco atirador*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

_____. *Gonzaga Duque: Crítica e utopia na virada do século*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1996. (Papéis Avulsos, 25)

_____. *Novos pierrôs, velhos saltimbancos: os escritos de Gonzaga Duque e o final do século XIX carioca*. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura, 1998.

_____. Imagens que pensam os trópicos. *Locus*, Juiz de Fora v.5, jan-jun, 1999. p. 101-113.

_____. Em revistas, o simbolismo e a virada do século. In: _____; Oliveira, C.; Velloso, M. P.(Orgs.). *O moderno em revista, representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Faperj/Garamond, 2010.

_____; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Impressões de um amador*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UFMG/Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

_____; GUIMARÃES, J. C. (Org.). *Gonzaga Duque: outras impressões (crônica, ficção, crítica, correspondência 1882-1910)*. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2011.

MACHADO, Liliane. *A Insubmissão Narrativa de Horto de Mágoas, de Gonzaga Duque*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. (Tese de Doutorado – Letras Vernáculas).

MACHADO, M. H. P. T.. Um Mitógrafo no Império: A Construção dos Mitos na História Nacionalista do Século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000. pp. 63-80.

MATTOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXVI, 1863.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em Lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

_____. A história do ensino de história do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: FGV, 1993. (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, Aulus Mandagará . As margens do texto nas margens do cânone: Paratexto, texto e contexto em Luanda e Mayombe *IPOTESI*, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 169 - 177, jul./dez. 2010.

MARTIUS, Karl F. P. von. “Como se deve escrever a História do Brasil”, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 6(24):389-411, jan-1845.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira. *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

MOREIRA, Kênia H. *O ensino de história do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático pedagógica*. Araraquara: UNESP, 2011.

_____. Pesquisa em História da Educação: localização e seleção de livros didáticos do Brasil no contexto republicano. In: XAVIER, Libânia; TAMBARA, Elomar; PINHEIRO, Antonio Carlos (Orgs.). *História da Educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira metade do século XXI*. Vitória: EDUFES, 2011. p.219-244

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. *Proposições*, v.23, n.5, 2012. p.51-66.

_____. Livro didático: produções e leituras. In: Abreu, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 1999. pp- 577-594

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara A Khoury, *Projeto História*, São Paulo, p. 7-29, dez. 1993.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiografia de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. *Os índios bravos e o Sr. Visconde: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

_____. As Festas que a República Manda Guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.4, 1989. p.172-189.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESSANHA, Elaine Durigam Ferreira. *Gonzaga Duque: um flâneur brasileiro*. São Paulo: USP, 2008.

POMBO, Rocha. *História do Brasil* (Curso Superior). 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d..

REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso Superior. 14ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1953.

RIBEIRO, Renilson Rosa. Colônia(s) de identidades: discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil. Campinas, SP: Unicamp, 2004. (Dissertação de mestrado).

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta; SOMOZA, Miguel. Apresentação do dossiê “manuais escolares: múltiplas facetas de um objeto cultural”. *Proposições*, v.23, n.5, 2012. p.21-31

ROCHA, M. B. M.. *Matrizes da Modernidade Republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Campinas (SP): Autores Associados, 2004.

ROSSOLILLO, Francesco. Nação. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. vol 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. pp.795-799.

SANTOS, Antonio Carlos. No tempo da Gazetinha e depois. *Travessia*, Florianópolis, 2003.

SANTOS, J. D. M.; MARIANO, S. R. C. Heroínas Anônimas: as mulheres na Guerra do Paraguai. *II Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais*. Paraíba: UFPB. 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERRA, Tânia. *Prolegômenos a uma mitografia macediana: Lições de História do Brasil (1861-5)*. Disponível em: <http://www.pucrs.br/fale/pos/historiadaliteratura/gt/ensaios.php>

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.p.25.

_____. *A Revolta da Vacina: Mentres insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 2003.

_____. Introdução. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil - República: da Belle Époque à era do rádio*. vol.:3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Alexandra Lima Da. *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de história do Brasil – Rio de Janeiro (1870- 1924)*. Niterói, 2008. (dissertação de mestrado).

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996

SOUZA, R. F.. Alicerces da Pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890 - 1976). Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, v. 13, n. 26, 2009.

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A.. Rocha Pombo: a invenção de uma cultura americana no livro didático. In: ALVES, Claudia; LEITE, Juçara Luzia (Orgs.). *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória: SBHE-Editora da UFES, 2011, v. 10, p. 273-300.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. *A Disciplina de História no Paraná: os compêndios de história e a história ensinada (1876-1905)*. São Paulo: PUC-SP, 2005.

TERÁN, Oscar. Oscar. *Para leer el Facundo: civilización e barbarie: cultura de fricción*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, Miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Revista Tempo*, Niterói, v. 8, p. 7-22, 1999. p.2

VALLE, Arthur. Helios Seelinger, um pintor “salteado”. *19&20*, Rio de Janeiro, v. I, n. 1, mai. 2006. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/artistas_hs.htm>.

VECCHI, Roberto. Reescrevendo a Inconfidência: Gonzaga Duque e a demanda de mitos fundadores da nova ordem republicana. In: *Rassegna Iberistica*. Veneza/Roma, Bolzoni, (62), 1998: 27-38.

_____. Revoluções Brasileiras: a história como vontade e representação. *Anos 90*, Porto Alegre, v.6, n.10, dez 1998.

VEJO, Tomas Perez. La Pintura de historia y la invención de la naciones. *Locus*, Juiz de Fora, v.5, n.1, 1999. pp-139-159.

VERMEERSCH, Paula Ferreira. *Notas de um estudo sobre A Arte Brasileira, de Gonzaga Duque*. Campinas/SP: Unicamp, 2002. (Dissertação de Mestrado – História).

VIANNA, Juliana Golin Xavier. *A produção didática de Rocha Pombo: análise de História da América e Nossa Pátria*. Curitiba: UFPR, 2009

VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional brasileiro. In: LEITE, Juçara Luzia e ALVES, Claudia (orgs.). *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória: EDUFES, 2011.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. A concepção histórica de Von Martius, in *Revista do IHGB*. (155(385), 721-731, out/dez., 1994.

ANEXO

Eugène Delacroix. *28 Juillet. La Liberté guidant le peuple* (28 juillet 1830)

Salon de 1831

H. : 2,60 m. ; L. : 3,25 m.

